

- A virtude multidimensional da Tolerância: explorando a Sociologia sob o enfoque maçônico (BASTO; DOS SANTOS).
- Análise crítica da declaração da Congregação para a Doutrina da Fé sobre a Maçonaria (DE MELO).
- Evas de avental: as Lojas de Adoção brasileiras no final do Séc. XIX (VINHAIS).
- Maçonaria, Política e Poder: considerações sobre a atuação maçônica na República brasileira e no Golpe Militar de 1964 (SOUZA).
- Os princípios filosóficos e a Maçonaria: uma jornada rumo à Sabedoria (ANCHIETA).
- Tensões entre Maçonaria e Religião (DA SILVA).



# C&M

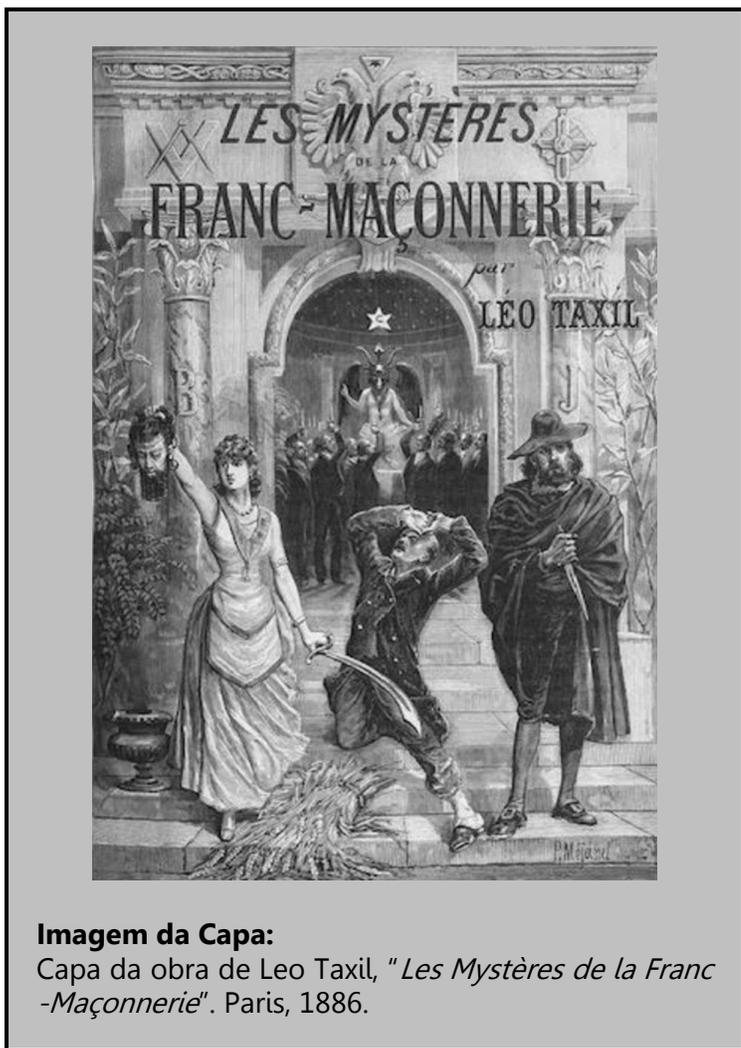


## Revista Ciência & Maçonaria

**"A primeira revista acadêmico-científica brasileira com foco no estudo da Maçonaria"**

### **Missão:**

Democratizar a produção acadêmico-científica sobre Maçonaria e seu acesso no Brasil.



### **Imagem da Capa:**

Capa da obra de Leo Taxil, "Les Mystères de la Franc-Maçonnerie". Paris, 1886.

### **Dados Catalográficos:**

ISSN 2318-0129

Julho a dezembro de 2024

Volume 11.

Número 01.

### **Periodicidade:**

Semestral

### **Conselho Editorial:**

Kennyo Ismail

Max Stabile Mendes

Nihad Faissal Bassis

Rafhael Guimarães

### **Conselho Científico:**

Vide in website:

<http://cienciaemaconaria.com.br/index.php/cem/about/editorialTeam>

### **Contatos:**

Editor-Chefe: Kennyo Ismail

[contato@cienciaemaconaria.com.br](mailto:contato@cienciaemaconaria.com.br)

Suporte Técnico: Nihad Bassis

[nihadbassis@yahoo.com.br](mailto:nihadbassis@yahoo.com.br)

Portal: [cienciaemaconaria.com.br](http://cienciaemaconaria.com.br)

### **Realização:**

NP3-CEAM-UnB - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas, Governo e Gestão do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília.

### **Aviso:**

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Revista Ciência & Maçonaria. Não é necessário solicitar prévia autorização para reproduzir parte do conteúdo publicado nesta revista, desde que sejam devidamente citados o autor e a fonte.

CRB1-079

C&M: Revista Ciência & Maçonaria / NP3-CEAM-UnB – v.11, n.1 (2024)  
Brasília, DF: NP3-CEAM-UnB, 2024.

Semestral  
ISSN 2318-0129

1. Maçonaria – Periódicos. I. NP3-CEAM-UnB (Brasília)

CDD: 060

CDU: 061.236.61



---

"A primeira revista acadêmico-científica brasileira com foco no estudo da Maçonaria"

---

## Sumário

Palavra do Editor .....	5-6
A VIRTUDE MULTIDIMENSIONAL DA TOLERÂNCIA: EXPLORANDO A SOCIOLOGIA SOB O ENFOQUE MAÇÔNICO (BASTO; DOS SANTOS) .....	7-15
ANÁLISE CRÍTICA DA DECLARAÇÃO DA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ SOBRE A MAÇONARIA (DE MELO) .....	17-27
EVAS DE AVENTAL: AS LOJAS DE ADOÇÃO BRASILEIRAS NO FINAL DO SÉC. XIX (VINHAIS) .....	29-40
MAÇONARIA, POLÍTICA E PODER: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO MAÇÔNICA NA REPÚBLICA BRASILEIRA E NO GOLPE MILITAR DE 1964 (SOUZA) .....	41-51
OS PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E A MAÇONARIA: UMA JORNADA RUMO À SABEDORIA (ANCHIETA) .....	53-59
TENSÕES ENTRE MAÇONARIA E RELIGIÃO (DA SILVA) .....	61-67
SOBRE A REVISTA .....	68





## Palavra do Editor

Prezados leitores,

O milagre da Revista Ciência & Maçonaria permanece! Esta que é a primeira revista acadêmico-científica dedicada à Maçonaria na América do Sul, bem qualificada e constando nos mais importantes diretórios e indexadores do mundo.

Uma revista multidisciplinar, de acesso 100% gratuito, que já realizou congressos que reuniram doutores e pesquisadores das principais universidades do Brasil e de grandes universidades do mundo.

Uma revista que prima pela excelência em todas as etapas, para que cada edição seja sempre um marco na divulgação do conhecimento neste interessantíssimo objeto de pesquisa que é a Maçonaria.

Uma revista que sobrevive há mais de uma década sem financiamento público ou privado, sem o fomento de qualquer organização maçônica nacional ou internacional, permitindo que pesquisadores tenham um periódico dedicado ao campo de seus trabalhos, e para que nossas dezenas de milhares de leitores possam acessá-los.

Mantendo nossa veia multidisciplinar, esta edição conta com artigos aderentes à Sociologia, Teologia, História e Filosofia.

O artigo de Basto e Santos explora a tolerância e seu papel na formação de sociedades inclusivas, como a Maçonaria.

Há neste número dois artigos interessantíssimos com diferentes abordagens sobre a antiga questão da Igreja Católica com a Maçonaria. Um de autoria de Thiago Chaves de Melo, e o outro de Wendel Johnson da Silva. Eles nos ins-

piraram na escolha da imagem para a capa desta edição, que traz a capa de uma obra de Leo Taxil, impostor que escrevia livros antimaçônicos financiados pela Igreja.

Já o corajoso estudo de Fernando Souza analisa a postura da Maçonaria brasileira durante o período da Ditadura Militar pós-1964, explorando o conflito entre os ideais maçônicos de liberdade e democracia frente à articulação política no período.

Por fim, o pesquisador José da Silva Anchieta disserta em seu artigo sobre a abordagem filosófica na Maçonaria e como os princípios filosóficos influenciam no pensamento maçônico.

Assim, damos as boas-vindas a 2025, agradecendo a 2024 por ter sido um período em que tivemos recorde de submissão de artigos, nos rendendo ótimos artigos inéditos para esta edição.

Boa leitura a todos e muito obrigado por acompanharem nosso trabalho!

Fraterna e Sinceramente,

*Kennyo Ismail*  
**Editor-Chefe**



## **A VIRTUDE MULTIDIMENSIONAL DA TOLERÂNCIA: Explorando a Sociologia sob o enfoque maçônico**

(THE MULTIDIMENSIONAL VIRTUE OF TOLERANCE: exploring Sociology from a Masonic perspective)

Alexandre José Nunes Basto <sup>1</sup>

Paulo Henrique Carvalho dos Santos <sup>2</sup>

### **Resumo**

O artigo enfatiza a importância da tolerância nas interações humanas e na formação de sociedades inclusivas, explorando-a sob perspectivas sociológicas e antropológicas. Destaca a universalidade da Maçonaria como uma organização que abraça diversas culturas, sublinhando a necessidade de compreensão e promoção da tolerância. Aborda o limiar entre aceitação e indiferença, explorando a fronteira entre o tolerável e intolerável. Os objetivos envolvem a investigação da etimologia da intolerância, a identificação de contextos comuns e a sugestão de ferramentas para a prática da tolerância. A metodologia é exploratória e empírica, apoiada em referências bibliográficas, e a conclusão destaca a relevância prática da tolerância.

**Palavras-chaves:** Tolerância; Maçonaria; Diversidade Cultural.

### **Abstract**

The article emphasizes the importance of tolerance in human interactions and the development of inclusive societies, exploring it from sociological and anthropological perspectives. It highlights the universality of Freemasonry as an organization that embraces diverse cultures, underscoring the need for understanding and promoting tolerance. It addresses the threshold between acceptance and indifference, exploring the boundary between the tolerable and intolerable. The objectives include investigating the etymology of intolerance, identifying common contexts, and suggesting tools for the practice of tolerance. The methodology is exploratory and empirical, supported by bibliographic references, and the conclusion emphasizes the practical relevance of tolerance.

**Keywords:** Tolerance; Freemasonry; Cultural Diversity.

<sup>1</sup> Mestre em Direitos Sociais e Processos Reivindicatórios (2020), com especializações em Administração e Marketing Esportivo pela UGF (2005), e em Fisiologia e Cinesiologia da Atividade Física e Saúde, também pela UGF (2004). Graduado em Educação Física pela UCB (2003). E-mail: [alexandre\\_basto@hotmail.com](mailto:alexandre_basto@hotmail.com)

<sup>2</sup> E-mail: [henriquepaulocs@hotmail.com](mailto:henriquepaulocs@hotmail.com)

## 1. Introdução

A tolerância é uma virtude multidimensional e fundamental nas interações humanas e na construção de sociedades mais inclusivas e equitativas.

No contexto sociológico, a tolerância é explorada nas relações sociais, nos conflitos e nas desigualdades. A análise das estruturas sociais, das normas culturais e das instituições pode revelar a maneira como diferentes grupos são tratados e como isso afeta a tolerância na sociedade.

Além do mais, a antropologia nos permite compreender as diversas manifestações culturais e suas concernentes visões de mundo. Ao explorar a diversidade cultural, podemos desenvolver nossa compreensão e apreciação de diferentes costumes, crenças e valores, contribuindo para a construção de uma sociedade mais tolerante e inclusiva.

Já a neurociência tem buscado as estruturas cerebrais subjacentes à tolerância e à intolerância. Estudos de imagem cerebral têm desvendado áreas e circuitos cerebrais envolvidos na empatia, na tomada de perspectiva e na regulação emocional, provendo uma base biológica para o entendimento das atitudes e comportamentos relacionados à tolerância.

Por fim, destaca-se que a Maçonaria é universal, ou seja, agrega diferentes culturas, crenças e valores que se interconectam de maneiras peculiares, há quem diga que não exista organização que faça igual, portanto, compreender e promover a tolerância torna-se ainda mais crucial dentro da Ordem.

A fim de contemplar a afirmação do parágrafo anterior, é exposto que os autores, maçons que possuem distintas formações, culturas, Lojas e Potências. Decerto não teriam outra oportunidade em suas vidas de se conhecerem e laborarem sobre um tema tão valioso.

O trabalho apresenta o seguinte problema: Qual o limite entre o que devemos tolerar como aceitação e a omissão da indiferença, o tênue e sutil limite entre o tolerável e o intolerável?

Os objetivos dessa pesquisa são: i) explicar a etimologia e a significação da palavra (in) tolerância; ii) apresentar contextos em que a intolerância é comum; iii) levantar possíveis ferramentas para a prática da tolerância; e iv) pontuar o paradoxo da tolerância na maçonaria.

Em busca do alargamento desta pesquisa e da conquista seus objetivos, nota-se que ela é uma pesquisa empírica exploratória, que analisa a tolerância e a desvela como uma máxima da Maçonaria.

Assim, há necessidade de referências bibliográficas para a edificação deste trabalho a partir de livros, artigos científicos, rituais e documentos eletrônicos.

Além da introdução, o estudo soma mais duas peças, o desenvolvimento que investiga o tema tolerância em diversas questões – Etimologia; Significado; História; A intolerância; Ferramentas para a prática da tolerância; e O paradoxo da tolerância - e a conclusão que pretende fomentar o valor prático da tolerância dentro e fora da Ordem.

## 2. Desenvolvimento

A investigação sobre a temática tolerância inicia-se como forma de progresso elencado nos Rituais do 2º Grau Simbólico da Maçonaria, identificando que os Rituais do Rito Escocês Antigo e Aceito - R.:E.:A.:A.: das Potências dos autores mostram-se de certa forma uníssonas.

O Companheiro da Grande Loja do Distrito Federal tem como orientação que a prática da virtude está intimamente vinculada à conduta de ser tolerante.<sup>3</sup>

Como também se observa o Companheiro Maçom do Grande Oriente do Brasil, que avulta a necessidade de aparar as imperfeições da Pedra Cubica. Incumbência dada em que o Companheiro é destinado não apenas em tolerar os defeitos de seus irmãos, mas também de corrigi-los, através de exemplos e recomendações.<sup>4</sup>

Deste modo, fica nítida a necessidade de empenho no laboro de polir a virtude da tolerância em prol

<sup>3</sup> GRANDE LOJA MAÇONICA DO DISTRITO FEDERAL. Ritual do Companheiro. 3. ed. Brasília: Ed. GLMDF, 2107. p. 49.

<sup>4</sup> GRANDE ORIENTE DO BRASIL. Ritual do 2º Grau: Companheiro-Maçom do Rito Escocês Antigo e Aceito. São Paulo: Ed. GOB, 2009. p. 87.

<sup>5</sup> O aprendiz em seu laboro deve saber que o prumo, joia do 2º Vig. (...), mede a retidão vertical, isto é, "avalia o comportamento do homem", retidão de seus atos em toda a sua vida. Já os "atos horizontais" ganharão significação de uma vida em equilíbrio, estável, posição a ser mensurada pelo nível, joia do 1º Vig. (...). A combinação de tais ferramentas o "dualismo perfeito" ajuíza se o Irmão está em pé, hígido e ativo, ou seja, em direção ao reino do céu (D'ELIA JUNIOR, R. Maçonaria – 50 Instruções de Companheiro. São Paulo: Ed. Madras, 2019. p. 108-109).

da retidão, o aprimoramento interno que pode ser "medido" com o auxílio interpretativo das ferramentas PRUMO e NÍVEL.<sup>5</sup>

No que tange ao sagrado, sabe-se que Evangelho de Jesus traz muitas reflexões sobre as nossas ações e dentre elas é oportuno mencionar Por que reparas tu o cisco no olho de teu irmão, mas não percebes a viga que está no teu próprio olho? (Mateus 7,3).<sup>6</sup> Em outros termos, por que somos capazes de apontar o limite do outro e de certa forma desculpar-nos de nosso próprio limite? Por que mantemos hierarquias de diferentes tipos entre nós e os outros?

## 2.1. Etimologia

A palavra "tolerância" tem antecedentes que revelam sua origem relacionada ao sofrimento, suporte, ponderação e comparação. Ela possui certas imprecisões, pois funciona como uma opção moderna para superar conflitos, primeiramente de natureza religiosa, mesmo com seus limites práticos e conceituais (MARQUES, 2021).

Entretanto, é imprescindível a verificação da similitude da palavra em diversas línguas:

[...]Apenas alguns exemplos podem comprovar essa assertiva: *tolérance* (francês), *toleranz* (alemão e luxemburguês), *toleranse* (norueguês), *tolerantie* (holandês), *tolerancia* (espanhol e eslovaco), *tolerance* (tcheco, inglês e dinamarquês), *tolerancija* (macedônio e lituano), *tolerantnost* (russo) e *tolerancja* (polonês), dentre outros (MARQUES, 2021, p. 201).

Deste modo temos um fato que aguça a curiosidade sobre o nascimento da linguística que aproxima a forma da palavra em diversas línguas, qual a origem da palavra?

A termo "tolerância" tem origem no termo latim "tolerare", que significa "suportar", "suportar com paciência" ou "suportar sem resistência". A partir desse sentido, o termo tolerância foi desenvolvido para expressar a capacidade de uma pessoa ou sociedade de suportar ou aceitar diferenças, opiniões ou comportamentos distintos dos seus próprios, sem impor repressão ou violência.

A etimologia da palavra "tolerância" reflete o seu significado essencial, que é o ato ou a capacidade de tolerar ou aceitar a diversidade, mesmo quando há discordância, diferenças ou contradições. Ela destaca a ideia de suportar, conviver pacificamente e respeitar as opiniões e práticas diferentes das nossas, reconhecendo a liberdade individual e a diversidade como valores fundamentais na convivência humana. Já o antônimo "intolerância" refere-se à intransigência, à falta de compreensão ou aceitação em relação a algo.

## 2.2. Significado

Para iluminar o devido entendimento multidimensional sobre o tema em questão, se faz necessário trazer uma maior significação da palavra.

Deste modo, segundo o dicionário *Oxford Languages and Google*: Tolerância - substantivo feminino – 1. ato ou efeito de tolerar; indulgência, condescendência. 2. qualidade ou condição de tolerante.

Neste tear, Michaelis é ainda mais denso:

Tolerância - to-le-rân-ci-a – sf - 1 Qualidade ou condição de tolerante; cachimônia, paciência. 2 Ato ou efeito de tolerar, de admitir ou de aquiescer: "O desprezo que sentira pelo mulhério, depois do fracasso do movimento de protesto que tentara organizar, agora dava lugar a uma resignada tolerância, à compreensão, e até à simpatia" (MS). 3 Capacidade de suportar dor ou dificuldades. 4 MED Capacidade que tem um organismo de resistir aos efeitos de determinado medicamento sem apresentar reações desfavoráveis: Ela não tem nenhuma tolerância a anti-inflamatórios. 5 MED Diminuição dos efeitos produzidos por uma substância sobre um organismo quando sua administração é de caráter permanente e se repete em doses fixas: Ela tomou tanto antibiótico por conta própria que acabou desenvolvendo tolerância a esse tipo de medicamento. 6 Atitude liberal de quem reconhece aos outros o direito de manifestar opiniões ou revelar condutas diferentes das suas ou até diametralmente opostas a elas: É um marxista convicto, mas sempre revelou grande tolerância para com aqueles que defendem outras ideo-

<sup>6</sup> BÍBLIA KING JAMES ATUALIZADA. Trad. Sociedade Bíblica Ibero-Americana e Abba Press Editora do Brasil. São Luís: Gallion, 2013. p. 2111.

logias. 7 Permissão concedida ao estudante militar para frequentar a cadeira ou disciplina em que foi reprovado. 8 Pequenas diferenças para mais ou para menos, legalmente permitidas no peso ou no título das moedas. 9 Quantidade admissível de variação de medida ou cálculo. 10 Ato de desobrigar de uma regra ou de uma determinação preestabelecida; isenção, liberalização: A prova começou exatamente no horário marcado, sem nem um minuto de tolerância.<sup>7</sup>

Ainda na busca de descortinar o significado do antônimo, esclarece-se que intolerância é a:

Característica de intolerante, inflexível, de quem não expressa perdão nem clemência; intransigência. Ausência de tolerância ou falta de compreensão; incomplacência. Atitude odiosa e agressiva direcionada a pessoas que possuem opiniões diferentes ou comportamentos que se diferem do considerado aceitável pela maioria: intolerância religiosa. Intransigência a diferentes opiniões. [Medicina] Impossibilidade corporal para suportar certas substâncias não tóxicas, mas que são capazes de produzir reações alérgicas.<sup>8</sup>

Tolerância de regra se refere à capacidade de aceitar, respeitar e conviver com diferenças, sejam elas opiniões, crenças, ideais, comportamentos, características, etc. É a disposição de aceitar que outras pessoas tenham liberdade de expressão, que vivam de acordo com suas convicções e tenham direito à sua individualidade, mesmo que isso não esteja de acordo com as preferências ou valores de uma maioria estabelecida ou de uma minoria dominante que possua largo controle decisório dentro de uma sociedade, conhecidos pela força do *establishment*. Neste ínterim de duas divisões em conflito pode-se enxergar a perspectiva de Elias e Scotson, pois se encaixam

perfeitamente na análise social da obra "Os estabelecidos e os outsiders" (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.20).

### 2.3. Contexto histórico

A expressão "tolerância" começou a ser utilizada no contexto religioso no século XVI, durante a Reforma Protestante, como uma referência à aceitação de diferentes confissões religiosas e à coexistência pacífica entre elas. Posteriormente, o termo foi ampliado para abranger a aceitação em diversos contextos (ABBAGNALO, 1992, p.961).

**2.3.1. Carta sobre a Tolerância (1689)** - John Locke, filósofo inglês do século XVII, defendeu a tolerância religiosa em sua obra "Carta sobre a Tolerância". Ele argumentou que a coerção religiosa é contraproducente e que as pessoas têm o direito à liberdade de consciência e crença. Locke enfatizou que o governo não deve interferir na religião dos cidadãos e que a escolha religiosa é uma questão pessoal. Ele propôs estender a tolerância religiosa a todas as religiões, desde que não promovam a violência ou a destruição da sociedade. Locke defendeu a separação entre religião e política, permitindo que cada indivíduo exerça sua religião livremente, sem interferência estatal. Em suma, Locke considerava a tolerância religiosa como essencial para uma sociedade livre e justa, onde cada indivíduo tem o direito de seguir sua própria fé sem ser coagido ou perseguido.<sup>9</sup>

**2.3.2. Tratado sobre a Tolerância (1763)** - Jean Calas, um comerciante protestante de Toulouse, foi acusado de assassinar seu filho, que desejava se converter ao catolicismo, na França antes da Revolução Francesa. Ele foi condenado à pena de morte e executado em 1762. Voltaire, convencido de sua inocência, denunciou a injustiça e escreveu o "Tratado sobre a tolerância", iniciando uma campanha pela reabilitação de Calas. O caso tornou-se um símbolo dos conflitos religiosos no país. Em 1765, Jean Calas foi postumamente inocentado devido à repercussão do tratado. A obra, escrita em 1763, é uma reflexão con-

<sup>7</sup> TOLERÂNCIA. In: *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis*. Editora Melhoramentos, 2022. Disponível em: < michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/toler%C3%A2nci/ >. Acesso em: 27 mai. 2023.

<sup>8</sup> INTOLERÂNCIA. In: *Dicio - Dicionário Online de Português*. 2023. Disponível em: < https://www.dicio.com.br/intolerancia/ >. Acesso em: 27 mai. 2023.

<sup>9</sup> LOCKE, J. *Carta sobre a Tolerância* (1689). Disponível em: *filosofia.com.br/figuras/livros\_inteiros/132.txt* Acesso em: 07 jun. 2023.

<sup>10</sup> VOLTAIRE. *Tratado Sobre a Tolerância* (1763). Trad. William Lagos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

temporânea sobre o sistema judiciário, a responsabilidade dos juizes e os efeitos negativos das leis.<sup>10</sup>

**2.3.3. Ano da Tolerância das Nações Unidas (1995)** - No dia 16 de novembro, as Nações Unidas comemoram o Dia Internacional da Tolerância, uma data proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 1996, que ressalta o compromisso de promover a compreensão entre culturas e povos. Essa resolução e a “Declaração de Princípios sobre a Tolerância” foram adotadas após a realização do Ano da Tolerância das Nações Unidas em 1995, uma iniciativa promovida pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que destaca seis pontos para o combate a intolerância:

Lei: os governos são responsáveis pela aplicação das leis de direitos humanos e pela proibição e punição de crimes de ódio e discriminação contra minorias; Educação: maiores esforços para ensinar as crianças sobre tolerância, direitos humanos e outros modos de vida, tanto em casa quanto na escola; Acesso à informação: desenvolver políticas para gerar e promover a liberdade de imprensa e o pluralismo da imprensa, para permitir que o público diferencie fatos e opiniões; Consciência individual: incentivar as pessoas a ter consciência do vínculo entre seu comportamento e o círculo vicioso de desconfiança e violência na sociedade; Soluções locais: ferramentas de ação que incluem desacreditar a propaganda odiosa, criar grupos para enfrentar problemas e estabelecer redes de base para prestar solidariedade às vítimas da intolerância (Grifo nosso).<sup>11</sup>

É inegável que, ao longo do tempo, o conceito de tolerância evoluiu, abrangendo a aceitação de diversas formas de pensamento, crença, comportamento e identidade em contextos sociais e políticos mais amplos. Esse desenvolvimento implica não apenas permitir a diversidade de opiniões e práticas, mas também valorizá-las e reconhecer sua importância em uma sociedade pluralista. A tolerância tornou-se um princípio fundamental para fomentar a convivência pacífica e a harmonia entre indivíduos e grupos diversos.

## 2.4. A intolerância

Apesar dos esforços para a promoção da tolerância, o Brasil enfrenta diversos desafios na construção

de uma sociedade mais tolerante e respeitosa. Alguns desses desafios são:

**2.4.1. Polarização política:** A polarização política tem sido uma das principais barreiras para a tolerância no Brasil. A divisão ideológica e a radicalização de opiniões têm levado a confrontos e falta de diálogo construtivo. A incapacidade de respeitar diferentes pontos de vista e de buscar um entendimento mútuo contribui para a disseminação do ódio e do preconceito.

**2.4.2. Discriminação étnico-racial:** O Brasil, apesar de sua diversidade étnica, ainda enfrenta desafios relacionados à discriminação racial e étnica. O racismo estrutural persiste, afetando a vida de milhões de brasileiros negros e indígenas. O preconceito racial se manifesta em diferentes esferas da sociedade, desde a falta de oportunidades iguais até a violência e a exclusão social.

**2.4.3. Intolerância religiosa:** A diversidade religiosa é uma característica marcante do Brasil, mas a intolerância religiosa ainda é um problema significativo. Ataques, discriminação e violência contra diferentes grupos religiosos são frequentes. A falta de compreensão, a desinformação e os estereótipos contribuem para a perpetuação dessa intolerância, afetando a liberdade de crença e culto.

**2.4.4. Preconceito de gênero e LGBTQIA+:** A luta pela igualdade de gênero e pelos direitos LGBTQIA+ também enfrenta desafios no Brasil. O machismo, a homofobia e a transfobia estão enraizados em várias esferas da sociedade, gerando discriminação, violência e exclusão. A conquista de direitos e a promoção da igualdade ainda encontram resistências e retrocessos.

**2.4.5. Desigualdade social:** A desigualdade social é um desafio estrutural que afeta a tolerância no Brasil. A exclusão socioeconômica e a falta de acesso a oportunidades podem levar ao fortalecimento de estereótipos, preconceitos e intolerância. A desigualdade socioeconômica contribui para a fragmentação social e dificulta a construção de uma convivência mais harmoniosa.

Fica evidente que a tolerância é um comportamento admirável em diversas áreas da vida, incluindo política, religião, cultura, raça, identidade de gênero, ligação afetiva e muitas outras esferas. Ela promove o respeito mútuo, a coexistência pacífica e a diversidade, permitindo que as pessoas vivam em sociedade de forma harmoniosa, mesmo com suas diferenças.

<sup>11</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Dia Internacional da Tolerância pede respeito e valorização de culturas. Nova Iorque: ONU, nov. 2021. Disponível em: [news.un.org/pt/story/2021/11/1770532](https://news.un.org/pt/story/2021/11/1770532). Acesso em: 06 jun. 2023.

## 2.5. Ferramentas para a prática da tolerância

Como guia de uma conduta adequada, podemos estabelecer, de forma figurativa, o uso do “Esguadro em T”, isto é, três critérios fundamentais para orientar a retidão de nossa postura e comportamento. Em todas as ações, devemos refletir sobre três questões essenciais: i) Até onde posso ser tolerado? ii) Até onde sou capaz de ser tolerante? iii) Até onde devo aceitar a intolerância alheia? (CHELIKANI, 1999, p.52).

**i) Até onde posso ser tolerado?** A autoanálise é essencial para examinarmos nossa conduta e comportamento em relação aos outros. Devemos refletir sobre como somos toleráveis em nossos hábitos, expressões físicas e emocionais, palavras, crenças e práticas culturais. A ausência dessa sensibilidade pode levar à opressão, sofrimento e frustração, tanto para os mais fracos quanto para os poderosos. A tolerância não é apenas uma questão de benevolência dos fortes, mas também envolve os fracos, que podem ser motivados pelo medo, fatalismo ou ignorância. Todos, independentemente de sua posição na sociedade, devem constantemente se perguntar: sou tolerável? Inspirar a tolerância nos outros é fundamental;

**ii) Até onde sou capaz de ser tolerante?** A tolerância não implica concordar automaticamente com o ponto de vista do outro, mas sim reconhecer e respeitar as diferenças. Podemos adotar três atitudes de tolerância: duvidar e incentivar a reflexão, reconhecer erros de julgamento e buscar enriquecimento mútuo, ou simplesmente permanecer indiferente sem julgar a pessoa. O princípio da tolerância envolve reconhecer a diversidade e a reciprocidade, permitindo que cada indivíduo mantenha suas crenças, ao mesmo tempo em que reconhece a existência e a validade das crenças dos outros;

**iii) Até onde devo aceitar a intolerância alheia?** O nível de tolerância em uma sociedade depende do seu grau de civilização. A intolerância, como expressão de problemas existenciais, é decidida pelo indivíduo e pela coletividade em uma democracia. Formas comuns de intolerância incluem intolerância religiosa, preconceitos raciais, ódio e exclusão social. A tolerância significa não exercer violência física ou mental contra alguém devido às suas diferenças. A intolerância sutil pode ser difícil de comprovar, enquanto as formas graves são reprimidas pelo sistema jurídico. No entanto, existem situações intoleráveis em que se pode resistir à intolerância e impedir que

outros a imponham, seja de forma pacífica ou violenta. Quando o quadro jurídico é insuficiente, é possível agir pessoalmente contra a intolerância, seja contra indivíduos, grupos, governos ou até mesmo contra o mundo inteiro, se a consciência assim exigir. Movimentos de libertação nacional, manifestações contra discriminação racial e desobediência a leis injustas são exemplos de ações tomadas em nome da liberdade individual.

Pode-se dizer que os três critérios mencionados dependem de educação, empatia, diálogo construtivo e juízo mútuo, tais pilares desempenham um papel crucial na formação não apenas dos maçons, mas de todos os cidadãos e na construção de sociedades inclusivas. Essas colunas fortalecem a paz, a felicidade e a cooperação global. Ao priorizar a educação, as pessoas têm a oportunidade de adquirir conhecimento e compreensão, o que leva a uma maior capacidade de empatia e compaixão em relação aos outros. O diálogo construtivo permite a troca de ideias e perspectivas, abrindo espaço para a resolução de conflitos de forma pacífica. O juízo mútuo envolve a avaliação imparcial das ações e intenções dos outros, baseada em princípios de justiça e equidade. Ao cultivar esses aspectos, podemos construir uma sociedade mais inclusiva, onde todos têm a oportunidade de prosperar e contribuir positivamente para o bem-estar coletivo, ou seja, promovermos um mundo mais humano.

É oportuno ressaltar que a Comissão dos Direitos Humanos da ONU está trabalhando em um projeto de declaração que visa promover e proteger os direitos humanos. Isso representa uma mudança em relação à concepção anterior dos direitos humanos como uma reivindicação dirigida apenas ao Estado, agora considerando a responsabilidade de todos os atores sociais em promover os direitos dos outros. Nesse contexto, é importante desenvolver códigos de conduta que sirvam como modelos de comportamento nas esferas política, religiosa, cultural e profissional. Além disso, um código de conduta geral para os indivíduos poderia ser elaborado por entidades do terceiro setor, com base em suas experiências locais, e divulgado amplamente para influenciar os gestos e ações diárias dos cidadãos. Esse código poderia incluir regras como i) Evitar comentários que inferiorizem outras pessoas, ii) Buscar conhecer e participar das atividades de grupos alvo de intolerância; iii) Não exibir símbolos provocativos de identidade religiosa ou racial; iv) É recomendado que os pais que adotam

ou têm a guarda de uma criança façam esforços para criar e educá-la em sua religião de origem, sempre que isso for viável e adequado, onde isso for possível; e v) Evitar a promoção de violência gratuita em diversos contextos.

Conforme mencionado na introdução, é fundamental que o Irmão Companheiro em seu ofício busque corrigir suas próprias imperfeições. Nesse sentido, as três questões apresentadas fornecem uma base precisa para a reflexão em prol da tolerância. É essencial que sejamos capazes de tolerar os defeitos, reconhecendo que todos somos falíveis. Ao mesmo tempo, devemos nos esforçar para fornecer bons exemplos e conselhos, o melhor caminho, que contribuam para a correção dessas imperfeições. Dessa forma, estaremos promovendo um ambiente fraterno e de crescimento mútuo dentro da ordem maçônica.

Visando promover a adoção do melhor caminho como meio efetivo de (re)educação para a tolerância, também é válido considerar algumas técnicas já estabelecidas. Essas técnicas são comumente utilizadas em processos de negociação de paz para encerrar conflitos em diversos países, na resolução de disputas do dia a dia e na aplicação da justiça restaurativa. Acadêmicos, educadores e estudantes dedicam-se ao desenvolvimento dessas técnicas, buscando aprimorar a comunicação e reduzir o desconforto entre as partes envolvidas em conflitos de diferentes intensidades.<sup>12</sup>

Tais técnicas, ao nosso ver, são ferramentas a serem utilizadas para o polimento no trato respeitoso às diferenças do próximo, ou seja, tolerância, sendo elas:

**Escutar:** a prática de escutar ativamente é essencial para cultivar a tolerância. Isso envolve estar aberto e receptivo às opiniões e experiências dos outros, mesmo quando discordamos delas. Ao escutar de forma empática, podemos compreender melhor as perspectivas e vivências alheias, ampliando nossa compreensão e evitando preconceitos.

**Silêncio:** o silêncio, nesse contexto, não significa abster-se de expressar opiniões, mas sim desenvolver a habilidade de saber quando é o momento de ouvir e aprender. Em vez de interromper ou sobrepor nossas vozes, o silêncio nos permite dar espaço para que outras pessoas se expressem e compartilhem suas histórias. Essa prática ajuda a criar um ambiente de

respeito e valorização da diversidade.

**Não tomar partido:** a tolerância envolve a capacidade de não tomar partido de forma automática ou precipitada. Em vez disso, é essencial buscar compreender todas as perspectivas envolvidas em uma situação e considerar os argumentos e experiências de cada parte. Evitar o partidarismo excessivo ou a adesão a estereótipos nos permite apreciar a complexidade dos problemas e encontrar soluções mais inclusivas.

**Não julgar as partes:** a prática de não julgar as partes está ligada à capacidade de suspender nossos julgamentos pessoais e estereótipos ao interagir com pessoas que possuem diferentes opiniões, crenças ou identidades. Em vez de rotular ou estigmatizar, é necessário adotar uma postura de respeito e compreensão, reconhecendo que cada indivíduo é único e possui sua própria história e bagagem.

**Comunicação não violenta:** a comunicação não violenta é uma abordagem que busca promover a empatia, a compreensão e a resolução pacífica de conflitos. Ao adotar essa forma de comunicação, evitamos linguagem ofensiva, crítica ou agressiva, buscando empatizar com as emoções e necessidades das outras pessoas. Através do diálogo respeitoso e construtivo, podemos superar mal-entendidos e promover a tolerância e o entendimento mútuo.

No entanto, mesmo diante de tais técnicas é valioso ressaltar que a tolerância não significa concordar ou apoiar tudo indiscriminadamente. Ela abrange o reconhecimento e o respeito da existência de diferentes perspectivas e formas de vida, mas também pode envolver o estabelecimento de limites quando essas disputas violam direitos humanos fundamentais ou lesam a dignidade e a segurança das pessoas.

## 2.7. O paradoxo da tolerância

Acredita-se que a tolerância ilimitada pode levar ao próprio desaparecimento da tolerância. Ao estender a tolerância inclusive aos intolerantes, sem estar preparados para proteger a sociedade tolerante do ataque da intolerância, corre-se o risco de destruir tanto os tolerantes quanto a própria ideia de tolerância. Nesta perspectiva, não é sugerido que se deva suprimir sempre a expressão de filosofias intolerantes; desde que seja possível confrontá-las com os de-

<sup>12</sup> BBC Brasil News. Brasil Partido: As dicas de mediadores para pacificar relações e evitar brigas por causa da política. Disponível em: [youtube.com/watch?v=Hhq8L1JZEyg&t=749s](https://www.youtube.com/watch?v=Hhq8L1JZEyg&t=749s) >. Acesso em: 29 mai. 2023.

vidos argumentos e mantê-las em xeque, pois seria imprudente suprimi-las. No entanto, é necessário reservar o direito de suprimi-las, se necessário, mesmo que seja preciso recorrer à força. Isso ocorre porque pode ser que os intolerantes não estejam dispostos a se envolver em discussões racionais, ao invés disso, descreditarão todos os argumentos e proibirão seus seguidores de ouvir argumentos racionais, optando por responder com violência física. Portanto, em nome da tolerância, é preciso afirmar o direito de não tolerar os intolerantes. É imprescindível exigir que qualquer movimento que prega a intolerância seja excluído da legalidade e que qualquer incitação à intolerância seja considerada um crime (POPPER, 1957).

### 3. Conclusão

A Maçonaria Universal é uma ordem fraternal e filosófica que tem uma longa história e está presente em diversas culturas ao redor do mundo. Ela promove valores como liberdade, igualdade, fraternidade, que a partir da ética e da moral busca a verdade, o devido conhecimento.

No entanto, é essencial ressaltar que a Maçonaria é uma organização complexa, multifacetada e descentralizada, e as interpretações sobre certas práticas pode gerar nuances entre potências, jurisdições, lojas e irmãos.

A tolerância é de fato uma virtude amplamente valorizada dentro da Maçonaria. A efetivação prática desta conduta é de extrema importância para o devido progresso, esse que ganha destaque como ofício para o maçom que labora no Grau de Companheiro. Destarte, tal virtude ganha ênfase em muitas lojas que zelam pelo respeito às diferenças de opiniões, crenças e origens, criando um ambiente inclusivo para seus membros.

Contudo, infelizmente o 2º Grau é de fato um curto período laboral para que alguns maçons possam visitar o seu eu interior com o propósito de polir as arestas remanescentes da intolerância e que é comumente praticada em diversas discussões maçônicas ou profanas. Assim sendo, decifra-se que a tolerância, independentemente do grau ou da singularidade do maçom, deve ser lapidada por todo momento em respeito a harmonia e a união da Ordem e da sociedade.

Não obstante, o paradoxo da tolerância nos gera o seguinte alerta, a tolerância ilimitada, possível

ou omissão ou mesmo indiferença, pode levar ao apagamento da tolerância. Embora seja desnecessário suprimir sempre a expressão de filosofias intolerantes, é importantíssimo reservar o direito de suprimi-las, se necessário, especialmente quando os intolerantes não estão dispostos a se engajar em discussões racionais e acabam por apelar para condutas que vão contra as normas.

Desta maneira, convidamos os maçons que usem tais técnicas, como ferramentas (conselhos) para a tolerância: escutar, silêncio, não tomar partido e comunicação não violenta, no intuito de se alcançar o precisado polimento da pedra cubica, limando possíveis arestas, o vício da intolerância, para que não esfolem o próximo e nem a imagem da Ordem.

### 4. Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BBC Brasil News. Brasil Partido: As dicas de mediadores para pacificar relações e evitar brigas por causa da política. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hhq8L1JZEyg&t=749s>. Acesso em: 29 mai. 2023.
- BÍBLIA KING JAMES ATUALIZADA. Trad. Sociedade Bíblica Ibero-Americana e Abba Press Editora do Brasil. São Luís: Gallion, 2013.
- CHELIKANI, Rao V. B. J. Reflexões sobre a tolerância. Tradução e revisão: Catarina Eleonora F. da Silva, Jeane Sawaya. Rio de Janeiro: Garamond. 1999.
- D'ELIA JUNIOR, R. *Maçonaria – 50 Instruções de Companheiro*. São Paulo: Ed. Madras, 2019.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GRANDE LOJA MAÇONICA DO DISTRITO FEDERAL. Ritual do Companheiro. 3. ed. Brasília: Ed. GLMDF, 2107.
- GRANDE ORIENTE DO BRASIL. Ritual do 2º Grau: Companheiro-Maçom do Rito Escocês Antigo e Aceito. São Paulo: Ed. GOB, 2009.
- INTOLERÂNCIA. In: Dicio - Dicionário Online de Português. 2023. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/intolerancia/> >. Acesso em: 27 mai. 2023.
- \_\_\_\_\_. In: Significados. 2023. Disponível em: < <https://www.significados.com.br/intolerancia/> >. Acesso em: 27 mai. 2023.
- LOCKE, J. Carta sobre a Tolerância (1689). Disponível em:

< [http://filosofia.com.br/figuras/livros\\_inteiros/132.txt](http://filosofia.com.br/figuras/livros_inteiros/132.txt)  
> Acesso em: 07 jun. 2023.

MARQUES, D.. O peso do Ocidente: uma etimologia da tolerância. *Religião & Sociedade*, v. 41, n. 1, jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Dia Internacional da Tolerância pede respeito e valorização de culturas. Nova Iorque: ONU, nov. 2021. Disponível em: < <https://news.un.org/pt/story/2021/11/1770532> >. Acesso em: 06 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. Declaração de Princípios sobre a Tolerância. Paris: UNESCO, nov. 1995. Disponível em: < <https://www.oas.org/dil/port/1995%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Princ%C3%ADpios%20sobre%20a%20Toler%C3%A2ncia%20da%20UNESCO.pdf> > Acesso em: 07 jun. 2023.

POPPER, K. R.. A sociedade aberta e seus inimigos. Tradutor: Milton Amado. 56 ed. Rua Santa Clara, SP: Ititaia, Universidade de São Paulo e Bisordi. 1957.

TOLERÂNCIA. In: *Significados*. 2023. Disponível em: < <https://www.significados.com.br/tolerancia/#:~:text=Toler%C3%A2ncia%20%C3%A9%20um%20termo%20que,para%20quem%20vive%20em%20sociedade> >. Acesso em: 27 mai. 2023.

TOLERÂNCIA. In: *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis*. Editora Melhoramentos Ltda, 2022.

UNITED GRAND LODGE OF ENGLAND. 1723 Constitutions. UGLE, 2023. Disponível em: < <https://www.ugle.org.uk/discover-freemasonry/1723-constitutions> >. Acesso em: 29 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Book of Constitutions. UGLE, 2023. Disponível em: < <https://www.ugle.org.uk/sites/default/files/media/file/Book%20of%20Constitutions%20-%20Craft%20Rules.pdf> >. Acesso em: 29 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Gender Reassignment Policy. UGLE, 2023. Disponível em: < <https://www.ugle.org.uk/gender-reassignment-policy> >. Acesso em: 29 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Mission Statement - WHAT WE ARE (PURPOSE). UGLE, 2023. Disponível em: < <https://www.ugle.org.uk/> >. Acesso em: 29 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. UGLE is thrilled to participate in the London Pride Parade 2023!. London. 22 mai. 2023. Instagram: @unitedgrandlodgeofengland. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/CsblkZRqhoW/> >. Acesso em: 29 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. What is Freemasonry?. UGLE, 2023. Disponível em: < <https://www.ugle.org.uk/discover-freemasonry/what-is-freemasonry/> >. Acesso em: 29 mai. 2023.

VOLTAIRE. *Tratado Sobre a Tolerância: por ocasião da morte de Jean Calas (1763)*. Tradução: William Lagos. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 2011.



## **ANÁLISE CRÍTICA DA DECLARAÇÃO DA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ SOBRE A MAÇONARIA**

(CRITICAL ANALYSIS OF THE DECLARATION OF THE CONGREGATION  
FOR THE DOCTRINE OF THE FAITH ON FREEMASONRY)

Thiago Chaves de Melo <sup>1</sup>

### **Resumo**

Este trabalho analisa criticamente a “Declaração sobre a Maçonaria” emitida pela Congregação para a Doutrina da Fé em 1983. Examina-se o contexto histórico das relações entre a Igreja Católica e a Maçonaria, a base teológica da declaração e suas implicações contemporâneas. A pesquisa aborda a diversidade maçônica, questões de liberdade religiosa e o impacto no diálogo inter-religioso. Argumenta-se que a generalização feita pela declaração não considera adequadamente a complexidade e variedade das práticas maçônicas, sugerindo a necessidade de uma reavaliação baseada em um entendimento mais nuançado da Maçonaria moderna.

**Palavras-chaves:** Maçonaria; Igreja Católica; Liberdade religiosa; Diálogo inter-religioso.

### **Abstract**

This paper critically analyzes the “Declaration on Freemasonry” issued by the Congregation for the Doctrine of the Faith in 1983. It examines the historical context of relations between the Catholic Church and Freemasonry, the theological basis of the declaration, and its contemporary implications. The research addresses Masonic diversity, religious freedom issues, and the impact on interfaith dialogue. It argues that the generalization made by the declaration does not adequately consider the complexity and variety of Masonic practices, suggesting the need for a reassessment based on a more nuanced understanding of modern Freemasonry.

**Keywords:** Freemasonry; Catholic Church; Religious freedom; Interfaith dialogue.

<sup>1</sup> Mestrando e Doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa. Especialista em Direito Processual Penal com ênfase em Direito Público pela UNP. Coordenador do Núcleo de Prática Real Cível e Penal e Professor de Direito Penal e Processo Penal no Centro Universitário Mário Palmério - UNIFUCAMP.

E-mail: [thiagochaves@unifucamp.edu.br](mailto:thiagochaves@unifucamp.edu.br)

## 1. Introdução

Apresento-lhes uma análise crítica da "Declaração sobre a Maçonaria" (*Declaratio de associationibus massonicis*), um documento que continua a moldar as relações entre a Maçonaria e a Igreja Católica, e cuja relevância persiste até os dias atuais, como evidenciado por recentes pronunciamentos da Santa Sé.

A relação entre a Igreja Católica e a Maçonaria tem sido marcada por tensões e condenações desde o século XVIII. Desde 1738, com a bula "In Eminentissimi" do Papa Clemente XII, até 1980, a Santa Sé emitiu não menos de 371 documentos sobre o tema, demonstrando a complexidade e a importância desta questão para a Igreja (FERRER BENIMELI, 2005).

O Código de Direito Canônico de 1917 estabelecia explicitamente a excomunhão para católicos que se filiassem à Maçonaria. No entanto, após o Concílio Vaticano II, iniciou-se um período de reavaliação e diálogo incipiente entre católicos e maçons em vários países.

A Declaração de 26 de novembro de 1983, emitida pela Congregação para a Doutrina da Fé, então presidida pelo Cardeal Joseph Ratzinger (futuro Papa Bento XVI), veio esclarecer a posição da Igreja em um momento de ambiguidade. Esta ambiguidade surgiu devido à omissão de menção explícita à Maçonaria no novo Código de Direito Canônico de 1983 (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 1983).

Os pontos principais desta Declaração são:

1. Reafirmação do julgamento negativo da Igreja sobre as associações maçônicas.
2. Proibição da filiação de católicos à Maçonaria.
3. Declaração de que católicos filiados à Maçonaria estão em estado de pecado grave e não podem receber a Sagrada Comunhão.
4. Esclarecimento de que autoridades eclesásticas locais não têm competência para derogar este julgamento.

A posição da Igreja permanece inalterada, como evidenciado pela resposta do Dicastério para a Doutrina da Fé em 13 de novembro de 2023, aprovada pelo Papa Francisco. Esta resposta reiterou a proibição de católicos se filiarem à Maçonaria, citando a "irreconciliabilidade entre a doutrina católica e a ma-

çonaria".

A Igreja Católica apresenta várias razões para sua posição em relação à Maçonaria:

1. Concepção deísta de Deus na Maçonaria, considerada vaga e incompatível com o pensamento cristão.
2. Processo de iniciação secreta e doutrinas reservadas, contrastando com a abertura do Cristianismo.
3. Preocupações sobre a liberdade de opções pessoais dos membros dentro da estrutura maçônica.
4. Histórico de tensões políticas e religiosas, incluindo medidas anticlericais promovidas por alguns grupos maçônicos.

É importante notar que a Maçonaria não é um bloco monolítico. Existe uma distinção entre a maçonaria regular, considerada mais tradicional e religiosa, e a irregular, vista como mais política e heterodoxa. Esta diversidade apresenta desafios na interpretação e aplicação das diretrizes da Igreja.

Neste contexto complexo e multifacetado, nosso objetivo é analisar criticamente a Declaração de 1983 e seus desdobramentos, examinando suas implicações teológicas, históricas e sociais. Buscaremos compreender as razões subjacentes à posição da Igreja, ao mesmo tempo em que refletiremos sobre os princípios e práticas maçônicas, visando identificar possíveis pontos de diálogo e entendimento mútuo.

Nos próximos segmentos, abordaremos seis aspectos cruciais desta questão, buscando uma compreensão mais profunda de suas implicações e propondo reflexões sobre possíveis caminhos para o futuro das relações entre a Maçonaria e a Igreja Católica.

## 2. Base Teológica

A análise da base teológica que fundamenta a declaração da Igreja Católica sobre a Maçonaria revela um complexo entrelaçamento de conceitos e crenças que, à primeira vista, parecem irreconciliáveis. No cerne desta questão está a concepção de Deus, ponto de partida para compreender as divergências entre as duas instituições.

A Igreja Católica, alicerçada em séculos de tradi-

ção e doutrina, concebe Deus como um ser pessoal e trino - Pai, Filho e Espírito Santo (HORTAL, 1993). Esta visão, central e inegociável para a fé católica, contrasta com a abordagem mais abrangente e inclusiva da Maçonaria (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1992).

O conceito maçônico do Grande Arquiteto do Universo (G.:A.:D.:U.:) permite uma gama de interpretações, desde o deísmo até concepções mais pessoais de divindade, respeitando a crença individual de cada membro. Esta flexibilidade, embora vista como uma virtude pelos maçons, é percebida pela Igreja como uma diluição potencialmente perigosa da verdade revelada (MACKEY, 2013).

Esta divergência fundamental na concepção de Deus se desdobra em outras áreas cruciais da teologia. A Igreja Católica afirma a existência de verdades absolutas e dogmas imutáveis, revelados por Deus através das Escrituras e da Tradição.

A Igreja se vê como guardiã e intérprete autorizada desta verdade revelada. Em contraste, a Maçonaria enfatiza a busca individual pela verdade, valorizando o simbolismo e a interpretação pessoal. Esta abordagem, que aceita múltiplas vias para o conhecimento espiritual, é vista com desconfiança pela Igreja, que teme o relativismo e a perda da certeza doutrinária (MACKEY, 2013).

A questão da salvação e redenção também ilustra a profundidade das diferenças teológicas. Para os católicos, a salvação vem através de Jesus Cristo e da graça divina, necessitando dos sacramentos e da mediação da Igreja.

A Maçonaria, por outro lado, foca no aperfeiçoamento moral e espiritual do indivíduo, sem oferecer uma doutrina específica de salvação. Esta divergência se estende à compreensão da natureza humana e do pecado. Enquanto a doutrina católica enfatiza o pecado original e a necessidade de redenção pela graça divina, a visão maçônica concentra-se no potencial humano para o auto-aperfeiçoamento, sem adotar o conceito de pecado original.

As diferenças se manifestam também na abordagem do ritual e da liturgia. Para a Igreja Católica, os sacramentos são meios de graça instituídos por Cristo, com significado teológico específico e imutável. A Maçonaria, por sua vez, vê seus rituais como ferramentas para o desenvolvimento pessoal e moral, com flexibilidade na interpretação dos símbolos e cerimônias.

A estrutura de autoridade e hierarquia é outro ponto de divergência significativo. A Igreja Católica mantém uma estrutura hierárquica clara, com o Papa como autoridade suprema e o Magistério como intérprete autorizado da doutrina.

A obediência à autoridade eclesiástica é vista como parte integrante da fé. Em contraste, a Maçonaria, embora respeite uma hierarquia baseada em graus de iniciação, enfatiza a liberdade de pensamento e interpretação individual, sem uma autoridade doutrinária central.

No que diz respeito ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso, as abordagens também diferem significativamente. A Igreja Católica, embora aberta ao diálogo, mantém a afirmação da verdade católica como absoluta, buscando a unidade cristã sob sua égide.

A Maçonaria, por outro lado, aceita membros de diversas religiões, promovendo o diálogo e a harmonia entre diferentes crenças, partindo do princípio de que todas as religiões contêm verdades válidas.

Estas divergências teológicas fundamentais formam a base da tensão entre a Igreja Católica e a Maçonaria. No entanto, é importante notar que muitos maçons católicos não veem estas diferenças como irreconciliáveis, argumentando que a Maçonaria complementa, ao invés de contradizer, sua fé católica.

Eles argumentam que a busca pelo aperfeiçoamento moral e espiritual promovida pela Maçonaria pode coexistir com a fé católica, desde que não substitua ou diminua a centralidade de Cristo e dos ensinamentos da Igreja.

A questão que se coloca, portanto, é se estas diferenças teológicas são realmente insuperáveis ou se há espaço para um diálogo mais profundo e uma compreensão mútua. A complexidade desta questão reside não apenas nas diferenças doutrinárias, mas também na interpretação e aplicação prática desses princípios na vida dos fiéis.

À medida que avançamos na análise, torna-se claro que a resolução desta tensão requer não apenas um exame cuidadoso das doutrinas e práticas de ambas as instituições, mas também uma reflexão sobre a natureza da fé, da verdade e da liberdade de consciência.

O desafio está em encontrar um equilíbrio entre a fidelidade às verdades fundamentais da fé católica e o respeito pela busca individual de conhecimento e

aperfeiçoamento espiritual que a Maçonaria propõe.

### 3. Contexto Histórico

A relação entre a Igreja Católica e a Maçonaria é marcada por séculos de tensão, desconfiança e conflito, entrelaçados com períodos de relativa tolerância e tentativas de diálogo. Esta complexa história remonta ao início do século XVIII, quando a Maçonaria moderna começou a se organizar formalmente na Inglaterra.

O primeiro confronto significativo ocorreu em 1738, quando o Papa Clemente XII emitiu a bula papal "*In Eminentí*" (RIDLEY, 2011). Este documento representou a primeira condenação oficial da Maçonaria pela Igreja Católica, estabelecendo um precedente que influenciaria as relações entre as duas instituições pelos séculos seguintes. A bula acusava a Maçonaria de promover o relativismo religioso, o secretismo e potenciais ameaças à autoridade eclesiástica e secular.

Nos anos e décadas que se seguiram, a posição da Igreja foi reiterada e reforçada por vários papas. Em 1751, o Papa Bento XIV emitiu a encíclica "*Providas Romanorum*", que não apenas reafirmou a condenação anterior, mas também elaborou as razões teológicas e morais para a oposição da Igreja à Maçonaria. Estas condenações iniciais ocorreram em um contexto de crescente secularização e desafios à autoridade tradicional da Igreja na Europa.

O século XIX trouxe novos desafios e tensões. A Maçonaria estava intimamente ligada a movimentos liberais e nacionalistas em vários países europeus, muitos dos quais se opunham ao poder temporal da Igreja. O Papa Leão XIII, em sua encíclica "*Humanum Genus*" de 1884, apresentou uma das críticas mais abrangentes e severas à Maçonaria, acusando-a de naturalismo, racionalismo e de ser uma ameaça à ordem social cristã (LEÃO XIII, 1884).

A codificação do Direito Canônico em 1917 solidificou a posição da Igreja, proibindo explicitamente a filiação católica à Maçonaria sob pena de excomunhão automática (BENIMELI; CAPRILE; ALBERTON, 1983). Esta proibição refletia décadas de antagonismo e suspeita mútua, bem como as preocupações da Igreja com o crescente secularismo e anticlericalismo em muitas sociedades.

O século XX, no entanto, trouxe mudanças significativas tanto na Igreja quanto na Maçonaria. O Concí-

lio Vaticano II (1962-1965) marcou uma abertura da Igreja ao mundo moderno e um novo espírito de diálogo ecumênico e inter-religioso. Este novo clima levou alguns a questionar se as antigas condenações da Maçonaria ainda eram relevantes ou necessárias.

Em 1974, uma carta do Cardeal Šeper, então Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, sugeriu que as proibições anteriores poderiam não se aplicar a todas as lojas maçônicas, especialmente àquelas que não conspiravam ativamente contra a Igreja. Esta comunicação gerou considerável debate e, em alguns círculos, a esperança de uma reconciliação.

No entanto, a ambiguidade foi de curta duração. O novo Código de Direito Canônico de 1983, embora não mencionasse explicitamente a Maçonaria, manteve a proibição geral contra organizações que "maquinam contra a Igreja". Para esclarecer qualquer dúvida, a Congregação para a Doutrina da Fé emitiu a "Declaração sobre a Maçonaria" em novembro de 1983, reafirmando a incompatibilidade entre a fé católica e a filiação maçônica.

Esta declaração, embora breve, teve um impacto significativo. Ela reiterou a posição tradicional da Igreja em uma época de rápidas mudanças sociais e religiosas. A declaração argumentava que, apesar das mudanças na Maçonaria e na sociedade em geral, os princípios fundamentais da organização permaneceram incompatíveis com a doutrina católica.

Nas décadas seguintes, o debate continuou. Alguns argumentaram que a diversidade dentro da Maçonaria tornava difícil uma condenação generalizada. Outros apontaram para o envolvimento histórico de católicos proeminentes na Maçonaria, especialmente em países onde as duas instituições coexistiram mais pacificamente.

O contexto histórico desta relação revela uma tensão constante entre tradição e modernidade, autoridade e liberdade individual, fé revelada e busca pessoal pela verdade. A Igreja, ao longo dos séculos, manteve sua posição de que a Maçonaria representa uma visão de mundo fundamentalmente incompatível com a fé católica, enquanto muitos maçons argumentaram que sua organização não é anti-religiosa, mas sim um complemento à vida espiritual de seus membros.

Esta história complexa continua a moldar o debate contemporâneo. A posição oficial da Igreja permanece inalterada, mas o diálogo e a reflexão continuam em muitos níveis.

O desafio atual é navegar por estas águas históricas turbulentas, buscando uma compreensão mais profunda e, possivelmente, novos caminhos para o diálogo e a coexistência respeitosa, sem comprometer os princípios fundamentais de ambas as instituições.

À medida que avançamos no século XXI, o legado desta história continua a influenciar as percepções e interações entre católicos e maçons. A compreensão deste rico e complexo contexto histórico é essencial para qualquer análise ou crítica contemporânea da relação entre a Igreja Católica e a Maçonaria.

#### 4. Diversidade Maçônica

Maçonaria, longe de ser uma entidade monolítica, é caracterizada por uma notável diversidade que se manifesta em múltiplos níveis: ritual, filosófico, organizacional e geográfico. Esta pluralidade, frequentemente subestimada por observadores externos, é fundamental para compreender a complexidade das relações entre a Maçonaria e outras instituições, incluindo a Igreja Católica.

No âmbito ritual, a Maçonaria apresenta uma variedade impressionante de práticas. O Rito Escocês Antigo e Aceito, com seus 33 graus, coexiste com o Rito de York, que inclui o sistema de graus da Marca e da Arca Real (BOGDAN; SNOEK, 2014).

O Rito Francês, com sua abordagem mais racionalista, contrasta com o esoterismo profundo do Rito Egípcio de Misraim. Cada rito não apenas difere em sua estrutura e número de graus, mas também em sua ênfase filosófica e simbólica. Esta diversidade ritual reflete diferentes interpretações da tradição maçônica e diferentes abordagens para o desenvolvimento espiritual e moral do indivíduo.

Filosoficamente, a Maçonaria abrange um espectro amplo de perspectivas. Algumas obediências maçônicas mantêm uma forte ênfase teísta, exigindo a crença em um Ser Supremo como requisito para a iniciação (WILMSHURST, 2007).

Outras, como o Grande Oriente da França, adotaram uma postura mais liberal, removendo a exigência de crença em uma divindade e focando mais no aperfeiçoamento moral e intelectual do indivíduo. Entre estes extremos, existe uma miríade de interpretações e ênfases filosóficas, desde o deísmo até abordagens mais esotéricas ou humanistas.

A diversidade organizacional da Maçonaria é

igualmente notável. A estrutura de Grandes Lojas, predominante no mundo anglo-saxão, coexiste com o sistema de Grandes Orientes, mais comum em países latinos.

Algumas jurisdições maçônicas são estritamente masculinas, outras são mistas ou exclusivamente femininas. A Maçonaria Liberal, que inclui homens e mulheres e não exige crença em um Ser Supremo, representa uma vertente distinta que desafia as concepções tradicionais da Ordem.

Geograficamente, a Maçonaria adapta-se às culturas locais, resultando em práticas e ênfases variadas ao redor do mundo. A Maçonaria na América Latina, por exemplo, frequentemente tem uma orientação mais social e política do que suas contrapartes norteamericanas ou europeias.

Nos países de maioria muçulmana, onde a Maçonaria enfrenta desafios únicos, as lojas podem adotar abordagens distintas para conciliar os princípios maçônicos com o contexto cultural local.

Esta diversidade tem implicações significativas para o diálogo entre a Maçonaria e a Igreja Católica. A declaração da Congregação para a Doutrina da Fé de 1983, ao reafirmar a incompatibilidade entre a fé católica e a filiação maçônica, não leva em conta explicitamente esta diversidade. Surge, portanto, a questão: é possível aplicar uma condenação uniforme a uma instituição tão diversificada?

Alguns argumentam que certas vertentes da Maçonaria, particularmente aquelas que mantêm uma forte ênfase teísta e não se opõem ativamente à Igreja, poderiam ser mais compatíveis com o catolicismo.

Outros apontam que, apesar das diferenças superficiais, os princípios fundamentais da Maçonaria permanecem em conflito com a doutrina católica, independentemente da obediência específica.

A diversidade maçônica também apresenta desafios internos à própria Ordem. O reconhecimento mútuo entre diferentes obediências maçônicas é um tema complexo e por vezes controverso. Algumas Grandes Lojas mais conservadoras recusam-se a reconhecer obediências que admitem mulheres ou que não exigem crença em um Ser Supremo, argumentando que estas se desviaram dos "Antigos Landmarks" da Maçonaria.

Esta pluralidade dentro da Maçonaria reflete, em muitos aspectos, os debates mais amplos na sociedade sobre inclusão, diversidade e adaptação às mu-

danças sociais. A Maçonaria, como instituição que atravessa séculos, enfrenta o desafio constante de equilibrar a fidelidade à tradição com a necessidade de relevância contemporânea.

Para uma análise crítica da relação entre a Igreja Católica e a Maçonaria, é crucial reconhecer e compreender esta diversidade. Ela sugere que uma abordagem mais matizada e diferenciada pode ser necessária ao avaliar a compatibilidade entre a fé católica e a filiação maçônica.

Ao mesmo tempo, levanta questões sobre a essência da Maçonaria: existe um núcleo fundamental que une todas estas diversas manifestações, e este núcleo é inerentemente incompatível com o catolicismo?

A diversidade maçônica, portanto, não é apenas uma característica descritiva da Ordem, mas um fator crucial que complica e enriquece o debate sobre sua relação com a Igreja Católica e outras instituições religiosas. Ela desafia generalizações simplistas e convida a uma análise mais profunda e nuançada das interseções entre fé, filosofia e fraternidade no mundo contemporâneo.

## 5. Liberdade Religiosa

A questão da liberdade religiosa, quando confrontada com a declaração da Igreja Católica sobre a Maçonaria, apresenta um cenário complexo e multifacetado que merece uma análise aprofundada. Esta declaração, ao reafirmar a incompatibilidade entre a fé católica e a filiação maçônica, levanta importantes questões sobre o direito à associação, a liberdade de consciência e o pluralismo religioso em um mundo cada vez mais diversificado.

O direito à livre associação, reconhecido como um princípio fundamental em sociedades democráticas e consagrado em diversos tratados internacionais de direitos humanos, é diretamente desafiado pela posição da Igreja.

A proibição cria uma tensão palpável entre a autoridade doutrinária da instituição eclesial e o direito individual de associação livre. Na prática, isso coloca muitos católicos diante de um dilema angustiante, forçando-os a escolher entre sua fé e sua afiliação maçônica, o que frequentemente resulta em conflitos internos significativos.

Esta situação é particularmente problemática do ponto de vista maçônico, uma vez que a Maçonaria

historicamente tem sido uma defensora ferrenha da liberdade de associação, vendo a posição da Igreja como contrária aos princípios de liberdade e tolerância que a Ordem tanto preza.

A liberdade de consciência, um princípio central tanto na doutrina católica moderna quanto na filosofia maçônica, também é posta em xeque por esta declaração (HORTAL, 1993). Questiona-se até que ponto a Igreja pode determinar a incompatibilidade entre fé católica e Maçonaria para todos os fiéis, sem considerar as circunstâncias individuais ou a diversidade existente dentro da própria Maçonaria.

Muitos católicos maçons argumentam que não percebem conflito entre sua fé e seus princípios maçônicos, baseando-se em sua interpretação pessoal de ambos. Esta situação é ainda mais complexa quando se considera a evolução do pensamento católico, especialmente após o Concílio Vaticano II, que enfatizou a importância da liberdade de consciência.

Para muitos, a declaração sobre a Maçonaria parece representar um retrocesso neste aspecto. O pluralismo religioso, uma realidade inegável do mundo moderno, também é afetado por esta posição da Igreja. Nas últimas décadas, a própria Igreja Católica tem se engajado mais ativamente no diálogo inter-religioso, tornando a posição rígida contra a Maçonaria aparentemente contraditória ao espírito de abertura e diálogo promovido pelo Concílio Vaticano II.

Esta postura pode não apenas dificultar o diálogo com a Maçonaria, mas também com outras tradições religiosas que veem a Maçonaria de forma mais positiva. Além disso, a declaração parece não levar em conta a diversidade de práticas e crenças dentro da própria Maçonaria, algumas das quais podem ser mais compatíveis com o catolicismo do que outras.

Do ponto de vista maçônico, a posição sobre liberdade religiosa é clara e fundamental. A Maçonaria defende veementemente o direito de cada indivíduo seguir sua própria consciência em matéria de fé e associação (KOLTKO-RIVERA, 2007). Ela não se posiciona como uma religião ou substituto de religião, mas como um espaço onde pessoas de diferentes crenças podem se unir em fraternidade.

A Ordem promove ativamente o diálogo aberto e respeitoso entre diferentes tradições, considerando-o essencial para o progresso da humanidade. A liberdade de pensamento e associação está no cerne dos princípios maçônicos, e qualquer restrição a essa liberdade é vista como contrária aos ideais da Ordem.

Em conclusão, a declaração da Igreja Católica sobre a Maçonaria suscita questões profundas sobre liberdade religiosa, direito de associação e pluralismo. Como maçons, respeitamos o direito da Igreja de definir sua doutrina, mas também defendemos firmemente o direito de cada indivíduo de fazer suas próprias escolhas em matéria de fé e associação.

O desafio, portanto, reside em encontrar um equilíbrio entre o respeito às tradições religiosas e a defesa da liberdade individual. Este debate contínuo reflete tensões mais amplas na sociedade moderna entre autoridade institucional e autonomia pessoal.

A posição maçônica enfatiza a importância do diálogo, da compreensão mútua e do respeito à liberdade de consciência, mesmo diante de divergências doutrinárias. Acreditamos que é através desse diálogo aberto e respeitoso que podemos construir pontes de entendimento e promover a harmonia entre diferentes tradições e perspectivas, contribuindo assim para uma sociedade mais tolerante e inclusiva.

## 6. Diálogo Inter-religioso

A questão do diálogo inter-religioso, quando analisada no contexto da declaração da Igreja Católica sobre a Maçonaria, revela-se um tema de profunda complexidade e relevância contemporânea.

Esta declaração, ao reafirmar a incompatibilidade entre a fé católica e a filiação maçônica, não apenas impacta as relações entre estas duas instituições, mas também lança luz sobre os desafios mais amplos do diálogo inter-religioso em um mundo cada vez mais pluralista.

Historicamente, a Maçonaria tem desempenhado um papel significativo como um espaço de encontro e diálogo entre indivíduos de diferentes tradições religiosas. Desde suas origens no século XVIII, a Ordem Maçônica tem se posicionado como uma instituição que transcende barreiras religiosas, oferecendo um terreno comum onde pessoas de diversas crenças podem se reunir em fraternidade (JACOB, 2006).

Este aspecto da Maçonaria é particularmente relevante no contexto do diálogo inter-religioso, pois demonstra a possibilidade de criar espaços de compreensão mútua e respeito entre diferentes tradições de fé.

A declaração da Igreja Católica, ao estabelecer uma linha divisória clara entre catolicismo e Maçonaria, pode ser vista como um obstáculo potencial a es-

te tipo de diálogo. Ao caracterizar a filiação maçônica como incompatível com a fé católica, a declaração parece fechar portas para uma interação mais aberta e construtiva.

Isso é particularmente problemático quando consideramos que muitos dos valores fundamentais da Maçonaria, como a caridade, a fraternidade e a busca pelo aperfeiçoamento moral, são compartilhados pelo cristianismo e, de fato, por muitas outras tradições religiosas.

A existência desses valores compartilhados poderia servir como base para um diálogo frutífero entre a Igreja Católica e a Maçonaria. A caridade, por exemplo, é um princípio central tanto no ensinamento cristão quanto na prática maçônica (PIATIGORSKY, 2005).

Ambas as instituições têm uma longa história de envolvimento em obras filantrópicas e de assistência social. Da mesma forma, o conceito de fraternidade, tão caro à Maçonaria, encontra eco na noção cristã de amor ao próximo.

Estes pontos de convergência poderiam ser explorados como pontos de partida para um diálogo mais profundo e mutuamente enriquecedor.

Além disso, a busca pelo aperfeiçoamento moral e espiritual, que é um aspecto fundamental da jornada maçônica, alinha-se de muitas maneiras com os objetivos da vida cristã. Embora as abordagens e os métodos possam diferir, o objetivo final de cultivar virtudes e buscar uma compreensão mais profunda da existência humana é compartilhado por ambas as tradições.

Este terreno comum oferece um potencial significativo para o diálogo e a compreensão mútua. Uma abordagem mais aberta e inclusiva por parte da Igreja Católica em relação à Maçonaria poderia, potencialmente, enriquecer ambas as instituições.

Para a Igreja, isso poderia significar uma oportunidade de engajar-se com uma tradição que tem uma longa história de promoção da tolerância religiosa e do pensamento livre. Poderia também oferecer insights valiosos sobre como criar espaços de diálogo entre pessoas de diferentes backgrounds religiosos.

Para a Maçonaria, um diálogo mais aberto com a Igreja Católica poderia proporcionar uma compreensão mais profunda da tradição cristã e possivelmente levar a uma reconciliação de algumas das tensões históricas entre as duas instituições.

É importante reconhecer que o diálogo inter-religioso não implica necessariamente em concordância ou sincretismo. Pelo contrário, um diálogo autêntico requer que cada parte mantenha sua integridade e identidade próprias, enquanto se abre para uma compreensão mais profunda do outro.

Neste sentido, mesmo mantendo suas diferenças doutrinárias, a Igreja Católica e a Maçonaria poderiam beneficiar-se de um diálogo mais aberto e respeitoso. A superação de preconceitos históricos é um processo lento e muitas vezes desafiador, mas é essencial para o progresso do diálogo inter-religioso.

No caso específico da relação entre a Igreja Católica e a Maçonaria, há séculos de desconfiança mútua e mal-entendidos a serem abordados. No entanto, o mundo contemporâneo, com seus desafios globais e sua crescente interconexão, exige uma abordagem mais colaborativa e inclusiva.

Em conclusão, enquanto a declaração da Igreja Católica sobre a Maçonaria pode ser vista como um obstáculo ao diálogo inter-religioso, ela também pode ser entendida como um convite para um engajamento mais profundo e significativo.

A existência de valores compartilhados, a história da Maçonaria como um espaço de encontro entre diferentes tradições e o potencial para enriquecimento mútuo através do diálogo são todos fatores que apontam para a importância de continuar buscando caminhos para a compreensão e o respeito mútuos.

Ao fazê-lo, tanto a Igreja Católica quanto a Maçonaria podem contribuir para um mundo mais tolerante e harmonioso, onde as diferenças religiosas são vistas não como barreiras, mas como oportunidades para o crescimento e o entendimento mútuos.

O impacto social da declaração da Igreja Católica sobre a Maçonaria é um aspecto crucial que merece uma análise aprofundada, pois suas ramificações se estendem muito além do âmbito puramente teológico ou institucional. Esta declaração, ao reafirmar a incompatibilidade entre a fé católica e a filiação maçônica, gera consequências práticas significativas que afetam indivíduos, famílias e comunidades inteiras.

## 7. Impacto Social

Em primeiro lugar, é fundamental considerar o conflito pessoal vivenciado pelos católicos que são também maçons. Estes indivíduos se encontram em uma posição particularmente delicada, forçados a na-

vegar entre sua fé religiosa e seu compromisso com a fraternidade maçônica.

Este dilema não é meramente teórico, mas profundamente pessoal e emocional. Muitos destes indivíduos podem ter encontrado na Maçonaria um caminho para o crescimento pessoal, o serviço comunitário e a fraternidade, valores que não veem como contraditórios à sua fé católica. No entanto, a declaração da Igreja os coloca em uma posição onde são obrigados a escolher entre duas partes significativas de sua identidade.

Este conflito interno pode levar a uma série de consequências psicológicas e espirituais. Alguns podem experimentar sentimentos de culpa ou inadequação em relação à sua fé católica, enquanto outros podem se sentir alienados da comunidade religiosa que foi parte integral de suas vidas. Em casos extremos, isso pode resultar em uma crise de fé ou até mesmo no abandono completo da prática religiosa. Por outro lado, alguns podem optar por deixar a Maçonaria, perdendo assim uma fonte importante de fraternidade e crescimento pessoal.

Além do impacto individual, as divisões familiares causadas por esta declaração não podem ser subestimadas. Em famílias onde existem tanto católicos praticantes quanto maçons, a declaração pode criar tensões significativas (CARVALHO, 2010).

Imagine, por exemplo, um cenário onde um pai maçom é informado de que não pode participar plenamente da vida sacramental da Igreja, enquanto seus filhos são educados na fé católica. Ou considere o caso de irmãos, um católico devoto e outro maçom ativo, que de repente se veem em lados opostos de uma divisão teológica que antes não existia em sua relação.

Estas tensões familiares podem se manifestar de várias formas. Podem levar a discussões e desentendimentos sobre questões de fé e afiliação. Em casos mais graves, podem resultar em rupturas familiares, com membros se distanciando uns dos outros devido a diferenças irreconciliáveis em suas crenças e práticas.

O impacto emocional destas divisões pode ser profundo e duradouro, afetando não apenas os indivíduos diretamente envolvidos, mas também gerações futuras da família.

No nível comunitário, o impacto da declaração pode ser igualmente significativo, especialmente em

áreas onde a Maçonaria tem uma presença ativa e está envolvida em obras sociais importantes. Muitas lojas maçônicas são conhecidas por seu envolvimento em projetos de caridade, educação e desenvolvimento comunitário (MOREL; SOUZA, 2008).

Em comunidades onde católicos e maçons tradicionalmente trabalhavam lado a lado nestes projetos, a declaração pode criar barreiras à cooperação. Esta limitação na cooperação comunitária pode ter consequências práticas significativas.

Projetos que antes se beneficiavam da colaboração entre católicos e maçons podem enfrentar dificuldades. Instituições de caridade que dependiam do apoio tanto da Igreja quanto das lojas maçônicas podem se ver forçadas a escolher entre suas fontes de apoio.

Em última análise, são as comunidades servidas por estes projetos que podem sofrer as consequências mais diretas desta divisão. Além disso, o impacto social da declaração se estende à percepção pública tanto da Igreja Católica quanto da Maçonaria.

Em comunidades onde ambas as instituições são respeitadas e valorizadas, a declaração pode criar uma atmosfera de confusão e desconforto. Pode levar a uma polarização desnecessária, forçando as pessoas a "escolherem lados" em uma questão que muitos podem ver como desnecessariamente divisiva.

É importante notar que estes impactos negativos poderiam ser significativamente mitigados por uma abordagem mais inclusiva e dialogal. Um engajamento mais aberto entre a Igreja Católica e a Maçonaria poderia ajudar a resolver mal-entendidos, identificar áreas de compatibilidade e, possivelmente, encontrar caminhos para uma coexistência mais harmoniosa.

Uma abordagem mais nuançada por parte da Igreja, que reconhecesse a diversidade dentro da Maçonaria e as boas intenções de muitos de seus membros, poderia aliviar muito do conflito pessoal experimentado pelos católicos maçons.

Isso poderia envolver, por exemplo, um diálogo mais aprofundado sobre os valores compartilhados entre as duas instituições e uma exploração de como esses valores podem ser vividos de maneira compatível com a fé católica.

No contexto familiar, uma abordagem mais pastoral por parte da Igreja poderia ajudar a mitigar as tensões causadas pela declaração. Isso poderia incluir orientação específica para famílias que enfrentam es-

te dilema, enfatizando a importância do amor e da unidade familiar acima das diferenças em afiliação.

No nível comunitário, um diálogo construtivo entre líderes católicos e maçônicos locais poderia ajudar a manter canais de cooperação abertos em projetos de benefício social. Isso não apenas serviria melhor às necessidades da comunidade, mas também demonstraria um exemplo poderoso de como diferentes grupos podem trabalhar juntos pelo bem comum, apesar de diferenças teológicas ou filosóficas.

Em conclusão, o impacto social da declaração da Igreja Católica sobre a Maçonaria é multifacetado e profundo, afetando indivíduos, famílias e comunidades inteiras. Enquanto os desafios apresentados por esta declaração são significativos, eles também oferecem uma oportunidade para um diálogo mais profundo e uma compreensão mútua.

Ao abordar estas questões com compaixão, abertura e um compromisso genuíno com o entendimento mútuo, tanto a Igreja Católica quanto a Maçonaria podem trabalhar para mitigar os impactos negativos e, potencialmente, encontrar um caminho para uma relação mais harmoniosa e mutuamente respeitosa.

## 8. Considerações finais

A Declaração sobre a Maçonaria emitida pela Congregação para a Doutrina da Fé em 1983 representa, do ponto de vista maçônico, uma posição que merece uma análise crítica profunda e cuidadosa. Ao examinarmos esta declaração à luz dos princípios maçônicos e do impacto social que ela gera, várias questões problemáticas emergem.

Primeiramente, a declaração parece basear-se em uma compreensão limitada e possivelmente desatualizada da Maçonaria. A Ordem Maçônica, em sua essência, não se propõe a ser uma religião ou a competir com qualquer fé estabelecida (ASLAN, 1997).

Pelo contrário, ela se apresenta como uma fraternidade filosófica que acolhe homens de diversas crenças, unidos pelo desejo de aperfeiçoamento moral e espiritual. A incompatibilidade doutrinal alegada pela Igreja Católica parece, portanto, resultar de uma interpretação equivocada dos objetivos e práticas maçônicas.

A generalização feita pela declaração ignora a diversidade existente dentro da Maçonaria. Diferentes obediências maçônicas têm práticas e ênfases variadas, e muitas delas não apresentam qualquer conflito

real com os ensinamentos católicos fundamentais.

Esta falta de nuance na declaração da Igreja demonstra uma abordagem reducionista que não faz justiça à complexidade e riqueza da tradição maçônica. Além disso, a posição da Igreja parece contradizer seus próprios princípios de liberdade religiosa e de consciência.

Ao proibir categoricamente a filiação maçônica, a Igreja limita a liberdade de seus fiéis de explorar caminhos complementares de crescimento espiritual e moral que não necessariamente conflitam com sua fé católica.

Do ponto de vista do diálogo inter-religioso, a declaração representa um retrocesso significativo. A Maçonaria tem historicamente servido como um espaço de encontro e compreensão mútua entre pessoas de diferentes tradições religiosas (ÖNNERFORS, 2017). Ao fechar as portas para este diálogo, a Igreja perde uma oportunidade valiosa de enriquecimento mútuo e de promoção da harmonia entre diferentes crenças.

O impacto social negativo da declaração não pode ser subestimado. Ela cria conflitos pessoais desnecessários para católicos que são maçons, gera divisões familiares e comunitárias, e limita a cooperação em obras sociais importantes. Estes efeitos vão diretamente contra os princípios de caridade e fraternidade que tanto a Igreja quanto a Maçonaria valorizam.

Criticamente, a declaração parece ignorar os muitos valores compartilhados entre o catolicismo e a Maçonaria, como a busca pela verdade, a prática da caridade e o aperfeiçoamento moral. Ao focar exclusivamente nas diferenças percebidas, a Igreja perde de vista o potencial para uma colaboração construtiva em áreas de interesse comum.

A perspectiva maçônica sugere que uma abordagem mais aberta, dialogal e inclusiva por parte da Igreja Católica não apenas seria mais coerente com seus próprios princípios de amor e compreensão, mas também mais benéfica para a sociedade como um todo.

Uma revisão desta declaração, baseada em um entendimento mais profundo e atualizado da Maçonaria, poderia abrir caminhos para uma relação mais harmoniosa e mutuamente enriquecedora.

Em conclusão, enquanto respeitamos o direito da Igreja Católica de definir suas posições doutrinárias, nós, como maçons, acreditamos que a Declaração

sobre a Maçonaria de 1983 é fundamentalmente falha em sua compreensão da Ordem Maçônica e contraproducente em seus efeitos.

Convidamos a Igreja a reconsiderar sua posição, engajando-se em um diálogo aberto e honesto com a Maçonaria. Tal diálogo poderia levar a uma compreensão mútua mais profunda e, potencialmente, a uma coexistência mais harmoniosa, beneficiando não apenas católicos e maçons, mas a sociedade como um todo.

## 9. Referências

- ASLAN, N. *História Geral da Maçonaria*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1997.
- AZEVEDO, C. M. M. Maçonaria: História e Historiografia. *Revista USP*, São Paulo, n. 32, p. 178-189, 1997.
- BARATA, A. M. *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- BENIMELI, J. A. F.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica: Ontem, Hoje e Amanhã*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.
- BOGDAN, H.; SNOEK, J. A. M. (Eds.). *Handbook of Freemasonry*. Leiden: Brill, 2014.
- BULLOCK, S. C. *Revolutionary Brotherhood: Freemasonry and the Transformation of the American Social Order, 1730-1840*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.
- CARVALHO, W. A. *A Maçonaria, o Mistério Revelado*. São Paulo: Madras, 2010.
- CASTELLANI, J. *A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro*. São Paulo: Traço Editora, 2004.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Declaração sobre a Maçonaria*. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1983.
- CORDEIRO, H. D. *A Maçonaria na Formação da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Editora Madras, 2012.
- DACHEZ, R. *L'invention de la franc-maçonnerie*. Paris: Véga, 2015.
- FERREIRA, T. L. *História da Maçonaria no Brasil*. São Paulo: Editora Linográfica, 1968.
- FERRER BENIMELI, J. A. *La masonería*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.
- HODAPP, C. *Freemasons For Dummies*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2013.

HORTAL, J. *Maçonaria e Igreja: Conciliáveis ou Inconciliáveis?* São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

ISAIA, A. C. A República e a Teleologia Histórica o Espiritismo. In: ISAIA, A. C.; MANOEL, I. A. (Orgs.). *Espiritismo & Religiões Afro-Brasileiras*. São Paulo: UNESP, 2007.

JACOB, M. C. *The Origins of Freemasonry: Facts and Fictions*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

KOLTKO-RIVERA, M. E. *Freemasonry: An Introduction*. New York: Tarcher/Penguin, 2007.

LOMAS, R. *The Secret Science of Masonic Initiation*. Newburyport: Weiser Books, 2011.

MACKEY, A. G. *Encyclopedia of Freemasonry*. [S.l.]: Kissinger Publishing, 2013.

MOLLIER, P. *La Franc-maçonnerie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2016.

MOREL, M.; SOUZA, F. J. O. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ÖNNERFORS, A. *Freemasonry: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

PIATIGORSKY, A. *Freemasonry: The Study of a Phenomenon*. London: The Harvill Press, 2005.

PIKE, A. *Morals and Dogma of the Ancient and Accepted Scottish Rite of Freemasonry*. [S.l.]: Forgotten Books, 2011.

RIDLEY, J. *The Freemasons: A History of the World's Most Powerful Secret Society*. New York: Arcade Publishing, 2011.

SCHÜLER, A. *Dicionário Enciclopédico da Maçonaria e das Ordens Similares*. São Paulo: Editora Madras, 1998.

STEVENSON, D. *The Origins of Freemasonry: Scotland's Century, 1590-1710*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

VIEIRA, D. G. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

WILMSHURST, W. L. *The Meaning of Masonry*. New York: Plumbstone, 2007.



## **EVAS DE AVENTAL: As Lojas de Adoção brasileiras no final do Século XIX**

(EVAS IN APRON: Brazilian Adoption Lodges at the end of the 19th Century)

Carlos Bruno Vinhais <sup>1</sup>

### **Resumo**

O artigo discute as questões em torno da instalação das “Lojas de Adoção” brasileira nos últimos anos do século XIX, que estão presentes nos Boletins do Grande Oriente do Brasil. Nosso objetivo é compreender se a dinâmica marcada pelo pensamento que relegava à mulher a vida no lar e afastada da vida social encontra-se nas discussões e no modo de organização das Lojas de Adoção e se a Maçonaria brasileira buscou romper ou consolidar essa perspectiva.

**Palavras-chaves:** Lojas de Adoção; Maçonaria; Cultura; Sociedade.

### **Abstract**

The article discusses the issues surrounding the establishment of Brazilian “Adoption Lodges” in the late 19th century, which are present in the Bulletins of the Grand Orient of Brazil. Our aim is to understand whether the dynamics marked by the notion that relegated women to life at home and away from social life are present in the discussions and organization of the Adoption Lodges, and whether Brazilian Freemasonry sought to break or consolidate this perspective.

**Keywords:** Adoption Lodges; Masonry; Culture; Society.

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela UERJ, com Especialização em Administração Pública pela FGV e Mestrado Profissional em Administração Pública pela EBAPE-FGV (2017). E-mail: [carlos.vinhais@yahoo.com.br](mailto:carlos.vinhais@yahoo.com.br)

## 1. Introdução

A maçonaria é conhecida por sua natureza iniciática e seus princípios evolucionistas, filantrópicos e progressistas, buscando o aprimoramento espiritual e moral do ser humano por meio dos ensinamentos contidos em seus mistérios. Sua origem exata ainda é objeto de investigação, mas uma das teorias mais difundidas remonta às corporações de ofício surgidas no período medieval (BARATA, 2002). O desenvolvimento dessas guildas marcou o início de uma fase especulativa da maçonaria, onde não apenas os pedreiros, mas também pessoas de outras profissões começaram a participar. Assim, a transição da maçonaria operativa para a especulativa foi um processo gradual, influenciado por uma variedade de fatores históricos, sociais e culturais que levaram ao afastamento do exercício da profissão de pedreiro para uma sociedade que se dedica ao aperfeiçoamento moral e intelectual (BARATA, 2002).

No início do Século XVIII, junto com o nascimento oficial da Maçonaria Especulativa (1717), já podemos notar a presença feminina na maçonaria. Na França, em particular, a maçonaria feminina apresentou uma dinâmica peculiar em relação a outros países, em parte devido à posição das mulheres na esfera pública francesa. Ao contrário de algumas sociedades onde as mulheres eram amplamente excluídas, na França elas mantinham uma presença mais significativa na vida social e pública, o que influenciou o desenvolvimento da maçonaria feminina. Esse contexto social mais inclusivo proporcionou um ambiente propício para o surgimento e crescimento das lojas maçônicas femininas, refletindo uma abordagem mais igualitária e progressista em relação ao papel das mulheres na sociedade (RÉVAUGER, 2013).

No Brasil, é possível identificar a presença das Lojas de Adoção, desde antes de 1873, tendo em vista as informações disponíveis no Jornal Oficial do Grande Oriente do Brasil naquele período. Isso porque no Jornal Oficial no Ano 1873\Edição 00005 é citado que a cidade de São Paulo já contava com Lojas desse tipo. Porém, os Boletins do Grande Oriente do Brasil começam suas publicações apenas em dezembro do ano de 1871, sendo que não localizamos entre 1871 e 1873 registro nos boletins das Lojas de Adoção Paulistas. De toda sorte, não há dúvida que no final do século XIX existiam Lojas de Adoção em pleno funcionamento no País.

No entanto, é importante destacar que a presença feminina na maçonaria nem sempre foi bem recebida em todas as regiões do mundo. No Brasil do fi-

nal do século XIX também havia maçons que protestavam contra sua instalação. Enquanto na França as lojas de adoção prosperavam, na Grã-Bretanha as mulheres eram geralmente excluídas da maçonaria, exceto por casos excepcionais. Essas lojas desempenharam um papel fundamental na formação da Grande Loja Feminina da França, evidenciando a evolução e diversidade da cultura maçônica ao longo do tempo (RÉVAUGER, 2013).

Essa discussão é relevante tendo em vista que o contexto social brasileiro nessa época foi marcado por mudanças que tornaram o país mais complexo, com a expansão dos centros urbanos, ainda que a base da economia continuasse sendo a lavoura do café, com o trabalho escravo. Essas mudanças impuseram às mulheres o estabelecimento de políticas higienistas e morais preocupada com a formação de trabalhadores e cidadãos sadios, moral e sexualmente, sendo que as mulheres deveriam assumir as tarefas do casamento, da maternidade e da educação dos filhos, de forma ainda mais imperativa (CUNHA, 2013). Desse modo, compreender as Lojas de Adoção no Brasil pode ajudar a entender as dinâmicas culturais que envolviam as mulheres brasileiras no final do século XIX.

## 2. Metodologia

O presente estudo busca (1) compreender a cultura organizacional das Lojas de Adoção brasileiras do século XIX, (2) entender como essas organizações eram estruturadas e (3) apresentar as principais discussões que giravam em torno da instalação dessas "Lojas de senhoras" via análise documental, sendo as fontes de dados os Boletins publicados pelo Grande Oriente do Brasil entre os anos de 1873 e de 1899.

Esses documentos podem revelar as normas e regras socialmente aceitas para a criação e manutenção das Lojas de Adoção no final do século XIX, fornecendo meios para compreender a realidade vigente no Brasil naquela época. Os Boletins foram pesquisados na plataforma da Biblioteca Nacional (<https://memoria.bn.br/>) nos meses de janeiro e fevereiro de 2024, através do uso da palavra-chave "LOJA DE ADOÇÃO". Foram transcritos 71 trechos localizados referentes às Lojas de Adoção nos Boletins, sendo eles informações, discursos, notícias, poesia ou qualquer outro trecho sempre que o contexto se referia à Loja de Adoção.

Inicialmente, durante a chamada "leitura flutuante" elaboramos a hipótese e o objetivo da pesquisa. Segundo Bardin (2011), hipóteses são afirmações ini-

ciais que podem ser comprovadas ou refutadas ao final do trabalho.

Nossa hipótese é que as Lojas de Adoção brasileira do século XIX, sua cultura e sua forma de organização, estão marcadas pelo pensamento que relegava à mulher a vida no lar e afastada da vida social (CUNHA, 2014). Nosso objetivo é compreender se a instalação das Lojas de Adoção pela Maçonaria brasileira buscou romper ou consolidar essa perspectiva.

As informações foram organizadas em categorias, seguindo uma análise qualitativa de conteúdo temático conforme proposto por Bardin (2011). O tema principal foi a Organização Social das Lojas de Adoção, subdividido em quatro categorias: valores culturais da organização, formas e procedimentos de organização, legitimidade sobre sua constituição e composição e participação.

Para análise dos resultados será utilizada uma abordagem multidisciplinar, envolvendo diferentes áreas do conhecimento.

Para enfrentar a questão será contextualizado a situação do Brasil, da mulher e da maçonaria masculina brasileira no final do século XIX. Além disso, apresentaremos uma breve explicação sobre a história das Lojas de Adoção e apresentaremos um resumo da simbologia do Ritual de Adoção. Isso é importante porque, conforme ensina Bardin (2011), na análise de conteúdo, é fundamental explicitar o contexto no qual os dados estão sendo examinados. Embora os dados estejam apresentados diretamente no texto, cabe ao pesquisador reconstruir o contexto para uma compreensão mais completa.

### **3. Um breve contexto das mulheres brasileiras no Séc. XIX.**

No século XIX o mundo testemunhou profundas transformações nas estruturas e relações sociais. No Brasil, essas mudanças refletiram importantes transformações políticas e econômicas, que moldaram a identidade do país.

O Brasil apresentou características singulares em relação à sua antiga metrópole, Portugal. A questão da independência brasileira não implicou um rompimento com Portugal, mas sim uma continuidade de muitos valores e estruturas de poder. Isso se deveu, em grande parte, ao desejo da elite brasileira de manter seus privilégios e poderes, sem buscar uma mudança social significativa. A elite liderando o processo de independência almejava garantir o livre comércio, sem restrições e sem o monopólio português, mas preservando sua posição de poder.

Observa-se no Brasil uma forma distinta de liberalismo, em que o livre comércio não se traduziu em mão de obra livre. A instituição escravocrata persistiu, apesar da pressão e reprovação inglesas. Esse "liberalismo oligárquico", conforme denominado por Alfredo Bosi, refletia os interesses da elite brasileira, conciliando o livre comércio com a manutenção da escravidão.

Podemos assim, observar todo entrelace das instituições e jogo político em que estava imerso o Brasil na primeira metade do século XIX: uma constituição limitadora, uma política conservadora, uma sociedade, que resguardava privilégios e interesses de uma classe específica.

No século XIX, o cotidiano das mulheres brasileiras estava profundamente enraizado nos afazeres domésticos, incumbindo-lhes a responsabilidade pelas atividades do lar, como cuidar da família, cozinhar e lavar roupas. Seguindo os ideais católicos de família, as mulheres tinham obrigações definidas ao longo de suas vidas, desde jovens até viúvas. Tanto o pensamento católico quanto o positivista enfatizavam a divisão entre trabalho externo e vida doméstica, reservando às mulheres a esfera privada do lar, enquanto aos homens cabia o sustento financeiro da família. Assim, as mulheres eram educadas desde cedo para desempenhar papéis tradicionais de esposa e mãe, reforçando as distinções entre os gêneros (CUNHA, 2014).

O pensamento conservador, tanto católico quanto positivista, reforçava a submissão feminina à ordem social estabelecida, marginalizando as mulheres de espaços políticos e sociais e valorizando-as apenas dentro do âmbito doméstico, como pilares de sustentação da família.

### **4. A Maçonaria brasileira no Séc. XIX**

A maçonaria brasileira durante o século XIX atua como um espaço de sociabilidade (BARATA, 2002), e um espaço de atuação política (COLUSSI, 2002). Nos primeiros anos do século XIX as Lojas maçônicas atuaram diretamente no processo de independência e no final do século estavam envolvidas com a abolição e com o processo republicano.

A partir dos anos 1870 a maçonaria passa por um processo de conflito com a Igreja Católica que ficou conhecido como a "Questão Religiosa", suscitando o debate acerca da separação entre Igreja e Estado. Esse enfrentamento se transformou em um instrumento de divulgação da Maçonaria e da causa republicana (COLUSSI, 2002).

Porém, essa agitação dentro da Ordem no final do século XIX levou à cisões, devido a lutas eleitorais internas e desentendimento de como a Ordem deveria se organizar, sendo uma ala, Oriente dos Beneditinos, sob influência francesa, mais política e crítica ao governo imperial e de outro, o Oriente do Lavradio que pretendia evitar discussões políticas se focando mais em beneficência que nos debates políticos nacionais (RIBEIRO, 2011).

Com a renúncia de Saldanha Marinho ao cargo de grão-mestre do Oriente dos Beneditinos ocorre a unificação sob o nome de Grande Oriente do Brasil, em 18 de janeiro de 1883, com Francisco José Cardoso Junior como líder.

No contexto internacional a Maçonaria brasileira se afastava do Grande Oriente de França após a declaração de irregularidade promovida pela Grande Loja da Inglaterra em 1877 e passa a se aproximar e ser influenciada pela maçonaria inglesa (ISMAIL, 2013).

## 5. O Ritual de Adoção

Não há dúvida sobre a importância dos rituais na ordem maçônica em todo o mundo. Os rituais maçônicos são cerimônias simbólicas que marcam momentos importantes na vida de um maçom, fornecendo um senso de continuidade com a história da Ordem e fortalecendo os laços entre os membros em todo o mundo. Conforme escreve Guimarães:

Os rituais praticados e todas as suas repetições centram o indivíduo dentro dos propósitos do mito, pois o ritual é a simples representação do mesmo. Ao participar de um ritual, vivencia-se sua mitologia (GUIMARÃES, p. 26, 2013).

Nesse sentido, encontramos nos extratos dos boletins elementos relacionados ao Rito de Adoção que tem uma mitologia própria que nos ajuda a compreender os valores das Lojas de Adoção. Isso porque a mitologia encontra sua expressão por meio de símbolos e gestos que na Maçonaria é operado por meio da ritualística desempenhando papel crucial de catalisadores dos sentimentos experimentados por seus adeptos, amplificando a narrativa mitológica trabalhada dentro do contexto cultural do grupo. (GUIMARÃES, 2013).

Para compreendermos melhor o ritual de adoção, faremos um pequeno resumo de suas origens e seu simbolismo, conforme apresentado no trabalho

de Jan Snoek (2013).

Em seu trabalho "O Rito de Adoção, suas Origens, Abertura para Mulheres e seus Rituais Maçônicos" (tradução livre), publicado em 2013 na revista REHMLAC, a história da inclusão das mulheres nas lojas maçônicas de adoção remonta ao século XVIII, ao mesmo tempo da formação das primeiras Grandes Lojas na Inglaterra, em meio a um contexto de disputas entre duas principais tradições maçônicas: os "Modernos" e os "Antigos".

Durante o exílio do rei Jaime II da Inglaterra na França, seus seguidores, conhecidos como jacobitas, estabeleceram lojas maçônicas em Paris, seguindo uma terceira tradição, denominada "Harodim". Por volta de 1726, surgiram as primeiras lojas hanoverianas, alinhadas com os "Modernos". Na França, as primeiras mulheres foram iniciadas, especialmente nas lojas jacobitas Harodim, que as chamavam de lojas de Adoção.

O Rito de Adoção começava com um primeiro grau que superficialmente abordava três temas: a Arca de Noé, a Torre de Babel e a escada de Jacó. O primeiro grau servia principalmente para que o candidato prestasse juramento de sigilo antes de receber a revelação completa no segundo grau.

O segundo grau assume um papel central no Rito de Adoção. Neste grau, o Candidato representa Eva, embora essa representação possa ter sido usada para subjugar o sexo feminino ao longo dos séculos, na época em que esses rituais foram concebidos, parece que o ritual do oferecia uma abordagem significativamente diferente da versão bíblica. No ritual, o Candidato, como Eva, entrega a maçã ao Mestre. Ele pega a maçã e a devolve a Eva, dizendo: "Recebe agora o fruto da árvore que está no meio [do jardim do Éden]; assim que o tiveres provado, tornar-te-ás como um de nós, conhecendo o bem e o mal".

O cerne do Rito de Adoção, é a ideia de que a virtude é fundamental para a felicidade. No entanto, a virtude só é verdadeiramente compreendida quando se conhece o mal. Eva, ao abrir a porta para essa felicidade, é transformada no símbolo da virtude feminina e da busca pela felicidade terrena. Essa visão, segundo o autor, revela um profeminismo, destacando Eva como a primeira iniciada e um exemplo a ser seguido.

Entretanto, após 1815 a representação do segundo grau foi "corrigida" e a figura da Eva volta a ser representada como a culpada pela queda da humanidade, até que os graus são abandonados e eventualmente, em 1959, a *Grande Loge Féminine de France*

(GLFF) optou então por trabalhar com os rituais do Rito Escocês Antigo e Aceito.

O Grande Oriente do Brasil reconhecia o Ritual de Adoção como um rito praticado pela Maçonaria brasileira. Nos extratos do Boletim, foi possível localizar um texto, publicado em 1874 na parte "Sessão dogmática" que explicita uma breve história das Lojas de Adoção, em que podem ser resumidas suas características:

- Praticavam o Rito de Adoção
- Eram instituídas por Lojas masculinas
- Eram mistas
- Estavam subordinadas ao mesmo Poder Central das Lojas masculinas

Com relação ao Rito de Adoção propriamente, fica claro que o Rito praticado no Brasil, já se encontra com o segundo grau modificado para a interpretação pós 1815, pois representa Eva como aquela que sucumbe a tentação e causa a queda da humanidade, conforme extrato:

No segundo gráo ou no gráo de Comp a scena da tentação do Eden é emblematicamente representada no cerimonial da iniciação, recordando os infelizes resultados desde o primeiro pecado da mulher até o diluvio universal (1874\Edição 00010).

## 6. Resultados e Discussão

Com esse contexto em mente vamos discutir os resultados encontrados de acordo com a literatura.

Todos os trechos foram sistematizados nas categorias temáticas: (1) "valores culturais", (2) "formas e procedimentos de organização", (3) "legitimidade sobre sua constituição" e (4) "composição e participação" para permitir a análise de seu conteúdo. Nas categorias 1 e 3 restou importante para a análise a frequência em que determinadas palavras ou temas apareciam, pois, sua repetição sugeria maior importância. Nas categorias 2 e 4 a frequência não parecia destacar importância, a recorrência serviu para reforçar o entendimento sobre a categoria.

### 6.1. Valores culturais.

A primeira categoria engloba os trechos identificados que tratam sobre os valores culturais da organização. Foram 17 (dezessete) trechos temáticos nos boletins que expressam os valores e os comporta-

mentos esperados ou valorizados naquelas mulheres que integravam as Lojas de Adoção.

A literatura aponta que a cultura organizacional é um elemento crucial que permeia todas as facetas de uma organização, influenciando todos os seus aspectos. Segundo Hofstede (1991), a cultura pode ser compreendida como um fenômeno coletivo, parcialmente compartilhado por indivíduos que habitam ou habitaram o mesmo contexto social. Essa noção destaca a importância do ambiente social na formação das normas não escritas, ou seja, a programação cultural, que moldam as interações e comportamentos dentro da organização. Ao mesmo tempo, a cultura está intrinsecamente ligada à natureza humana, uma vez que é construída sobre aspectos comuns a todos os seres humanos, como emoções e instintos básicos. Assim, a cultura organizacional se desenvolve a partir da interação entre a herança da natureza humana e as influências ambientais específicas de um grupo ou categoria (Hofstede, 1991).

Ainda nos socorrendo de Hofstede, buscamos identificar o comportamento desejado isso porque:

O que distingue o desejável do desejado é a natureza das normas envolvidas. Normas são os padrões de valores que existem dentro de um grupo ou categoria de pessoas. No caso do desejável, a norma é absoluta, referente ao que é eticamente certo, no caso do desejado, a norma é estatística: indica as escolhas efetivamente feitas pela maioria. O desejável relaciona-se mais com a ideologia, o desejado com questões práticas (Hofstede, pag.9, 1991).

Esses 17 trechos temáticos foram ainda subdivididos conforme a seguir:

Foram identificados 2 (dois) trechos que tratam sobre uma visão altruísta que afirma a busca pela melhora da humanidade como um valor das Lojas de Adoção.

Ainda foi possível identificar 4 (quatro) trechos que estavam relacionado com aprimoramento pessoal. Sendo que desses, 1 (um) trecho em que o aprimoramento pessoal está contextualizado pelos costumes da Fé, da Lei, da Sociedade e da família, mas ainda circunscrito ao aprimoramento pessoal

Um (1) outro trecho indica que a formação das Lojas de Adoção deve contribuir para o desenvolvimento da Maçonaria, no trecho em questão, chamada de "Arte Real".

Há 2 (dois) trechos identificados onde pode-

mos verificar um importante contexto bastante crítico à Igreja Católica que é colocada ao lado da ignorância, do fanatismo, da superstição e da hipocrisia e portanto, as Lojas de Adoção estariam contribuindo para a superação desse estado das coisas no Brasil, numa clara referência a separação entre Estado e Igreja, luta que permeou os primeiros anos da Ordem Maçônica.

Há ainda, finalmente 2 (dois) trechos que identificam o papel das mulheres das Lojas de Adoção vinculado aos papéis familiares tradicionais, como de mãe, filha, esposa, companheira ou irmã.

Ainda discutindo os valores culturais da Loja, foi possível identificar 5 (cinco) trechos que tratam sobre práticas de caridade, voltadas aos pobres, prisioneiros, aflitos e preocupação com as viúvas.

Um (1) trecho foram identificados com a preocupação com a educação, mais precisamente com a manutenção de bibliotecas e a distribuição de livros.

Portanto, foi possível identificar que os valores desejados (HOFSTADE, 1991) que mais frequentemente apareceram nos extratos sobre as Lojas de Adoção no final do século XIX no Brasil, estão relacionados com a ideia de aperfeiçoamento pessoal (04 trechos) daquelas mulheres e estimulando a prática da caridade (05 trechos).

Outros discursos aparecem com menor frequência. Destacamos os dois trechos nos quais a divisão sexual do trabalho parece ser reafirmada ao colocar aquelas senhoras nos papéis de mães, filhas, companheiras ou irmãs, circunscrevendo as mulheres ao ambiente familiar conforme o estabelecido “pela sociedade patriarcal em que a mulher deveria se confinar no interior da família” (NAKAYAMA, 2020, p.15).

Com relação à Fé, nesse contexto, foi possível notar uma severa crítica à Igreja católica e se insere nas disputas políticas incentivadas pela maçonaria relacionada à liberdade religiosa e a separação entre Igreja e Estado, que aparecem no contexto da Questão Religiosa.

O que podemos entender dessa análise é que as Lojas de Adoção estariam atuando com os mesmos valores principais das Lojas masculinas, isso porque boa parte das práticas desejadas de serem observadas nos maçons, são encontradas também nas Lojas femininas. Isso porque, para Barata, a maçonaria tinha como objetivo o de “alcançar a perfeição moral por meio do simbolismo de natureza mística e/ou racional, da filantropia e da educação”. (BARATA, p. 21, 2002). Do mesmo modo, como bem apresenta Ismail (2013), a busca pelo aprimoramento pessoal, a

promoção da fraternidade e a prática da filantropia são valores fundamentais que permeiam a cultura maçônica em todo o mundo, como pode ser observado pelo lema maçônico adotado mundialmente de “Fraternidade, Amparo e Verdade”, que promove um ambiente de camaradagem, auxílio e crescimento intelectual entre seus membros.

## 6.2. Formas e procedimentos de organização

Após a reunião dos trechos temáticos, percebemos que o fundamental da análise seria verificar se os trechos identificados demonstrariam consistentemente a maneira como as Lojas de Adoção se organizavam no Brasil do século XIX e se essa forma de organização estava consistente com outros estudos sobre o tema.

Diversos trechos publicados no boletim davam conta de decisões, comunicações ou aprovações relacionadas com a vida funcional das Lojas de Adoção.

É possível perceber por exemplo, como no caso da Loja de Adoção fundada pela Loja Maçônica masculina União Escosseza, que as senhoras foram iniciadas em julho, o pedido de instalação da Loja foi recebido pelo Poder Central em agosto de 1874 e a autorização ou aprovação da Instalação da Loja foi publicado em 16 de setembro do mesmo ano.

Nota-se que as Lojas de Adoção estavam sob a autoridade do mesmo Poder Central, do Grande Oriente do Brasil, do mesmo modo que outras Lojas Maçônicas masculinas.

Outro trecho importante revela que o Ritual praticado pelas Lojas de Adoção era apresentado lado a lado com os ritos masculinos. No boletim nº 9 de 1874 é publicado uma lista dos cinco ritos mais praticados no mundo e o 5º rito é o Rito de Adoção.

Por outro lado, fica evidente no Boletim que as Lojas de Adoção eram instituídas por Lojas Maçônicas regulares masculinas, conforme trecho abaixo:

Grande Loja Central

Extratcto da sessão n 237 em 16 de setembro de 1874

Resolveu-se:

Conceder á Aug Loj Cap União Escosseza a faculdade de instalar uma Loj de Adopção (1874\Edição 00009).

Inclusive, segundo as publicações encontradas, há indícios que as Lojas de Adoção adotavam o nome da Loja instituidora como nos casos das Loja de Adoção instituídas pela Loja União Escosseza e pela Loja Per-

severança.

Essa vinculação, como usar o mesmo nome e ser fundada por uma Loja de homens, entre as Lojas Masculinas e as Lojas de Adoção no Brasil estão de acordo com a fórmula criada na França no final do século XVIII, especialmente a partir de 1774, em que pese existir registros de Lojas de Adoção independentes de vínculo com Lojas masculinas antes daquela data (SNOEK, 2013).

Outra característica das Lojas de Adoção de brasileiras é a participação de homens e mulheres nos trabalhos, como podemos observar na publicação no Boletim que trata da diretoria da Loja de Adoção Perseverança.

Somente localizamos uma publicação que dá conta da forma como as Lojas de Adoção compunham sua organização interna. Como podemos perceber na publicação de 1874 os cargos que compõe a diretoria da Loja de Adoção cada cargo é preenchido por um homem e uma mulher, com exceção do cargo de Deputado que se encontra vago.

Diante desses extratos, é possível afirmar que o sistema brasileiro se organizava de modo semelhante com os praticados na França 100 anos antes.

### 6.3. Legitimidade sobre sua constituição.

A discussão envolvendo a possibilidade de se instalar no Brasil as Loja de Adoção, segundo análise dos extratos extraído dos boletins, estão principalmente circunscritas a duas questões fundamentais: a primeira está relacionada com o lugar social da mulher, e a divisão sexual do trabalho. O segundo aspecto é que as mulheres possuíam características que não se adequam ao tipo de organização que é proposta pela maçonaria.

Existe ainda um terceiro aspecto que também aparece nos extratos que é a preocupação com as "leis maçônicas". Entretanto, essas leis não aparecem como um impeditivo para a instalação das Lojas de Adoção, mas a preocupação fundamental é garantir que as mulheres fiquem circunscritas às Lojas de Adoção, sem poderem participar das Lojas masculinas, assim como há a preocupação de que profanos (homens não iniciados na maçonaria masculina) possam frequentar as Lojas masculinas.

O argumento mais frequente está relacionado às características das mulheres como um fato impeditivo para sua participação na maçonaria como no trecho abaixo:

Ainda que a mulher sinta todas as vicissitudes da vida falta-lhe os dons necessários para a criação de sociedades destinadas a combatê-las em comum (...) (1874\Edição 00007).

São 07 trechos que se posicionam sobre esse discurso que diferencia homens e mulheres e apresentam suas diferenças como algo natural (biológico) e está presente no pensamento do século XIX, como nos apresenta Bonan (2005),

No sexo biológico, médicos, biólogos, anatomistas e fisiologistas viram a origem de uma irreduzível diferença entre homens e mulheres expressada não somente na ordem físico-anatômica, como também em uma ordem moral e social. Em seu afã de definir a "mulher", eles promoveram um intenso debate público sobre a domesticidade e a inferioridade das mulheres, a vocação maternal, a sexualidade perigosa, o pudor feminino, a pouca aptidão para a política e as ciências etc., contribuindo para fundamentar a exclusão das mulheres da esfera da cidadania e a negação de sua autonomia e subjetividade (BONAN, p. 288, 2005).

Entretanto, é necessário ressaltar que esse discurso ainda pode ser encontrado hoje na maçonaria, como nos apresenta Souza (2018) em seu artigo que analisa as relações sociais de sexo existentes na maçonaria capixaba.

Para estes entrevistados o biológico é marco divisor e diferenciador. Logo, esse princípio dá sustentação aos processos desencadeados na Maçonaria que definem o posicionamento e lugar de cada ser, segundo o biológico (SOUZA, pág. 51-60, 2018).

Com menor frequência (3 trechos) a questão central é que a mulher está circunscrita à casa e a família, como no trecho a seguir: "A mulher, cujo tempo é ocupado pelo cuidado da direção do lar doméstico e pelos filhos (...)" (1874\Edição 00007).

Novamente o pensamento conservador em relação as mulheres do século XIX auxilia o entendimento do contexto em que essa discussão está inserida. Para Freyre (2002) o espaço da condição feminina está limitado ao lar no Brasil agrário, devido a uma demar-

cação das diferenças entre os sexos, que dá ao homem todas as oportunidades de ação social e limita às mulheres ao contato com os filhos e as tarefas domésticas. Cunha (2014) destaca que tanto o pensamento católico e o pensamento positivista acentuavam a divisão entre o trabalho externo e a vida do lar.

O terceiro e principal conjunto de argumentos (09 trechos) está centrado em questões referente às “leis maçônicas”, apontando duas preocupações que as mulheres frequentem lojas masculinas ou que homens não iniciados possam frequentar os espaços maçônicos, conforme o trecho:

desejamos porém, que haja escrúpulo e que não sejam admitidos profanos, que movidos pela curiosidade, ahí se apresentam, não como cavalheiros civilizados, mas sim como homens que de tudo zombão e escarnecem (1874\Edição 00008).

A preocupação com as “leis maçônicas” e a presença das mulheres parece persistir ainda hoje. Conforme Mota e Chaves (2019) discutem em seu artigo,

A análise do material verbal coletado possibilitou a identificação de duas ancoragens para justificar o posicionamento desse grupo em relação à ideia central —iniciação de mulheres na maçonaria. A primeira ancoragem é referenciada pelos códigos institucionais: é necessário ser do sexo masculino para ser iniciado nessas ordens maçônicas. Tal argumento é compartilhado por muitos desses sujeitos para sustentar suas opiniões – um paradigma construído na sociedade europeia da modernidade, enraizado institucionalmente e utilizado como critério de regularidade e reconhecimento entre as potências maçônicas internacionalmente.

Em outro trecho do século XIX esse enraizamento institucional aparece: “Somos uma família universal, temos leis que não é possível alterar, afim de conservarmos intacta a nossa homogeneidade”. (1874 \Edição 00011)

Ainda no trabalho de Mota e Chaves (2019) esse argumento aparece nos dias de hoje em suas análises sobre a polarização das discussões sobre iniciação de mulheres na maçonaria contemporânea: “Os argumentos apresentados em seus discursos defendem a naturalidade e imutabilidade de uma organização

limitada a um sexo. Contudo, contraditoriamente, em suas colocações, negam a distinção de gêneros e a discriminação da mulher”.

Há um extrato de deliberação do Poder Central que decidiu pela impossibilidade das mulheres das Lojas de Adoção frequentarem os trabalhos das Lojas Masculinas. Também, foi localizado um extrato de deliberação do Poder Central que comunica à Loja União Escosseza que não permita que as “senhoras frequentem as Lojas Escossezas”. Importante destacar um outro trecho que chama a atenção para uma suposta “peculiaridade” do Rito de Adoção, sem maiores explicações.

Nos argumentos favoráveis à iniciativa, há diversos trechos dos Boletins em apoio a instalação dessas Lojas. Vários trechos fazem saudações à iniciativa de instalação dessas Lojas e fazem votos que a experiência seja ampliada no Brasil.

Os argumentos para apoiar a formação das Lojas de adoção se dividem em dois campos principais: O primeiro, com 04 trechos identificados é que a exclusão de mulheres se insere no campo do preconceito, comparável à exclusão de raças não brancas ou de religiões. Mota e Chaves (2019), conseguiram identificar que entre os apoiadores da iniciação de mulheres na maçonaria nos dias de hoje, os discursos usam “como ancoragem os direitos de igualdade entre homens e mulheres”.

De fato, em apenas um dos trechos dos boletins há menção à ideia de igualdade entre homens e mulheres, os outros trechos focam na ideia de preconceito, sectarismo ou hipocrisia dos costumes. No trecho sobre a igualdade, a própria filosofia e simbolismo maçônico é invocado como argumento: “A igualdade é a base do Delta do Triângulo filosófico” (1874\Edição 00007). Há ainda um outro trecho que defende as características democráticas da ordem para justificar a inclusão.

O segundo conjunto de trechos, com 2 (dois) trechos, tem como ideia principal de que as Loja de Adoção não se propõem a uma reformulação completa da maçonaria. Na verdade, o argumento defende a existência de Lojas independentes mistas, apenas de homens ou apenas de mulheres que seriam ligadas umas às outras, as que quisessem, permitindo a intervisitação. Porém, a proposta parece ir na contramão do que expressa, pois de fato, faz uma modificação profunda na estrutura de organização da Maçonaria. O argumento parece apoiar a mudança, mas mantém àqueles que assim desejarem organizarem-se de acordo com suas preferências.

O argumento, portanto, não advoga a iniciação de mulheres em toda as Lojas, apenas nas Lojas que assim desejarem, olhando por esse prisma não é uma proposta radical. Mota e Chaves (2019) também identificaram esse mesmo discurso “tímido” dos apoiadores do século XIX ainda entre os maçons contemporâneos que defendem a iniciação de mulheres, com “sugestões menos abruptas, claramente tímidas, no entanto progressistas”.

Ainda há um terceiro grupo que se coloca em franca oposição ao primeiro argumento que a mulher por ser lar não poderia estar na Loja. Dois trechos do boletim no Ano 1873\Edição 00001 advogam exatamente ao contrário:

E isto tudo que é grande e nobre cabe perfeitamente na possibilidade da dona da casa (1873\Edição 00001).

Que tem que de dia a mulher afivele o avental da lida e á noite vá á Officina maçônica (1873\Edição 00001).

Esse primeiro trecho aponta explicitamente que maçonaria é coisa de dona de casa também. Já no segundo trecho não há referência à dona de casa, mas à “mulher”, porém, a mulher que afivele o avental da lida. Os dois trechos estão inseridos em um discurso que valoriza o lar e o trabalho doméstico.

#### 6.4. Composição e participação

Analisando os trechos dos boletins é possível sugerir uma diferença na composição das Lojas de Adoção quando comparamos as mulheres brasileiras e as menções as mulheres francesas.

Em primeiro lugar é importante notar que a maior parte dos trechos sobre participação de mulheres em Lojas de Adoção fora do Brasil são de experiências francesa. Há citação de Lojas de Adoção em várias partes do mundo e em um trecho do boletim de 1884 (edição 7) há citação que na América do Norte haveria 288 Capítulos da Maçonaria de Adoção. Em outro trecho do mesmo ano (edição 2) aponta que em todo o mundo há mais de 2 milhões de “Senhoras filiadas nas Lojas de Adoção”.

Porém, apenas sobre as Lojas de Adoção Francesa há informação sobre as mulheres participantes que inclui um trecho do Boletim de 1893 (Edição 2) pelo “concurso quer da classe média quer da classe aristocrática”. Em várias Edições do Boletim são citadas mulheres da aristocracia francesa ou da corte. Esses trechos confirmam a informação de Snoek (2013) que

as Lojas Francesas de Adoção incluíam a mais alta nobreza da corte.

Ao contrário da realidade francesa, não há qualquer menção à membros da aristocracia brasileira nas Lojas de Adoção. Vale ressaltar que - no período analisado - estamos vivendo os últimos dezoito anos do governo Imperial de D. Pedro II, mas não há qualquer indicação de mulheres nobres brasileiras nos boletins analisados. Enquanto isso, na França, um trecho do boletim de 1893 (Edição 2) nos conta que a Imperatriz Josephina declinou a presidência de “todas as Lojas de adoção na França”, mas esteve presente na posse da Grã Mestra escolhida em seu lugar.

O que podemos perceber nos trechos é que as mulheres que participam das Lojas de Adoção brasileira estão ligadas ao núcleo familiar dos Maçons, ou seja suas esposas, filhas, irmãs como podemos perceber em vários trechos:

Também as nossas mulheres, as amigas e compenheiras de nossa vida, nossas esposas e nossas irmãs, sacudindo o jugo de um afastamento reprovável, reunirão as forças de seu coração e de seu cérebro e congregarão-se em Ouro Preto, instalando uma Loj de Adopção (1873\Edição 00002). Fôra-nos prazer imenso vermos as compenheiras de nossa vida reunirem-se á nossa comunhão maçônica, formando por toda a parte Lojas de adopção (1873\Edição 00005).

É tempo de vermos as companheiras de nossa vida, reunidas á nossa comunhão maçônica, é tempo que nossas mãis, esposas, filhas e irmãs reunidas junto às nossas columnas (...) (1874\Edição 00001-00006).

Na publicação de 1874 aparece a lista da Administração da Loja de Adoção Perseverança. Nesse trecho podemos observar que além de manter as características das Lojas francesas, sendo formado por homens e mulheres, chama atenção o sobrenome dos ocupantes dos cargos, que parece sugerir um vínculo familiar entre eles. Apenas o cargo de 2º Inspect masculino é ocupado por um homem que seu sobrenome não aparece no de uma mulher (grifo nosso).

Na sessão Administrações das AAUG LLOJ E SSUBL CCAP DO CIRCULO RITO DE ADOPÇÃO AUG LOJ Perseverança Grã-Mestra D. Carolina Brassane Ferreira de Brito  
Gr Mestre Dr José Euphrosino Ferreira de

Brito  
 1ª Inspect D. Francisca Joaquina da Silva  
 1º Inspect Joaquim Jose da Silva  
 2ª Inspect D Maria Josephina Augusta da Silva  
 2º Inspect Victorino Moreira Coelho  
 Oradora D Maria Joaquina de Aroeira  
 Orador Calixto José de Aroeira  
 Secretaria D Eliza Jose dos Santos  
 Secret Carlos José dos Santos  
 Deput vago  
 (1874\Edição 00001-00006 )

Em outro trecho de 1892 uma Irmã por adoção que irá proferir um discurso em Loja é apresentada como filha de um Irmão maçom.

Em seguida a Ir por adoção baptisanda D. Etelvina Esperança de Carvalho, filha do Resp Ir Gustavo da Silva Carvalho, foi proferido o seguinte discurso (...) (1892\Edição 00009).

## 7. Considerações

O objeto desse estudo foram os Boletins do Grande Oriente do Brasil, jornal oficial da maçonaria brasileira, do Vale do Lavradio, primeira e mais antiga potência maçônica brasileira ainda em atividade.

Em seu primeiro número de dezembro de 1871 o Boletim revela seus objetivos:

Creando uma folha oficial, o GR Or teve em mira aperfeiçoar a nossa Inst, produzindo uma fonte fecunda em benefícios para o estudo, a comparação das opiniões, a discussão e a difusão da inteligência. No desempenho d'essa nobre e útil missão, elle patenteará ao mundo que sabe tomar um logar de honra entre as Potências maçônicas que caminham á conquista do futuro, adoptando por dogmas a civilização, a liberdade e a fraternidade.

Essa missão, proporcionou que seus boletins incluísem textos e discursos opinativos e divergentes o que se mostrou muito interessante para compreendermos os valores e a cultura dos maçons brasileiros do século XIX, especialmente, para esse trabalho, sobre as Lojas de Adoção.

Em primeiro lugar destacamos que o Rito de Adoção que chegou ao Brasil tinha as mesmas formas

de organização do Rito de Adoção Francês, consolidada a partir de 1815, inclusive com a ressignificação do papel da Eva como a mulher que caiu em tentação (SNOK, 2013). Essa ressignificação é importante pois dialoga com a influência do pensamento Católico que influencia fortemente a sociedade brasileira, em que pese os conflitos entre a Igreja e a Maçonaria no final do século XIX.

Em segundo lugar, os valores (Categoria 1) que permeiam as Lojas de Adoção são parecidos com os valores da maçonaria masculina. Aperfeiçoamento pessoal, caridade, melhorar o mundo são exemplos desses valores que estão presentes em ambos. Chama a atenção, todavia, a centralidade do papel da mulher com um recorte de mãe, irmã, filha. Em que pese nos trechos em que se discutiam os valores culturais esse discurso não apareça com tanta relevância - em comparação aos valores de Aperfeiçoamento pessoal e caridade - mas durante as categorias 3 e 4 podemos observar que essa ideia retorna fortemente.

Novamente nos socorremos de Hofstede (1991) para entender essa dinâmica. Para o autor, a cultura organizacional deve ser estudada por meio das práticas, tendo em vista que elas podem ser analisadas por observadores externos. Assim, ocupando o nível mais superficial da cultura, as práticas constituiriam um aspecto mais facilmente observável do fenômeno cultural. Os valores, é a camadas mais profunda da cultura organizacional, as vezes de difícil acesso a um observador externo. O autor usa a ideia de camadas, como uma cebola, e os valores são o centro dessa identidade.

Não é surpresa, portanto, que ao analisarmos outras categorias, elas revelem práticas que nos ajudam a entender os valores de uma organização.

Quando discutimos a legitimidade e a composição emerge novamente uma ideia que está presente na primeira categoria, que é o recorte da mulher circunscrita ao ambiente doméstico. Como vimos, uma das ideias para se opor à legitimidade das Lojas de Adoção é a divisão sexual do trabalho que impõe à mulher as obrigações com os afazeres domésticos.

Ora, em que pese o lugar "natural" da mulher ser o lar e, portanto, não haveria espaço para elas na convivência em Loja, a oposição acaba aparecendo como uma afirmação que essas mulheres do lar poderiam sim estar lá. Fato que não estar enquadrada nessa concepção de mulher do lar, dona de casa, não é nem uma questão que se pode discutir. Afinal no pensamento moralista do século XIX, a posição à mulher do lar é a "mulher da vida", conforme explicitado

por Neto (2018):

Assim como nos principais centros urbanos da Europa (Londres, Paris, etc.), o Rio de Janeiro se tornou numa espécie de "laboratório de observação", onde políticos, médicos e reformadores sociais "construíram uma concepção de cidade permeada por imagens contraditórias" (ENGEL, 2004, p. 37), entre elas o da "mãe-de-família" – identificada com a moralidade – e o da "prostituta" – identificada com a imoralidade."

Portanto, nesse pensamento dualista do século XIX, a dona de casa, a "mulher do lar" é a única "classificação" possível, pois o outro lado é o lado da marginalidade.

Novamente a mesma questão aparece quando discutimos a composição das Lojas de Adoção e novamente fica claro que sua composição é formada pelas mulheres circunscrita à família do maçom.

Portanto, ao apresentar um panorama geral das Lojas de Adoção brasileiras no final do século XIX, foi possível identificar que o pensamento que circunscrevia as mulheres aos afazeres domésticos e ao lar parece estar presente na cultura organizacional das Lojas de Adoção brasileira. Tentando responder à questão se a Maçonaria brasileira com a instituição das Lojas de Adoção buscava romper essa lógica, podemos afirmar que os trechos identificados nos Boletins não parecem indicar isso.

Ainda que diante da permanente discussão contemporânea sobre a de iniciação de mulheres nas Lojas das potências masculinas, considerada um "paradoxo da contemporaneidade" por Mota e Chaves (2019), mais de 150 anos depois das primeiras Lojas de Adoção no Brasil, as mulheres no Brasil e no mundo conseguiram superar uma enormidade de barreiras.

Ainda há muito a ser enfrentado, em que pese haver avanços significativos. Dentre os desafios para o futuro das mulheres brasileiras, somente elas poderão dizer qual grau de prioridade está a iniciação em Lojas que hoje somente aceitam homens. E para repetir uma preocupação de mais de 150 anos, e que já ouvi em conversas de maçons, lá vai:

Talvez que consultadas vos dirão que nada sabendo da Franc-Maç á ella preferem a Associação Universal das Mulheres, na qual são admittidos os dous sexos e que tende

a aniquilar cada vez mais a Franc-Maç.' rotineira e tradicional (1874\Edição 00007).

## 8. Referências

- BARDIN, Laurence. [1977]. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70. 2011.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade ilustrada e independência*. Campinas, 2002.
- BONAN, Cláudia. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, Brasil
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- COLUSSI, Eliana Lúcia. *A Maçonaria Brasileira no Século XIX*. Ed. Saraiva. S. Paulo, 2002.
- CUNHA, Karolina Dias da. As mulheres brasileiras no século XIX. *ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DO GTGÊNERO/ANPUH*, <https://legpv.ufes.br/anais-engenero-i>, 2014.
- FREYRE, G. Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. In: SANTIAGO, S. (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- HOFSTADE, Geert. *Cultures and Organizations*. Ed. McGraw-Hill. Londres.1991
- ISMAIL, Kennyo. Porque a maçonaria brasileira está perdida. *C&M | Brasília*, Vol. 1, n.1, p. 29-50, Jan/Jun, 2013.
- GUIMARÃES, Rafhael. Os efeitos psicológicos da prática do ritual maçônico. *C&M | Brasília*, Vol. 1, n.1, p. 21-28, Jan/Jun, 2013.
- KAKAYAMA, Carla Maria Zizuiê. ÚRSULA: A (In) *Visibilidade da mulher do século XIX*. Monografia – Instituto Federal do Espírito Santo. 2020.
- MOTA, D.; CHAVES FILHO, C. G. UMA QUESTÃO POLARIZADA NAS MÍDIAS SOCIAIS. Discursos sobre a iniciação de mulheres na maçonaria. *C&M | Brasília*, Vol. 6, n.1, p. 35-45, jan/jun, 2019
- NETO, Renato Drummond Tapioca. *A "rainha do lar" e a "mulher da vida": a construção das imagens femininas no século XIX*. <https://rainhastragicas.com/2018/01/28/a-rainha-do-lar-e-a-mulher-da-vida-a-construcao-das-imagens-femininas-no-seculo-xix/>. Acessado em 08/03/2024.
- RÉVAUGER, Cécile. Gender in French Freemasonry,

From the Eighteenth Century Until Today. *REHMLAC+*, *Revista de Estudios Históricos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña plus*, [S. l.], n. 1, 2013.

RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. *Uma América em São Paulo: a Maçonaria e o Partido Republicano Paulista (1868 – 1889)*, São Paulo, 2011

SNOEK, Jan. "The Adoption Rite, its Origins, Opening up for Women, and its 'Craft' Rituals". *Revista de Estudios Históricos de La Masonería – REHMLAC*. Vol 4, Nº2, Abril 2013.

SOUZA, José Roberto Basílio. O DISCURSO SEXISTA NA MAÇONARIA. *C&M* | Brasília, Vol. 5, n.1, p. 51-60, jan/jun, 2018

## **MAÇONARIA, POLÍTICA E PODER: Considerações sobre a atuação maçônica na República brasileira e no Golpe Militar de 1964**

(FREEMASONRY, POLITICS AND POWER: Considerations on Masonic activity in the Brazilian Republic and the 1964 Military Coup)

Fernando Souza <sup>1</sup>

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar a atuação da maçonaria durante a República, com ênfase no período do Golpe Militar de 1964, ao analisar os posicionamentos públicos da instituição para compreender suas articulações com a política nesse período. A investigação constatou a presença de maçons em cargos políticos durante a República, revelando como essa situação reflete a postura da instituição em relação ao poder durante a Ditadura de 1964, mesmo que tais ações contrariem os ideais maçônicos inspirados pelo Iluminismo e pelo lema de liberdade, igualdade e fraternidade.

**Palavras-chave:** Maçonaria; Ditadura; Golpe Militar; Política.

### **Abstract**

This article aims to analyze the role of Freemasonry during the Republic, with emphasis on the period of the 1964 Military Coup, by analyzing the institution's public positions to understand its links with politics during this period. The investigation found the presence of Freemasons in political positions during the Republic, revealing how this situation reflects the institution's stance in relation to power during the 1964 Dictatorship, even if such actions contradict the Masonic ideals inspired by the Enlightenment and the motto of freedom, equality and fraternity.

**Keywords:** Freemasonry; Dictatorship; Military coup; Policy.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Federal de Sergipe; Pós-graduado (Lato Sensu) em História das Religiões; Filosofia da Religião; Metodologias Ativas na Docência da Educação; e em Maçonologia: História e Filosofia. Graduado em Ciências da Religião e Gastronomia. E-mail: [fernandordesouza@yahoo.com](mailto:fernandordesouza@yahoo.com)

## 1. Introdução

A maçonaria é uma instituição iniciática, filantrópica e progressista, que tem como objetivo o aprimoramento do ser humano por meio de lições extraídas de seus símbolos e mistérios. Além do aspecto esotérico, a instituição atrai a curiosidade de muitas pessoas pela sua ligação com diversos acontecimentos da história da humanidade, principalmente as grandes revoluções políticas. Esse fator fez com que no imaginário popular a instituição se tornasse vista como um grupo secreto que administra a economia e todo o poder do planeta. Evidentemente que, apesar de políticos de grande renome, empresários e figuras populares já terem passado pela instituição, e ainda hoje algumas delas estarem inscritas em seus quadros de membros, não existem evidências que sustentem tais afirmações. Entretanto, independente de distorções, ou se são informações verídicas, fato é que a maçonaria, por meio de maçons influentes, esteve envolvida em muitos desses momentos de efervescência política, a saber: independência dos Estados Unidos, Revolução Francesa, Independência do Brasil, Proclamação da República e muitos outros.

No Brasil, além dos supracitados eventos, a instituição maçônica em diversos momentos teve ligação com a política nacional, como durante o golpe militar de 1964. Vale mencionar que, anteriormente, a maçonaria havia sido perseguida durante a instituição do "Estado Novo" (1937-1945), que teve como principais características a centralização do poder, propaganda nacionalista, postura anticomunista e autoritarismo. Seu principal líder, Getúlio Vargas, que durante a administração perseguiu diversas instituições da sociedade civil, também não poupou a maçonaria, que por meio da coerção foi proibida de realizar suas reuniões na legalidade, exceto sua sede em Brasília. No entanto, apesar da perseguição, muitas lojas reuniam-se na clandestinidade. Alguns anos antes da perseguição realizada por Getúlio Vargas, a maçonaria brasileira, que tinha como representante o Grande Oriente do Brasil, havia demonstrado seu interesse pelas políticas públicas oriundas de modelos governamentais socialistas, sobretudo na área da educação e trabalhista, tendo publicado documentos que demonstravam esse apoio e admiração. Isso bastou para que, posteriormente, a instituição fosse vista pelos seus opositores como revolucionária e comunista.

Apesar disso, a maçonaria enquanto instituição é bastante plural e internamente controversa, pois admite a liberdade de crença e de identificação política

de seus membros. Desde o século XVIII, a instituição possui em suas leis a proibição da discussão político-partidária durante suas reuniões, com o objetivo de evitar querelas e cismas internos. No entanto, mesmo com a proibição explícita, é possível constatar durante os mais de 200 anos de existência da maçonaria em terras brasileiras, momentos em que a instituição dialogou com a política nacional. Essas interlocuções serão objeto de análise do presente artigo, realizando um recorte entre o período em torno da ditadura militar, iniciada em 1964 até o momento político presente, apresentando assim uma análise multifacetada da atuação maçônica e sua relação com a política. Além disso, à fim de complementar a investigação, será feita comparação entre o que preconiza os ideais maçônicos diante da atuação dos diferentes agentes e períodos políticos, com o objetivo de trazer à discussão como a instituição em diferentes momentos ignorou seus fundamentos, em prol de interesses particulares, de acordo com a necessidade.

## 2. Breves considerações sobre o contexto político em torno do Golpe de 1964

Findada a Segunda Guerra Mundial em 1945, que havia abalado o mundo por suas drásticas consequências, influenciado as nações a se reorganizarem e trazerem uma nova perspectiva ligada aos direitos humanos em todo o planeta, não tardou para que uma nova disputa acontecesse entre a União Soviética e os Estados Unidos em um contexto conhecido como "Guerra Fria", que levou esse nome pelo fato de não ter ocorrido um conflito direto entre as duas nações que se valiam do aparato de proxies, ou países terceiros, os apoiando em conflitos regionais. Em suma, a Guerra Fria foi um período de disputa geopolítica e ideológica entre as duas potências. A influência durante o período não demorou chegar nos países da América do Sul.

Algumas nações do continente Sul-americano foram influenciadas pelos ideais socialistas, dentre eles o Brasil. Essa influência, principalmente advinda do modelo político socialista de Cuba, fez com que a década de 60 fosse marcada por uma disputa política onde havia de um lado o presidente João Goulart (PTB), que "desenvolvia um governo voltado para a promoção da justiça social e da soberania nacional" (LARA; DA SILVA, 2015, p. 277), e o outro lado, encabeçado pelo militar Castello Branco, que veio a tornar-se o primeiro presidente da ditadura brasileira

após vencer em eleição indireta, em abril de 1964, Juarez Távora e Eurico Gaspar Dutra, recebendo cerca de 99% dos votos.

Os motivos norteadores que levaram ao estabelecimento da ditadura no país se deram baseados na influência e modelo político neoliberal estadunidense e na crítica ao modelo cubano, de auxílio e políticas públicas. A propaganda militar acusava a política socialista como um empecilho para o verdadeiro desenvolvimento econômico do estado e seu espírito revolucionário um mal para a ordem pública. Desse modo, um modelo de governo político pautado na ordem econômica e social, anticomunista e influenciado pela política dos Estados Unidos foi uma maneira de apelar para uma possível reconstrução do Brasil. Assim, não seria presunçoso apontarmos que a ditadura teve inicialmente o objetivo de impedir as aspirações de progresso econômico e social do governo de Goulart.

Em 31 de março de 1964, João Goulart foi destituído do cargo de Presidente do Brasil sob alegação de instabilidade política e ameaça comunista, as Forças Armadas brasileiras lideraram o golpe que resultou na instauração de um regime ditatorial. "Nesse processo, uma série de ações repressivas, sob o nome de "Operação Limpeza", comandada pelas Forças Armadas brasileiras articuladas com civis, foi desencadeada em todo território nacional" (LIMA, 2015, p. 7). Após esses acontecimentos, Goulart foi forçado a deixar o país e viveu exilado até sua morte em 1976.

Após a destituição de João Goulart em 1964, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a presidência do Brasil. No entanto, o poder efetivo foi exercido pelos líderes do movimento militar que promoveram o golpe, e em 1967 foi promulgada uma nova Constituição que estabeleceu um regime presidencialista com o General Artur da Costa e Silva sendo eleito presidente pelo Congresso Nacional em 1966, dando início ao período que ficou conhecido como "anos de chumbo" da ditadura militar no Brasil, e que teve como principal nome o militar Castello Branco, primeiro presidente do período da ditadura militar, marcada por uma época de violência, censura, repressão e perseguição dos opositores, principalmente ligados a partidos ou instituições de esquerda, socialistas e comunistas. Apesar de ter sido o primeiro e proeminente nome no período do regime ditatorial-militar brasileiro, que durou 25 anos, de 1964 a 1989, houveram ainda outros seis governos. Codato divide esse período em

regime ditatorial-militar em "cinco grandes fases" (CODATO, 2005, p. 83).

Uma primeira fase, de constituição do regime político ditatorial-militar, corresponde, grosso modo, aos governos Castello Branco e Costa e Silva (de março de 1964 a dezembro de 1968); uma segunda fase, de consolidação do regime ditatorial-militar (que coincide com o governo Medici: 1969-1974); uma terceira fase, de transformação do regime ditatorial-militar (o governo Geisel: 1974-1979); uma quarta fase, de desagregação do regime ditatorial-militar (o governo Figueiredo: 1979-1985); e por último, a fase de transição do regime ditatorial-militar para um regime liberal-democrático (o governo Sarney: 1985-1989) (CODATO, 2005, p. 83).

Conforme a análise de Codato, mesmo tendo durado 25 anos, isso "não significa dizer que o regime ditatorial-militar tenha sido estável" (CODATO, 2005, p. 97). Além das contradições e embates com a oposição de esquerda, o regime tinha que lidar com queixas e disputas advindas de grupos políticos liberais e conservadores, insurreições internas encabeçadas por militares reacionários e insatisfeitos com o modelo político (CODATO, 2005). Como forma de conter as ações dos opositores, aqueles que encabeçavam a ditadura utilizaram de arbitrariedade e do poder adquirido para perseguir e censurar qualquer um que se levantasse contra eles. Esse período ficou bastante conhecido pelos constantes excessos de violência, tortura e desrespeito aos direitos humanos. Conforme aponta Lara e Da Silva, "por meio da violência, os setores reacionários atuaram com prisões de lideranças, torturas, assassinatos, expulsão de líderes esquerdistas do país e intervenção em sindicatos" (LARA; DA SILVA, 2015, p. 277-278).

Lara e Da Silva afirmam que "o golpe civil-militar foi a resistência capitalista às possibilidades de reformas e avanços sociais" (LARA; DA SILVA, 2015, p. 277). Isso pode ser verificado não somente pelas críticas ao modelo proposto por Goulart, mas também pelas próprias medidas tomadas pelas suas lideranças. "A primeira medida do governo de Castello Branco foi revogar a Lei de Remessa de Lucros, que impedia as empresas estrangeiras de fazer remessa de lu-

cross exageradas para o exterior” (LARA; DA SILVA, 2015, p. 278). Prosseguindo com a investigação dos autores supracitados, mencionamos aqui outras ações tomadas por Castelo Branco:

Ele estabeleceu o arrocho salarial, revogou o decreto que desapropriava terra às margens das estradas para a reforma agrária, revogou a nacionalização das refinarias particulares e o decreto que congelava os aluguéis, restringiu o crédito às pequenas e médias empresas, deu as mais amplas garantias ao capital estadunidense que foram estabelecidas pelo Acordo de Garantia dos Investimentos Norte-Americanos no Brasil (LARA; DA SILVA, 2015, p. 278).

Tais medidas, além de serem claras ao demonstrarem uma política oposta ao que fora proposto por Goulart, demonstram um alinhamento com a política estadunidense e antissocialista. Além do que já foi citado, mencionamos também os grandes retrocessos no campo trabalhista, “com o fim da lei que garantia estabilidade aos trabalhadores após dez anos de trabalho na mesma empresa” (LARA; DA SILVA, 2015, p. 278).

Para além das disputas envolvendo diferentes aparatos político-partidários, estavam inseridas naquele contexto organizações religiosas em diversos os lados. A mais influente e participativa durante a ditadura foi a Igreja Católica Romana, vista por pesquisadores como uma participante controversa, que em diferentes momentos tomou posicionamentos diferentes, sendo apoiadora e crítica do governo. Em contrapartida, religiões minoritárias, étnicas ou aquelas consideradas de imigração, geralmente estavam do lado da oposição. No meio de toda essa complexidade, encontrava-se a maçonaria, que mesmo não sendo uma religião é uma instituição iniciática e discreta, dos quais apenas seus membros tomam conhecimento de seus mistérios e símbolos. Algumas dessas organizações, incluindo a maçonaria, emitiram declarações públicas de apoio e crítica ao governo, como veremos adiante. Vale ressaltar que, anteriormente, durante os primeiros anos do século XX a instituição identificava-se com ideais socialistas, em destaque na América do Sul.

A popularidade da ditadura no país alcançou até mesmo as entidades religiosas. Dentro do contexto do golpe militar de 1964, muitas instituições e lideranças religiosas emitiram pareceres apoiando ou realizando oposição ao movimento ditatorial. Cabe salientar que, de acordo com os apontamentos de Arruda, “o apoio ao golpe foi quase unânime entre os religiosos em 1964. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que mais tarde se tornaria uma das principais vozes contra a ditadura, estava entre os apoiadores” (ARRUDA, 2014, s.p). Sob o ponto de vista da CNBB, apoiar o golpe seria uma forma de vencer o comunismo, movimento político condenado formalmente pela Igreja Católica Romana.

Durante o processo de apoio à ditadura vemos importantes figuras do catolicismo que posteriormente se tornaram referências e ícones da resistência, como os bispos Paulo Evaristo Arns e Hélder Câmara, ambos apoiaram o início do movimento que culminou no golpe militar (ARRUDA, 2014). Um dos principais documentos publicados pela CNBB em apoio, teve como autoria Hélder Câmara, contudo, antes mesmo de sua publicação, os bispos reuniram-se com o intuito de discutir o apoio ao golpe. Conforme aponta Rosa:

Cabe sublinhar que esta reunião da CNBB foi marcada pela divisão entre os bispos, havendo inclusive, dois textos diferentes para a constituição da declaração, um elaborado pelo ultraconservador Dom Geraldo Sigaud, bispo de Diamantina-MG e outro de Dom Hélder Câmara, Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife (ROSA, 2014, p. 127).

Posteriormente, as manifestações religiosas de apoio ao golpe saíram do aspecto teórico e foram para o prático. Conforme os apontamentos de Tatiana Alméri, “a Igreja Católica organizava rosários que culminaram na formação das “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade”. Tudo manipulado em extraordinária perícia profissional e política” (ALMÉRI, 2007, p. 72). Sua realização se deu coincidindo com a celebração de São José, padroeiro da família. Diversos grupos conservadores liderados pela “Campanha da Mulher pela Democracia” (CAMDE) estiveram à frente da organização da passeata nas ruas de São Paulo. O evento contou com a participação de mem-

bros da Igreja, incluindo padres e leigos, além de representantes do empresariado (ROSA, 2014). Da Silva, afirma que, "A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi um dos momentos de maior lustro do catolicismo reacionário no período" (DA SILVA, 2014, p. 69).

No âmbito das correntes políticas de esquerda também observamos a presença de figuras religiosas em momentos políticos. Durante um comício realizado na Central do Brasil em 13 de março, o pai-de-santo José Roberto Ribeiro de Souza participou do evento. Na oportunidade ele manifestou seu apoio ao candidato Brizola. "Segundo relato do Panfleto, o líder umbandista 'previu muito sucesso para as reformas de base, analisadas sob o aspecto espiritualista, e disse que Brizola, cujo Orixá é Xangô, vai pra cabeça na política nacional'" (DE LIMA, 2014, p. 65).

Além das denominações religiosas envolvidas no contexto político da ditadura militar, mencionamos também a presença da maçonaria como instituição apoiadora do golpe, em nome do Grande Oriente do Brasil, a maior e mais antiga administração da maçonaria brasileira. Conforme aponta Ismail, mencionando a participação da instituição no movimento da "Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade", "Em muitas localidades, a marcha contou com o apoio de Lojas Maçônicas" (ISMAIL, 2016, p. 4). No entanto, conforme veremos adiante, apesar do alto escalão da instituição declarar apoio público ao golpe, internamente haviam contradições e disputas entre apoiadores e contrários ao movimento.

### 3. Maçonaria e política durante as décadas que antecederam o Golpe Militar de 1964

Antes de passarmos à análise da atuação maçônica no período da ditadura militar de 1964 e posteriormente, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre aspectos doutrinários da instituição, tomando como base sua história, seus rituais e leis.

É sabido que desde os primórdios da instituição maçônica no país os militares estavam envolvidos em sua membresia, além de terem participações nos principais acontecimentos políticos. Mencionamos a chamada "Questão Militar", que "consistiu em uma série de atritos, acontecidos entre 1883 e 1889, entre políticos e ministros. Esses atritos iriam criar uma atmosfera propícia para o levante militar final, em 1889" (CARVALHO, 2010, p. 42). Tais acontecimentos,

posteriormente, dariam origem ao regime republicano, que teve como líderes os maçons e militares Manuel Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant Botelho de Magalhães (CARVALHO, 2010).

Pouco tempo após a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, Manuel Deodoro da Fonseca, o Marechal Deodoro, além de chefe do Governo Provisório, também foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. Um dado importante é que pouco tempo depois da promulgação da primeira Constituição da República, datada de 1891, disputas maçônicas passaram a ocorrer entre aqueles que faziam parte da ala militar e positivista e os maçons da ala civil e liberal do Estado de São Paulo (CARVALHO, 2010).

Tais disputas causaram problemas durante o breve governo de Deodoro da Fonseca, que enfrentou hostilidade por parte daqueles que o haviam auxiliado a ser eleito, sob a promessa de um governo militarizado. Contudo, a ideia de uma ditadura militar nos primeiros anos de república pareceu negativa, fazendo com que o Marechal optasse pela dissolução do parlamento. Evidentemente que isso causou uma revolta na ala militarizada que orbitava em torno do governo. Assim, Manuel Deodoro da Fonseca optou pela renúncia da presidência do país em 23 de novembro de 1891 e do Grão-mestrado do Grande Oriente do Brasil, em 18 de dezembro do mesmo ano. Após sua saída o governo do Brasil passou a ser assumido por outro militar e também maçom, Floriano Peixoto (CARVALHO, 2010).

O conflito existente entre os maçons militares positivistas do Rio de Janeiro e os maçons liberais e civis, em sua maioria localizados no Estado de São Paulo, desencadeou uma série de conflitos que resultaram no afastamento de Floriano Peixoto da presidência do país. Seu sucessor foi Prudente de Moraes, ligado aos movimentos oligárquicos rurais e do federalismo, sucedido por Campos Sales, também maçom (CARVALHO, 2010).

Muitos outros maçons participaram ativamente da política republicana brasileira, mencionamos aqui aqueles que chegaram ao cargo de presidente do país. Dos 39 que chefiaram a república brasileira, 13 foram maçons. Além dos quatro supracitados, temos: Nilo Peçanha (7° presidente), Hermes da Fonseca (8°), Wenceslau Bras Gomes (9°), Delfim Moreira (10°), Washington Luís (13°), João Fernandes Café Filho (21°), Nereu de Oliveira Ramos (23°), Jânio Quadros (25°) e

Michel Temer (37°), que governou o país entre 2016 e 2019. Antes de assumir a presidência, Temer solicitou seu afastamento da maçonaria.

Dentre os 13 presidentes do Brasil que estão vinculados à maçonaria, três eram também militares. No entanto, são muitos os maçons militares que tiveram destaque na história brasileira. De acordo com Alméri:

entre os maçons militares mais conhecidos historicamente estão: Barão do Triunfo; Benjamin Constant - professor (o pai da República); Deodoro da Fonseca - proclamador da República; Duque de Caxias - patrono do Exército Brasileiro; Eduardo Wandenkolk; Golbery do Couto e Silva - ministro de Estado; Gomes Carneiro; Inocêncio Serzedelo Correa; Lauro Sodré; Lauro Müller - estadista; Moreira Guimarães, general; General Osório; e Viriato Vargas (ALMÉRI, 2013, p. 70).

Antes de prosseguirmos com uma análise da atuação maçônica durante o período do golpe militar de 1964, mencionaremos determinados acontecimentos importantes durante o governo de alguns dos já mencionados maçons presidentes do país. O sétimo presidente do Brasil, Nilo Peçanha, antes de chegar ao governo em 1909, participou do movimento abolicionista e republicano. Em 1910, declarou seu apoio ao militar e maçom Hermes da Fonseca como sucessor, em oposição aos candidatos Rui Barbosa e Albuquerque Lins, presidente do Estado de São Paulo, que representavam a oposição. Com a vitória, Hermes da Fonseca, neto de Deodoro da Fonseca, governou o país entre 1910 e 1914. Um acontecimento importante durante seu governo foi a revolta realizada por marinheiros afro-brasileiros e mulatos, que buscavam melhores condições de trabalho, incluindo a extinção da punição por chibatadas, que ficou conhecida como "A Revolta da Chibata" (1910). Wenceslau Brás Gomes, que havia sido o vice-presidente durante o governo de Hermes da Fonseca, assumiu o poder do país entre 1914 e 1918. Seu governo ficou marcado por tentativas de reconciliação interna, causadas por instabilidades do governo anterior. No entanto, mencionamos como principal destaque a sua declaração de guerra, em 1917, aos países que fizeram parte do grupo chamado "Potências Centrais" (Alemanha e

Áustria-Hungria, tendo posteriormente a adesão do Império Otomano e a Bulgária). Também promulgou o primeiro código civil brasileiro, em 1 de janeiro de 1916. Delfim Moreira, que governou o país por menos de um ano (entre novembro de 1918 e julho de 1919), teve seu governo marcado por muitas instabilidades, sobretudo ligadas às crises orçamentárias resultantes da Primeira Guerra Mundial. Com o objetivo de superar essas crises, incrementou as tarifas alfandegárias, diminuiu os gastos públicos, impactando trabalhadores de diversas categorias e desencadeou maior descontentamento, o que fez com que em todo o país surgissem diversas revoltas e greves. O país passou por "relativa tranquilidade (sic), com a ascensão, à Presidência da República, do maçom Washington Luís Pereira de Souza, em 1926" (CARVALHO, 2010, p. 49), exceto quando ocorreu a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, que culminou em uma crise econômica mundial. No Brasil os problemas econômicos se deram por conta do "grande aumento dos estoques de café, em uma situação agravada pela recusa do governo em auxiliar, financeiramente, a lavoura em crise" (CARVALHO, 2010, p. 49).

Setores da burguesia cafeeira insatisfeitos com a crise instaurada durante a administração de Washington organizaram-se em uma "coligação política denominada "Aliança Liberal", que lançaria a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa para combater a de Júlio Prestes-Vital Soares" (CARVALHO, 2010, p. 50). Prestes que também era maçom, e fazia parte do mesmo partido (PRP-Partido Republicano Paulista), foi apoiado por Washington Luís. Em março de 1930, após uma eleição conturbada e marcada por fraude de ambos os lados, os representantes do PRP venceram a disputa. No entanto, não tardou para que a oposição organizasse um levante armado contra o governo, que teve como justificativa o assassinato de João Pessoa, vice de Getúlio Vargas, "por João Duarte Dantas, por simples questões familiares da Paraíba – Estados (sic) presidido por Pessoa – e sem nenhuma conotação política, mas que foi muito explorado pelos rebeldes" (CARVALHO, 2010, p. 50).

Após a eclosão da revolta em outubro de 1930, que teve como consequência a deposição de Washington Luís, Getúlio Vargas assumiu o governo por 15 anos, "primeiro como chefe do governo provisório, depois, como presidente constitucional e, finalmente, como ditador absoluto, até sua deposição em 1945" (CARVALHO, 2010, p. 50).

O Golpe de Estado realizado por Vargas em 10 de novembro de 1937, trouxe a dissolução do Congresso e a extinção dos partidos políticos, além da promulgação de uma nova Constituição elaborada por Francisco Campos, que marcava assim o surgimento da ditadura do Estado Novo. Essa forma de governo autoritário acabou alcançando diversos setores da sociedade, incluindo a maçonaria, assim, em 25 de novembro de 1937 o governo, por intermédio do general Newton Cavalcanti, aconselhou o fechamento da instituição no país que durou até 1941 (ALMÉRI, 2013).

Apesar do fechamento das lojas, o Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil apoiou o regime autoritário imposto ao país, publicou esse apoio no Decreto nº 1.179, do dia 2 de junho de 1938, o qual exigia que as Lojas que se mantiveram clandestinas eliminassem os obreiros que professassem ideologia contrária ao regime (ALMÉRI, 2013, p. 64).

Após Getúlio Vargas ter sido desposto em 1945, até o golpe de 1964, a maçonaria brasileira não passou por momentos de destaque e atuação em suas administrações nacionais. Dessa forma, passaremos cronologicamente para a década de 60, onde apresentaremos pontos consideráveis da maçonaria no contexto da ditadura militar.

#### **4. A atuação política da Maçonaria durante e após o Golpe Militar de 1964**

Durante as duas décadas seguintes, entre os anos 1940 e 1950, o mundo foi marcado pelo temor, conflitos e repercussões da Guerra Fria, um período de polarização entre os sistemas comunista e capitalista. No início dos anos 1960, o Grande Oriente do Brasil, que por muitos anos havia promovido o socialismo em seus boletins oficiais, altera sua posição e, mais precisamente em 1963, passa a desaprovar o movimento grevista sindical (ISMAIL, 2016). Alméri afirma que

No início da década de setenta, vivia-se, no Brasil, o período mais duro da ditadura militar implantada em 1964. (Consistiam) Foram os anos do governo

do general maçom Garrastazu Médici (1969-74). A censura foi institucionalizada, a tortura aos presos políticos era algo decorrente do cotidiano dos brasileiros (ALMÉRI, 2007, p. 77).

É nesse contexto que a maçonaria brasileira passa a emitir posicionamentos ligados ao golpe e ao contexto político do país. De acordo com a pesquisa de Ismail, durante o período da Ditadura Militar, o Grande Oriente do Brasil emitiu dois manifestos públicos. O primeiro delineava as razões que fundamentavam a incompatibilidade entre o comunismo e a Maçonaria. Isso ocorreu pela mesma Obediência que, em 1917, reconheceu oficialmente que "a Maçonaria e o Socialismo têm numerosos pontos de contato" (ISMAIL, 2016, p. 4). Isso demonstra uma mudança de paradigma da instituição que merece atenção, se colocados diante dos pressupostos históricos e constitucionais da maçonaria.

Apesar da instituição não advogar para si adesão a um sistema político, e no cenário nacional e internacional ser possível verificar a participação de agentes maçônicos nos mais diferentes movimentos, encontramos nas constituições da maçonaria sua adesão ao progressismo e evolucionismo. Essa afirmação, que consta na Constituição do Grande Oriente do Brasil, pode causar interpretações divergentes, sobretudo o significado de "progressismo", que pode ser visto como a ideologia ligada aos partidos de esquerda, presentes nas sociais-democracias, e também como sendo um progresso vinculado a ideia de movimento, mutação, não-estagnação do maçom, ou seja, sua evolução enquanto sujeito social, filosófico e espiritual. Independente da interpretação que seja adotada, a instituição parece estar ligada à essa ideia de movimento, em contraposição ao conformismo, seja ele político, social ou intelectual.

Entendemos que essa descrição dos ideais maçônicos vai de encontro ao que foi defendido pelas lideranças maçônicas durante o período da ditadura e que ecoam até hoje. As fontes consultadas demonstram como o posicionamento da instituição demonstra essa confusão, em momentos de apoio, divisões de opinião e controvérsias internas. Os próprios autores aqui mencionados, quando comparados, entram em contradição em alguns pontos de suas pesquisas. Tais discordâncias demonstram a complexidade do assunto, a pluralidade institucional da maçonaria, além da ausência de materiais consideráveis com evi-

dências o suficiente para se apontar conclusões homogêneas.

Partindo de tais dificuldades, tomamos como ponto de partida o argumento de Alméri, ao afirmar que no início do golpe militar havia divisão de opinião entre os maçons. A autora afirma que

é reconhecido que, após a posse de João Goulart, nos agitados dias que precederam o golpe de 1964, a maioria dos maçons apoiou o movimento militar de "derrubada" do até então presidente da República, embora, inicialmente, houvesse uma divisão de opinião na Maçonaria brasileira (ALMÉRI, 2013, p. 65).

Em sua pesquisa a autora ainda apresenta uma edição datada de 15 de dezembro de 1963, do jornal Estado de São Paulo, onde fica claro que "os maçons estavam a favor da implementação da ditadura militar" (ALMÉRI, 2007, p. 100), alegando que Cuba representava uma ameaça à democracia no Brasil.

O pesquisador e maçónólogo Kenno Ismail, apresenta uma perspectiva diferente da trazida por Alméri. Para o autor a questão se inicia no último período que antecede a efetivação do golpe, quando o Brasil testemunha a crescente pressão da classe média e dominante contra o proletariado. Isso foi exemplificado principalmente pela "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que ocorreu no início de 1964 e foi organizada por senhoras católicas das classes média e alta, que demandavam a deposição do presidente da República. Em várias regiões, essa marcha recebeu o respaldo de Lojas Maçônicas (ISMAIL, 2016). Essas iniciativas de apoio e incitação fizeram com que o golpe ocorresse pouco tempo depois. O que chama particular atenção na pesquisa de Ismail, é que o autor menciona que em apenas um intervalo de três dias o Grande Oriente do Brasil emitiu sua posição oficial em apoio ao golpe, justificando-o como um meio de "neutralizar os perigos do comunismo e do caos" (MOREL; SOUZA, 2008, p. 231 apud ISMAIL, 2016, p. 4). Ainda segundo o autor, "essa foi apenas a primeira de uma série de manifestações formais e públicas em favor do governo militar, que se seguiram nos anos subsequentes" (ISMAIL, 2016, p. 4).

José Castellani, outro pesquisador e maçónólogo brasileiro de bastante notoriedade, apresenta pertinentes contribuições ao debate trazendo à tona um

relatório do Grão-Mestre geral, Moacir Arbex Dinamarco, datado de 24 de junho de 1969, um período onde a ditadura já estaria mais bem estabelecida no país, onde consta o seguinte: "[...] demonstramos o pensamento da Maçonaria sobre a relevância do papel das Forças Armadas na Defesa do regime Democrático" (CASTELLANI, 1993, p. 290). O autor ainda continua sua análise apontando que

o apoio da Instituição maçônica à ditadura militar é confirmado [...] no governo de Ernesto Geisel o qual recebeu um ofício, na presença de Osmame Vieira de Resende (grão mestre) e seu adjunto Osiris Teixeira (senador da República), em audiência confirmando o apoio do Grande Oriente do Brasil ao governo que havia se instalado após o movimento de 1964 (CASTELLANI, 1993).

Apesar do posicionamento de Castellani e das contribuições de Ismail sobre a participação da maçonaria no período, de modo que, ambos mencionam a instituição em uma posição de defesa do golpe em determinados momentos, Alméri argumenta que "não há possibilidade de afirmar que a Instituição Maçônica estava presente nos acontecimentos ditatoriais, mas pode-se certificar que a ideologia maçônica estava" (ALMÉRI, 2007, p. 98). Compreendemos e apreciamos o cuidado que Alméri tem com essa conclusão, contudo, para fins de aprofundamento do debate questionamos o seguinte: Há de fato uma "ideologia maçônica?", entendemos que a pluralidade institucional da maçonaria faz com que a resposta seja igualmente complexa, mesmo no cenário brasileiro do Grande Oriente do Brasil é possível trazer problemáticas sobre o que seria essa "ideologia", tendo em vista que a instituição, conforme supracitado, mudou seus posicionamentos com o passar dos anos, indo de apoiadora de doutrinas de esquerda ao completo oposto, ou seja, a condenação e apoio ao nacionalismo, militarismo e conservadorismo. Diante disso, ainda caberia questionar se as já mencionadas ideologias, normalmente vinculadas aos governos de direita, por vezes até ditatoriais ou fascistas, são compatíveis com a(s) ideologia(s) maçônicas. Entendemos que, os pressupostos iluministas tão caros e influentes na maçonaria, demonstram contradição com a atuação de parte da maçonaria brasileira durante o período. No entanto, cabe salientar que, parte da

pesquisa de Alméri foi realizada por meio de entrevista com membros da maçonaria que de alguma forma tiveram contato ou viveram durante o período do golpe de 1964. Evidentemente isso demonstra um aparente problema relacionado à formação histórico-crítica de membros da instituição, pois conforme bem exposto no trabalho, muitos dos entrevistados apresentaram-se favoráveis ao golpe e ao governo ditatorial dos militares. Contudo, não faz parte do escopo da nossa pesquisa esmiuçar os pormenores da pedagogia maçônica.

Destarte, podemos verificar a complexidade do assunto. De toda forma, com base no que já foi exposto, entendemos que a maçonaria participou em diversos momentos apoiando o golpe, em alguns deles emitindo posicionamentos oficiais através de seus boletins oficiais, assim como a perseguição aos membros adeptos aos movimentos políticos de esquerda, e em outros momentos indiretamente, alicerçados por uma suposta "ideologia maçônica", ou pelo menos a forma como os membros da instituição compreendiam esse fenômeno.

Independente das contribuições e resultados das pesquisas que nos serviram de referencial, invocamos as palavras de Lara e Da Silva: "Assassinatos, exílios, desaparecimentos, muito sofrimento para a sociedade brasileira estiveram presentes na história do Brasil durante a ditadura civil militar" (LARA; DA SILVA, 2015, p. 280). Essa atmosfera que pairava o Brasil durante o período da ditadura foi o que a maçonaria esteve envolvida de maneira controversa, e conforme apontamentos supracitados, indo de contra seus ideais.

O processo de redemocratização do país se deu com a vitória de Tancredo Neves, por eleição indireta, em 1985. Antes de assumir a presidência do Brasil o candidato supracitado veio a falecer, assim José Sarney, vice-presidente de Tancredo Neves foi instituído o primeiro presidente do país após a ditadura militar. A partir daí o país começou a restaurar gradualmente o regime democrático, passando por importantes mudanças políticas e econômicas.

Entre os anos de 1985 e 2016 a maçonaria passa discretamente na política, sem grandes intervenções ou nomes de grande destaque. Somente após o golpe político que resultou no impeachment de Dilma Roussef, é que o maçom Michel Temer assume a presidência em 31 de agosto. Vale salientar que, antes de assumir a presidência do Brasil, Temer havia solici-

tado seu afastamento da maçonaria. Um texto postado na rede social twitter, e publicado na íntegra por Leandro Mazzini, em 16 de maio de 2016, no blog Coluna Esplanada, vinculado ao site UOL, descreve os motivos que levaram Michel Temer ao seu afastamento da instituição maçônica.

O governo de Michel Temer foi marcado por instabilidade nos campos sociais, sendo popularmente conhecido como um governo "golpista". Durante o período em que foi presidente o mesmo em diversas entrevistas defendeu-se das acusações de "golpista" e "traidor". A ex-presidente Dilma Roussef, em matéria postada na internet pelo UOL, em 22 de julho de 2022, afirmou: "Eu agradeceria que o senhor Michel Temer não mais buscasse limpar sua incontestável condição de golpista utilizando minha incontestável honestidade pessoal e política" (UOL, 2022, online). Verificando os problemas e polêmicas envolvidos na gestão Temer, não seria absurdo ver seu afastamento como uma forma de evitar que problemas futuros fossem vinculados à instituição.

Após Michel Temer, o próximo maçom de grande notoriedade na política brasileira foi o General Hamilton Mourão, vice-presidente do país durante a gestão de Jair Messias Bolsonaro, durante 2018 e 2021. Esse acontecimento marca o retorno de um militar maçom ao governo do país. Antes de assumir a vice-presidência do Brasil, Hamilton Mourão já havia elogiado a ditadura militar durante uma palestra em uma loja maçônica do Grande Oriente, em Brasília. Na oportunidade o mesmo propôs intervenção militar como forma de acabar com a crise na política brasileira (FORUM, 2017). Tal atitude parece reafirmar os apontamentos da pesquisa de Alméri (2017) e demonstra a contradição entre os pilares maçônicos, já abordados anteriormente, e o conservadorismo reacionário característico do período do golpe de 1964. De toda forma, mesmo diante de toda controvérsia, Hamilton Mourão não chegou a sofrer punições administrativas na instituição maçônica, o que aparenta demonstrar concordância com os posicionamentos do militar.

## 5. Conclusão

Diante do exposto, podemos verificar que durante o período republicano brasileiro a maçonaria esteve presente em diversos momentos atuando politicamente. Chama particular atenção que treze dentre os trinta e nove presidentes do Brasil foram maçons, in-

cluindo três militares, dentre eles os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. De acordo com a investigação, durante os anos que envolvem o Golpe Militar de 1964, a instituição passou a atuar de maneira contrária aos ideais maçônicos já conhecidos popularmente e também aqueles que antes já havia apoiado, sobretudo os vinculados aos governos socialistas. Contudo, mesmo com uma presença discreta, isso fez com que durante a ditadura a instituição apoiasse formalmente os militares golpistas e perseguisse maçons adeptos aos modelos políticos de esquerda. Dessa forma, durante esse período pode-se verificar uma maçonaria que se molda de acordo com as necessidades e particularidades de suas lideranças.

A pesquisa apontou ainda que, após o período do reestabelecimento da democracia, a instituição perdeu seu destaque e influência política, voltando aos holofotes somente em 2015, com as polêmicas envolvendo o General Hamilton Morão, em um momento onde maçonaria, militarismo e ditadura encontram-se novamente, através de um discurso pró-ditadura militar, e posteriormente, em 2016, com Michel Temer, acusado pelos partidos e movimentos de esquerda como um dos responsáveis por arquitetar o golpe que resultou no impeachment de Dilma Rousseff.

A complexidade e ausência de referências que permitam um maior aprofundamento demonstram a dificuldade de apontar resultados claros. Pesquisadores do assunto possuem poucas informações à disposição, e ainda assim, em certos pontos apresentam consideráveis contradições. Independente de tais dificuldades, esperamos com o artigo ter apresentado novas contribuições que possam servir de base para aprofundamentos posteriores no que diz respeito sobre essas interlocuções entre a maçonaria, agentes políticos e organizações da sociedade civil e militar.

## 6. Referências

ALMÉRI, Tatiana Martins. Posicionamentos da instituição maçônica no processo político ditatorial brasileiro (1964): da visão liberal ao conservadorismo. São Paulo, 2007. 183 f. *Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)* – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ALMÉRI, Tatiana Martins. Posicionamentos da instituição maçônica no processo político ditatorial brasileiro

(1964): Da visão liberal ao conservadorismo. *REHMLAC*. Costa Rica, v. 5, n. 1, p. 60-78, 2013.

ARRUDA, Roldão. Comissão da Verdade relata papel de igrejas no golpe de 64. *Exame*, 8 dez. 2014 s.p. Disponível em: <https://exame.com/brasil/comissao-da-verdade-relata-papel-de-igrejas-no-golpe-de-64>. Acesso em 08 fev. 2024.

CARVALHO, William Almeida de. Pequena História da Maçonaria no Brasil. *REHMLAC*. Costa Rica, v. 2, n. 1, p. 30-58, 2010.

CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil: A Maçonaria na História do Brasil*. Brasília: Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: Da ditadura militar à democracia. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 25, p. 83-106, 2005.

DA SILVA, Wellington Teodoro. O catolicismo e o golpe civil-militar de 1964. *Interações: Cultura e Comunidade*, Belo Horizonte, v. 9, n. 15, p. 62-80, 2014.

DILMA, após Temer chama-la de honestíssima: 'História não perdoa traição'. UOL, 22 jun. 2022, s.p. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/22/dilma-apos-temer-chama-la-de-honestissima-historia-nao-perdoa-traicao>. Acesso em 20 fev. 2024.

GENERAL do exército ameaça "intervenção militar" para crise política no país. Forum, 18 set. 2017, s.p. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2017/9/18/general-do-exercito-ameaa-interveno-militar-para-crise-politica-no-pais-23048>. Acesso em 20 fev. 2024.

LIMA, Thiago Machado de. Entre a política e a religião: o golpe civil-militar de 1964 na cidade de Esplanada. Bahia, 2015. 220 f. *Dissertação (Mestrado Acadêmico em História)* - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2015.

MAZZINI, Leandro. *Temer pediu licença da Maçonaria em SP*. UOL notícias, São Paulo, 16 mai. 2016. Política, s.p. Disponível em: <https://colunaesplanada.blogosfera.uol.com.br/2016/05/16/temer-pede-licenca-da-maconaria-em-sp>. Acesso em 20 fev. 2024.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ISMAIL, Kenny. Quando o GOB era Socialista e a guinada maçônica brasileira ao Conservadorismo. *No Esquadro*, 9 set. 2016. História, s.p. Disponível em: <https://www.noesquadro.com.br/historia/quando-o-grande-orientado-brasil-era-socialista>. Acesso em 08 fev. 2024.

LARA, Ricardo; DA SILVA, Mauri Antônio. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 122, p. 275-293, 2015.

ROSA, Renato Torres Anacleto. A Igreja Católica e o golpe civil militar de 1964: novas abordagens. *Temporalidades*. Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 125-133, 2014.



## OS PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E A MAÇONARIA: Uma jornada rumo à sabedoria

(PHILOSOPHICAL PRINCIPLES AND FREEMASONRY: A journey towards wisdom)

José da Silva Anchieta <sup>1</sup>

### Resumo

O artigo explora os princípios filosóficos e a Maçonaria, a sua busca pela sabedoria, revelando seu papel na compreensão da existência e das relações humanas. Esses princípios, essenciais para a reflexão filosófica, influenciam o pensamento maçônico e sua evolução ao longo do tempo. A abordagem filosófica na Maçonaria se manifesta nas cerimônias, refletindo a busca pela virtude. A aplicação moral dos ensinamentos é um dos princípios fundamentais para o desenvolvimento humano e maçônico, promovendo uma compreensão mais profunda da existência e das relações sociais, contribuindo para uma sociedade mais justa.

**Palavras-chaves:** Filosofia; Moralidade; Sabedoria; Maçonaria.

### Abstract

The article explores the philosophical principles of Freemasonry and its search for wisdom, revealing its role in understanding existence and human relationships. These principles, essential for philosophical reflection, influence Masonic thought and its evolution over time. The philosophical approach in Freemasonry is manifested in ceremonies, reflecting the search for virtue. The moral application of the teachings is fundamental for human and Masonic development, promoting a deeper understanding of existence and social relations, contributing to a more just society.

**Keywords:** Philosophy; Morality; Wisdom; Freemasonry.

<sup>1</sup> Professor efetivo de Filosofia da rede pública (SEDUC-SP), Mestrando em Filosofia (UFABC), Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (UFPI), Especialista em Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (UFPI), Especialista em Filosofia e Humanidades (Unifal), Licenciatura em Filosofia (Unifal). E-mail: [prof.janchieta@gmail.com](mailto:prof.janchieta@gmail.com)

## 1. Introdução

A maçonaria, uma instituição da tradição dos ensinamentos esotéricos por muitas vezes assim é definida, cujas suas bases originárias remontam a períodos bem distantes de nossa atualidade, é constituída por uma definição de fraternidade que permeiam complexidades simbólicas por meio de seus ritos e tradições. O presente artigo propõe-se a investigar e elucidar os princípios filosóficos que servem como um forte alicerce fundamental para a maçonaria, a jornada intelectual não poderia caminhar por outras trilhas na busca da sabedoria. Diante de uma interpretação em que detalha o processo histórico-filosófico, a investigação empreendida pretende apresentar que ao longo dos tempos, suas ideias serviram de bases para influência dos pensamentos importantes em diferentes camadas da sociedade.

Os princípios filosóficos são fundamentos conceituais que permeiam a reflexão filosófica, constituindo a base sobre a qual se erguem sistemas de pensamentos e teorias. Estes princípios se corroboram com as definições de perguntas sobre o que é filosofia “no decorrer da história, muitas foram as definições de filosofia formuladas por filósofos” (MARCONDES, 2011, p.9). E, não apenas fornecem alicerces para uma construção lógica de argumentos, mas também orientam algumas ações que orientaram e orientam as diferentes compreensões de mundo, da existência e das relações humanas. Em seu cerne, os princípios filosóficos são axiomas fundamentais que influenciam interpretações e análise crítica de ideias que proporcionam uma estrutura para a formulação de concepções sobre a natureza da realidade, da moralidade, da verdade e de outros conceitos filosóficos fundamentais.

Às vezes essas concepções tomam rumos inesperados nas obras de outros escritores. Interpretadas à luz de um tempo posterior, as que eram centrais podem tornar-se secundárias e vice-versa, assim como as que foram descartadas podem ser retomadas e valorizadas, ganhando uma importância maior do que a pretendida originalmente. O que todas essas concepções tem em comum? O que dá a elas o direito de serem chamadas de “filosofia”? (MARCONDES; FRANCO, 2011 p.9).

A investigação e articulação de princípios filosóficos são inerentes ao empreendimento filosófico, servindo de ferramentas essenciais para explorar questões fundamentais e moldar perspectivas sobre a condição humana e o universo. Estes princípios não apenas servem como orientadores para o pensamento filosófico, mas também desempenham um papel crucial na análise crítica que envolvem sistemas de crenças, argumentos que sejam éticos e teorias metafísicas, contribuindo para o avanço contínuo do diálogo e da compreensão no campo filosófico.

Os princípios filosóficos não são estáticos, mas dinâmicos, e agregando novas ideias ao longo do tempo à medida que novas ideias e formas de pensamento são introduzidas e paradigmas são desafiados. Este dinamismo é evidente na história da filosofia, onde as escolas de pensamento surgem, dialogam entre si e, por vezes, cedem lugar a novas abordagens.

Obviamente, não poderíamos aqui dar conta de todos os detalhes desse processo, mas, tomando como base alguns de seus aspectos, e sem jamais desconsiderar o fato de que estão em geral interligados, talvez seja possível ilustrar alguns tópicos da história do pensamento. A começar, por exemplo, pela etimologia da palavra grega *philosophia*, que significa amor à sabedoria: nossa primeira questão é identificar que sabedoria é essa e de que modo pode ser alcançada (MARCONDES; FRANCO, 2011, p.9).

Os princípios filosóficos da maçonaria, não poderiam percorrer caminhos diferentes dos mencionados anteriormente em comparação à filosofia. A apreensão do significado da filosofia e a utilização de seus princípios como alicerces são de extrema relevância para a compreensão substancial dos preceitos maçônicos. Uma definição interessante respondendo a uma indagação sobre o porque a maçonaria é filosófica. Encontramos algo próximo de uma definição, essencialmente parte da filosofia, “é filosófica, porque em seus atos e cerimônias ela trata da essência, propriedades e efeitos das causas naturais” (MORAIS et al., 2020, p. 47).

A abordagem filosófica manifesta-se nas cerimônias por meio da análise sistemática da essência, propriedades e efeitos das causas naturais, representando

do um esforço intelectual voltado para a compreensão mais profunda do cosmos. Este enfoque transcende a mera observação superficial, situando-se em um plano de reflexão mais abstrato e conceitual. Ao investigar as leis da natureza, a prática filosófica vincula-se à investigação das bases primordiais da moral e ética pura, estabelecendo assim um diálogo entre os fundamentos ontológicos e axiológicos.

Ontológico por ser associada aos ensinamentos sobre a natureza do ser e da realidade. Ela representa a jornada do maçom em busca da verdade, do autoconhecimento e da compreensão mais profunda da existência. O que nos leva a explorar profundamente as questões fundamentais sobre a natureza da realidade, a essência da existência e o propósito da vida.

Nesse contexto, a abordagem axiológica na maçonaria envolve uma intensa reflexão sobre os valores universais, como a verdade, a liberdade, a igualdade, a fraternidade e a solidariedade. Esses valores não apenas orientam as ações e interações dos maçons entre si, mas também influenciam suas relações com a sociedade. Dando todo sentido a palavra axiologia, que é a área da filosofia que estuda os valores e juízos de valor, que se relaciona com os princípios morais e éticos que são considerados essenciais para o desenvolvimento humano e a construção e consolidação de uma sociedade mais justa e compassiva.

A análise crítica dessas leis naturais e sua relação com os princípios morais revelam uma busca incessante por um entendimento holístico e integrado do universo. Nesse contexto, as cerimônias assumem um papel não apenas ritualístico, mas também epistemológico, ao fomentar uma profunda reflexão sobre o significado das ações humanas dentro de um contexto moral e ético. A interseção entre a filosofia e as práticas cerimoniais, assim, oferece um terreno fértil para a exploração intelectual, proporcionando saberes valiosos sobre a interconexão entre a natureza, a moralidade e a ética na busca pelo conhecimento e compreensão mais ampla do mundo o qual vivemos.

## 2. O conhecimento e a moral

A moralidade maçônica, intrínseca à prática ritualística, é elucidada através da representação simbólica, evidenciando a complexidade e profundidade de seus ensinamentos éticos. Cumpre ressaltar que o pensamento místico não se vincula à exatidão científica, que demanda uma validação empírica dos fenômenos.

[...] leva a se utilizar os símbolos, das alegorias, das comparações e das imagens literárias, pois tudo o que se encontra fora da realidade concreta e palpável do Homem, só pode ser exprimido e difundido através do simbolismo (CASTELLANI, 2005, p.9).

Tal emprego simbólico evidencia a eficácia destes recursos em viabilizar a expressão e difusão de ideias que transcendem a compreensão imediata, contribuindo, assim, para uma comunicação mais profunda e abrangente.

Buscar fundamentos filosóficos como alicerces para o progresso na jornada maçônica implica na apreensão de que as representações simbólicas e a interpretação do simbolismo desempenham um papel de extrema utilidade e relevância nesse contexto, proporcionando uma compreensão mais profunda e significativa para o desenvolvimento na vida maçônica.

Não obstante, nós como seres em constante estado de formação e aprendizado, imperativo se torna a busca incessante por significados, a fim de perpetuamente adquirir conhecimento e autoconhecimento.

Conhecer é um ato de identidade do conhecedor como tal e do conhecido como tal. [...] Conhecer é um agir, que precisa de um outro, de um objeto. Sujeito e Objeto do agir são correlativos. O específico do conhecer reside nisto: O sujeito e o objeto estão no mesmo ato, se identificam no ato. Isto exprimimos dizendo: o conhecedor como tal ( não como ser físico) e o conhecido como tal ( não como ser físico) se identificarem. Mas esta identidade, posta no ato, pressupõe a diferença do conhecedor em si e do conhecido em si (RABUSKE, 1987, p.73).

No ato de aquisição de conhecimento, culmino por me equiparar ao outro não apenas em dimensões físicas, mas sobretudo em termos de intencionalidade. Essa plena coexistência transcende as fronteiras da distância, sublinhando que o entendimento não se restringe a uma mera reprodução de conceitos conti-

dos exclusivamente em minha consciência, mas configura-se como um processo de interação significativa e partilha de perspectivas.

A análise do processo de conhecimento emerge como um dos fundamentos primordiais em diversas correntes filosóficas, caracterizando-se como uma incessante busca por compreender tanto a natureza intrínseca do ser humano quanto o entorno que o circunda. Nesse contexto, filósofos reconheceram a necessidade premente de investigar, de maneira criteriosa, a própria faculdade de conhecer, antes de atribuir plena confiança às percepções e compreensões resultantes das interações cognitivas com o ambiente.

Os maçons, através da leitura, adquirem conhecimento. Podem também, conhecer empiricamente observando fatos que já antecederam na história da Maçonaria. A partir daí optam, ou não, [...] para se transformar e se modernizar. (GOMES et al., 2020, p. 47).

Portanto, a jornada que permeia o processo de conhecer dos maçons, seja pela leitura e pela experiência, representa uma dualidade enriquecedora. A habilidade de adquirir conhecimento através da investigação literária, aliada à compreensão direta dos acontecimentos passados, oferece aos maçons a oportunidade de decidir conscientemente sobre sua transformação e modernização. Nesse contexto, a escolha consciente em concordar e seguir ou rejeitar essas influências revela-se como um ponto crucial, destacando a autonomia e a responsabilidade que estão em conjunto ao processo de evolução maçônica.

### 3. Moralidade maçônica

Ao iniciarmos uma reflexão sobre a moralidade maçônica é necessário compreender o significado da moral e a sua distinção da ética. Embora os termos sejam usados muitas vezes como sinônimos, é válido fazer uma diferenciação. A palavra moral vem de origem no latim *mos*, possui seu significado costume. Referindo-se a um conjunto de normas do comportamento humano. A palavra ética, vem de origem grega

*ethikos*, possui seu significado modo de ser.

A característica específica do homem em comparação com os outros animais é que somente ele tem o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto e de outras qualidades morais (ARISTÓTELES, 1985b, p.15).

Então, para Aristóteles, a ética tem como tarefa, ensinar os bons costumes, que tem como base o bom caráter, ou seja, um dos princípios essenciais para a ordem maçônica. Nesse sentido, as questões morais vão muito além, por terem a sua preocupação nas ações humanas segundo os hábitos que são estabelecidos. Entendemos que a aquisição das virtudes éticas ocorre por meio de uma prática contínua ao longo da vida.

Nas obras de Platão, também encontra-se fragmentos e afirmações sobre a perspectiva ética e moral, com fundamentos direcionados para existência da organização política, o que implica na preocupação de uma cidade justa, mas que depende de um cidadão educado para obtenção de conhecimento pleno e possuir a virtude como seu principal valor.

[...] Platão compõe seus primeiros Diálogos, geralmente chamados "diálogos socráticos", pois tem Sócrates personagem central. [...] Em geral, os "diálogos socráticos" desenvolvem discussões sobre ética, procurando definir determinada virtude (coragem. Laques; piedade. Eutífron; amizade, Lísis; autocontrole, Cármides)<sup>2</sup> (OS PENSADORES, 2000, p.11-12).

A aplicação moral dos ensinamentos constitui a base primordial para um desenvolvimento humano, cujo avanço é sustentado pela análise crítica e estudo diligente. Romper com a rigidez moral representa não apenas um ato de superação individual, mas também os primeiros passos em direção a uma compreensão mais profunda e significativa. Mas o que exatamente constitui essa rigidez moral. Será a mera conformidade às regras e tradições estabelecidas ao

<sup>2</sup> Foram mencionados, os diálogos Críton e Eutífron, que estão mencionadas inicialmente respectivamente nas páginas 33 e 99 da obra OS PENSADORES. Platão - Vida e Obra. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

longo da vida e de ensinamentos ou implica em seguir um caminho sem desvios do padrão moral sem questionamentos. Talvez, seja o desafio de transcender os padrões morais preexistentes, criando novos paradigmas de acordo com ideais pessoais e contextos éticos contemporâneos.

As leis morais devem convergir para um único caminho, o da virtude, essencial compreender sua existência, ainda que de forma incompleta, antes de aplicá-las. A aplicação moral dos ensinamentos se encontram com as experiências diárias, representando um contínuo esforço para escapar da ignorância e afastar-se da obscuridade, almejando, assim, a busca pela luz do conhecimento.

Uma propriedade comumente atribuída à consciência moral é de que ela nos fala como uma voz interior, geralmente nos inclinando para o caminho da virtude. Mas o que é virtude? A palavra virtude deriva do latim *virtus* – “força ou qualidade essencial” – e significa, no contexto da moral, a qualidade ou a ação que dignifica o ser humano (COTRIM; FER- NANDES, 2016, p.329).

O aperfeiçoamento moral do ser humano é uma das premissas da maçonaria, se não for a maior, pois o constante trabalho para que se alcance condiz com a labuta em permanecer distante das imperfeições e defeituosas concepções, próximas das paixões mundanas, o que dificulta as percepções sobre a verdadeira construção moral.

O ensinamento moral perpassa por conhecimentos cujo suas bases são diretamente relacionadas a um caminho da retidão assertiva, sejam elas nas escolhas do cotidiano ou nas decisões internas do maçom.

#### 4. Jornada rumo à sabedoria

Seguir rumo à sabedoria consiste em tomar decisões que correspondem em uma visão prática das ações, ou seja, refletir sobre as condições e quais critérios deverão ser considerados para tais escolhas. Sobre a vida prática, ela tem como concepção central a moral. Ainda no mesmo contexto, “a reflexão sobre os princípios morais que determinam nossas ações.” (MARCONDES, 2011, p.65) São importantes

para o nosso desenvolvimento, não desconsiderar que esses princípios partem de uma série de aprendizados ao longo da vida e em locais diferentes que estamos inseridos. E, “a ignorância oprime a sabedoria [...], a violência alavanca o terror [...]” (SOUSA et al., 2020, p. 82). Ou seja, cada vez mais que me aproximo da sabedoria a inteligência e entendimento sobre as coisas estão presentes.

Então, estamos tratando de uma sabedoria que sua existência depende do tempo e a experiência, e que é adquirida com as situações e aprendizados em cada momento da vida, e não algo inato. Questionamento que esbarra em teorias e afirmações filosóficas ao longo da história da humanidade, mas que passa ser válida sua contestação para expandir e consolidar avanços nos estudos sobre o tema. O passar do tempo e amadurecimento das ideias por si só não são validadores de sabedoria, e não surge de maneira natural. Retomando o pensamento sobre a reflexão, a sabedoria não é somente um resultado de uma série de aprendizados, mas experiências que levam à reflexão dos pensamentos e como agir em determinadas situações da vida do modo que estejam próximas de acertos.

Segundo Aristóteles (1985a), a sabedoria é uma das mais elevadas formas de conhecimento que um ser humano pode alcançar obtendo a capacidade de contemplar as coisas mais elevadas e divinas, buscando o entendimento último da realidade. Para Aristóteles, a sabedoria envolve não apenas o conhecimento restrito ao saber teórico, mas também a aplicação prática desse conhecimento para alcançar o bem supremo, que ele identifica como a felicidade ou eudaimonia.

Eudaimonia significa prosperidade, boa fortuna, bom destino. O homem feliz (eudaimon) é aquele cujo destino é afortunado, seja porque possui qualidades que lhe foram dadas por uma divindade (daimon) e que por essa razão conduz a vida sempre em direção do melhor, seja porque, como querem os filósofos, adquiriu esses dons ao longo da vida (MARCONDES; FRANCO, 2011, p.66).

A sabedoria, portanto, implica não apenas conhecer o que é bom, mas também agir de acordo com esse conhecimento para alcançar a excelência moral e

ter uma vida virtuosa. Pode-se afirmar que, na definição de Aristóteles, a sabedoria é o conhecimento mais completo e profundo, que guia o ser humano em direção à realização plena e à felicidade, ou seja, o supremo bem.

Então, sabedoria um dos grandes pilares na maçonaria, pode ser interpretada como o distanciamento da ignorância e ações que passam a ter utilidade, principalmente saber dosar da bondade sem que a mesma esteja fora do entendimento de que é válida para algo relacionado à vida.

O estudo, o exercício dos conhecimentos, que por muitas vezes são adquiridos ao longo da jornada de aprendizado, confirma que a compreensão do que é ser bom e ativo faça todo sentido nas ações desenvolvidas. Se aplicar a inteligência, é possível que se obtenha resultados com qualidade e que sejam referências para outras pessoas. O sábio é o que reconhece suas limitações e por ter este discernimento, torna-se mais compreensivo em situações duvidosas que estão associadas ao seu crescimento intelectual. Assim, pouco a pouco, consegue aprender mais e não fica estagnado no egoísmo, na ignorância e nas paixões limitadoras de novos saberes.

## 5. Considerações

A abordagem dos princípios filosóficos e a maçonaria oferece uma visão esclarecedora sobre a jornada rumo à sabedoria, que destaca a importância fundamental da reflexão e da prática moral em busca do conhecimento e que seja o mais completo e profundo. Ao explorar os fundamentos filosóficos que permeiam a tradição maçônica, torna-se evidente que essa jornada não se limita apenas ao domínio intelectual, mas também envolve uma profunda integração dos princípios éticos na conduta da retidão nas interações humanas.

Por meio da análise crítica e da investigação dos princípios filosóficos, os maçons são incentivados a transcender os limites do pensamento e a buscar uma compreensão mais profunda da existência e da moralidade. A moralidade maçônica, intrínseca à prática ritualística, é elucidada por meio de representações que são simbólicas, evidenciando a complexidade e a profundidade de seus ensinamentos éticos. Essa abordagem não apenas fornece uma estrutura para o desenvolvimento individual, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa.

Seguir rumo à sabedoria na Maçonaria não é apenas uma questão de adquirir conhecimento relatados em livros, mas também de aplicar esse conhecimento na busca por uma excelência moral. A sabedoria, também concebida pelo filósofo Aristóteles e refletida na tradição maçônica, é o resultado de uma jornada constante de aprendizado, reflexão e ação, guiando para que o ser humano esteja em direção à realização plena e à felicidade. Essa busca pela sabedoria não tem apenas um caráter individual, mas também um compromisso coletivo com o aprimoramento da humanidade como um todo.

Por fim, a jornada rumo à sabedoria, é uma jornada de autodescoberta e transformação, na qual os princípios filosóficos servem como guias e inspirações ao longo do caminho. Ao integrar a reflexão filosófica com as práticas ritualísticas e éticas, os maçons têm a oportunidade de explorar o conhecimento humano e buscar uma compreensão mais profunda da vida e do universo. Essa jornada é uma busca incessante pela verdade, pela virtude e pela excelência moral, representando o compromisso que o maçom possui com a busca da sabedoria em todas as suas formas e manifestações.

## 6. Referências

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução Mario da Gama Kury. Brasília: UnB, 1985a.
- \_\_\_\_\_. *Política*. Tradução Mario da Gama Kury. Brasília: UnB, 1985b.
- CAMINO, Rizzardo da. *Dicionário Filosófico de Maçonaria*. São Paulo: Madras. Editora, 2002.
- CARVALHO, Assis. *Símbolos Maçônicos e suas origens*. Londrina, Paraná: Editora Maçônica "A trolha" Ltda, 1990.
- CASTELLANI, José. *As origens da Mística Maçônica*. São Paulo: Landmark, 2005.
- COTRIM, Gilberto.; FERNANDES, Mirna. *Fundamentos de filosofia*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- GALLO, Silvio. *Filosofia: experiência do pensamento*. 2.ed. São Paulo: Scipione, 2016.
- JAPIASSU, H.; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- MARCONDES, D.; FRANCO, Irley. *A filosofia: o que é? Para que serve?*. Rio de Janeiro: Zahar: ed. PUC-Rio, 2011.

MORAIS, Cassiano Teixeira de (Org.). *Maçonaria: perspectivas para o futuro*. Brasília: Editora CMSB, 2020.

OS PENSADORES. Platão - Vida e Obra. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

PECORARO, Rossano. *Filosofia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

RABUSKE, Edvino A. *Antropologia Filosófica: um estudo sistemático*. Petrópolis: Vozes, 1987.



## **TENSÕES ENTRE MAÇONARIA E RELIGIÃO**

(TENSIONS BETWEEN FREEMASONRY AND RELIGION)

Wendel Johnson da Silva <sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo busca analisar o contraste entre a Maçonaria e a religião católica a fim de compreender os entraves e as possibilidades de confluência entre ambas as instituições. Nesse contexto, se trata de uma revisão narrativa que se embasa em dados secundários. Diante disso, é possível observar que a Maçonaria foi compreendida, historicamente, de forma insuficiente e eivada de conspirações no âmbito católico. Tal postura fortaleceu o desentendimento entre as entidades e as contradições. No entanto, recentemente, as condenações relativas à união e ao diálogo foram revisadas, analisadas sob um viés depurado e descuram da perspectiva anacrônica de outrora.

**Palavras-chaves:** Maçonaria; Catolicismo; Diálogo.

### **Abstract**

This article seeks to analyze the contrast between Freemasonry and the Catholic religion in order to understand the obstacles and possibilities of confluence between both institutions. In this context, it is a narrative review that is based on secondary data. In view of this, it is possible to observe that Freemasonry was historically insufficiently understood and riddled with conspiracies within the Catholic sphere. This stance strengthened the disagreement between the entities and the contradictions. However, recently, the condemnations regarding union and dialogue have been revised, analyzed from a purified perspective and disregard the anachronistic perspective of the past.

**Keywords:** Freemasonry; Catholicism; Dialogue.

<sup>1</sup> Graduando em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e graduando em Filosofia pelo Centro Universitário UniDomBosco. E-mail: [wndsszzz@gmail.com](mailto:wndsszzz@gmail.com)

## 1. Introdução

A princípio, faz-se necessário compreender o que é a Maçonaria a partir de suas próprias referências (MUNIZ, 2016). Nesse contexto, convém prescindir de adjetivos historicamente improváveis, e que, conforme Ismail (2017), não podem ser rastreados na literatura, a fim de ser coerente com a intenção desta pesquisa, que é documental. Posteriormente, será apresentado o lugar do qual se parte a fim de trazer à luz os pontos convergentes e divergentes na relação entre religião e Maçonaria.

Particularmente, dar-se-á ênfase ao Catolicismo Romano, ou simplesmente à Igreja Católica, já que é considerável a quantidade de documentos redigidos para tratar desta temática neste âmbito (SOUSA; SANTHIAGO, 2023), e das suas implicações, mas sob perspectivas multifárias, como se verá. Em geral, atualmente, os autores que tratam da relação conflituosa entre Igreja e Maçonaria prescindem dos porquês no âmbito filosófico-teológico, dando realce em aspectos políticos-pastorais, como abertura ao diálogo e à mudança de tratamento durante o passar dos anos (SILVA, 2011; MONTEIRO; SILVA, 2011; RAMALHO, 2015).

A Franco-Maçonaria repousa sob a égide de várias teorias relativas à sua origem (CASTELLANI, 2012). De acordo com Muniz (2016), porém, a teoria mais bem aceita atualmente pelos maçonólogos seria a que é denominada de "Teoria do Nascimento Original".

Segundo ela, a Franco-Maçonaria atual é algo nascido no século XVII, como uma idéia nova surgida na Inglaterra que, posteriormente, lançou sua influência para outros locais como a Escócia (que teria um desenvolvimento histórico maçônico diferente) e, posteriormente, a França. A idéia seria a criação de uma sociedade de pensamento, que cultuaria uma moralidade expressa pelo simbolismo da arte da construção, altamente influenciada pelo clima de mistério e simbolismo da Renascença e traria em seu bojo doutrinas neo-platônicas, herméticas etc (MUNIZ, 2016, p. 16).

Tal descrição, por conseguinte, se apresenta de forma muito pertinente à discussão, uma vez que fomenta um debate há muito tempo discutível sobre essa origem (TERRA, 1996). Conforme Darrah (2011, p. 17), "o objetivo da Ordem não é apenas ensinar história, mas sim verdades morais. Ninguém sabe ao

certo quando ou onde se originou a Maçonaria". Por sua vez, a Maçonaria se utiliza de simbolismo, o que já faz parte da humanidade como um todo (ISMAIL, 2017), mas intenta ensinar o que ela entende como verdades morais, de modo que os homens que a formularam possuíam uma ideia de fraternidade que reverbera, sobretudo, nas ações cotidianas (DYER, 2014; ISMAIL, 2017).

Ademais, não obstante contenha elementos religiosos, a Maçonaria não se identifica como religião e fomenta a adesão de seus membros à Igreja Católica e a outras religiões (DARRAH, 2011), já que, conforme Díaz (2008), os Landmarks da Maçonaria pressupõem a necessidade da crença em um ser supremo, o Grande Arquiteto do Universo, enquanto requisito para iniciação do indivíduo nesta senda. Inclusive, alguns ritos, como o Rito Sueco, segundo o qual "a fé cristã é necessária para entrar na Ordem da Maçonaria Sueca" (Grande Loja da Suécia, 2024; tradução livre), o Rito de Zinnendorf e o Rito Escocês Retificado, também conhecido como "Maçonaria Cristã", exigem que o postulante seja cristão e creia na Trindade para ser aceito (DEUSEDES, 2005).

Diante disso, pode-se coligir que a Ordem Maçônica se trata de um sistema de moralidade, que é velado por meio de alegorias e ilustrado através de símbolos que pretendem apresentar um "padrão de conduta reta" (DARRAH, 2011, p. 31). Consequentemente, a Maçonaria é uma instituição de procedência iluminista que tem harmonia do ponto de vista filosófico com as religiões monoteístas, além de que, em seu primeiro texto normativo, isto é, as Constituições de Anderson de 1723, se compromete a não aceitar pretensos membros ateus e irreligiosos (SOUSA; SANTHIAGO, 2023; DÍAZ, 2008).

Por outro lado, na teologia, a Igreja Católica entende que alguns dos princípios maçônicos não coadunam com sua cosmovisão. Decerto, segundo Terra (1996), são diversas as condenações históricas feitas pelos Papas e outros clérigos da Igreja contra a Maçonaria e sua adesão por parte dos fiéis católicos. Não obstante, na história, também há personagens católicos que creem na possibilidade de coexistir sua fidelidade em ambas as instituições, a exemplo do padre Francesco Esposito (ESPOSITO, 1999).

Destarte, se mostra imprescindível abordar paulatinamente tal amálgama de polêmicas, de modo que seja possível apreender, ao término, sobre a facticidade das posturas que, a despeito dos óbices, podem convergir, mormente a partir do conhecimento sobre as intenções filosóficas da Maçonaria e teológicas da religião católica. Desse modo, mostra-se imprescindível a necessidade da Maçonologia "que colige dados baseado em um método científico de pesqui-

sa" (MUNIZ, 2016, p. 8).

## 2. Entre a maçonologia e os documentos católicos oficiais

Segundo Muniz (2016), a Maçonologia como um ramo do saber humano que intenta estudar a Franco-Maçonaria sob a perspectiva dos mais distintos campos. Além disso, para o autor, ela se apresenta enquanto científica a partir da aplicação de seu método que, sendo bibliográfico, atua na busca de fundamentação factível para chegar em suas conclusões. Nesse ínterim, todas as fontes devem ser verificáveis, uma vez que teorias sem documentação não podem ser analisadas criticamente (ISMAIL, 2017), não obstante apresentem alguma contribuição histórica à Maçonaria (TERRA, 1996).

Em outras palavras, a Maçonologia é um conjunto de conhecimentos e de investigações que, baseado em observação direta, pesquisa documental, analogias racionais, lógica etc., vai descobrindo gradualmente novas informações sobre a Franco-Maçonaria e, à medida que toma posse de tais informações, as verifica de várias maneiras possíveis com a intenção de confirmá-las ou negá-las. Nesse sentido, a Maçonologia é o oposto do "achismo", do "ouvi dizer" e das invencionices [...] (MUNIZ, 2016, p. 10).

Nesse sentido, são várias as documentações oficialmente publicadas pela Igreja Católica no intento de falar da Maçonaria. Conforme Sousa e Santhiago (2023), o primeiro documento da hierarquia católica seria a Constituição Apostólica *In eminenti*, de Clemente XII, em 1738, que proíbe os católicos de serem membros da Maçonaria, já que a Ordem mantém o silêncio inviolável sobre seus ensinamentos internos ("esotéricos"), no caso daqueles seus iniciados.

Posteriormente, Bento XIV, em 1751, publica a Constituição Apostólica *Providas* na qual confirma estas mesmas opiniões. Em 1821, o Papa Pio VII publica a Constituição *Ecclesiam a Jesu Christo* contra os carbonários, mas que, conforme Terra (1996), também se refere à Maçonaria. Além disso, em 1825 Leão XII promulga a *Quo graviora* que endossa as condenações anteriores, mas acrescenta a ideia de sociedade secreta que conspira contra a Igreja e o Estado. Em 1846 o Papa Pio IX, com a encíclica *Qui pluribus* condena as sociedades secretas, bem como também fá-lo através de uma alocação em 1865, a *Multiplikes Inter*.

Por sua vez, também concede excomunhão automática, por meio da Constituição Apostólica *Sedis* contra todo membro da Ordem Maçônica. Leão XIII publica em 1884 a encíclica *Humanum genus* na qual, outrossim, condena a Maçonaria, porém entende que a Ordem além de tramar segredo contra a religião e o Estado, também se mostra intrinsecamente naturalista em sua percepção moral. Por fim, Pio X através da encíclica *Vehementer nos*, em 1906, recorda a existência de seitas que "lutam contra o Catolicismo". Alguns desses documentos foram compilados e podem ser consultados tanto na íntegra em Kloppenburg (1956), quanto de forma resumida na obra de Terra (1996).

## 3. Teorias conspiratórias e sua fundamentação

Além desses pronunciamentos oficiais, podem ser aludidas as teorias conspiratórias que, possivelmente, influenciaram até mesmo a opinião de Papas. A relação conflituosa entre Maçonaria e Igreja Católica também caminha pela perspectiva das estórias contadas sem embasamento teórico suficiente. De acordo com Costa (2011, p. 54),

No âmbito internacional, o clima hostil entre a Maçonaria e a Igreja parecia não ter fim. Em 1879 a Maçonaria francesa declarava apoio incondicional a todos os elementos que tinham interesse em combater o catolicismo. Em resposta, os setores católicos intensificaram ainda mais a propaganda antimaçônica, que assumiu as formas mais diversas, desde as declarações do Magistério Romano e de livros sérios, até panfletos, destituídos de todo rigor científico, que utilizavam argumentos muitas vezes fantasiosos. Dentre estes últimos, destacamos Os mistérios da franco-maçonaria revelados (1885), de autoria do ex-maçom e jornalista francês Gabriel Jogand Pages, mais conhecido como Leo Taxil. Rapidamente esta obra se tornou um best-seller da época, difundindo ainda mais a narrativa antimaçônica nos meios católicos.

Decerto, Taxil acrescentou, ademais, a ideia de uma ordem secreta e maçônica chamada *Palladium* na qual os membros supostamente evocavam o próprio Satanás através de rituais se utilizando de uma figura conhecida como "Baphomet" (COSTA, 2011). Como se sabe, a obra ganhou demasiada influência e seu autor, "Leo Taxil", se apresentou para uma audi-

ência com o Papa Leão XIII em 1887, já que o Papa considerava que "a Ordem Maçônica representava a própria materialização do Diabo" (COSTA, 2011, p. 56). No entanto, dez anos depois, em 1897, Taxil admitiu a farsa que fez todos crerem ser factível.

Não vos aborrecei, meus reverendos Padres, riais melhor, com vontade, ao saber hoje que o que aconteceu é exatamente o contrário do que acreditastes ter acontecido. Não houve, de modo algum, nenhum católico que se dedicou a explorar a Alta Maçonaria do paladismo. Pelo contrário, houve um livre-pensador que para seu proveito pessoal, de modo algum por hostilidade, veio passear por vosso campo, durante onze anos, talvez doze; e... é vosso servidor. Não há o menor complô maçônico nesta história e o provarei imediatamente. É preciso deixar Homero cantar os êxitos de Ulisses, a aventura do legendário cavalo de madeira; esse terrível cavalo não tem nada que ver no caso presente. A história de hoje é muito menos complicada (TAXIL, apud COSTA, 2011, p. 55).

Ainda, no primeiro volume do seu "A Conjuração Anticristã", publicado em 1910, o Monsenhor Henri Delassus supõe uma Maçonaria que planeja "a Humanidade sem Deus, a Humanidade que se faz de Deus, a Humanidade contra Deus. Tal é o edifício que a maçonaria pretende erguer no lugar da ordem divina que é a Humanidade com Deus" (DELASSUS, 1910, p. 44). Estranhamente o autor fundamenta esta posição em um congresso maçônico do qual, porém, não são citadas as atas.

Não obstante, o livro recebeu felicitações do Papa Pio X, como consta na obra, segundo carta do Cardeal Merry del Val que, particularmente, até já escreveu sobre o papado a fim de contrapor-se a um clérigo anglicano, àquela época (VAL, 2019). Entrementes, é notório que Delassus assume um anticristianismo que provém a partir da Revolução Francesa, e apoia essa ideia contraditoriamente em um maçom, o Conde Joseph-Marie de Maistre – como admite Terra (1996) –, no capítulo VI da obra. Apesar de incoerente, ele aparenta não saber desse detalhe.

Ademais, as fontes que deveriam estar presentes, para que se possa coligir o mesmo que o autor por meio de sua leitura, são conjecturas do próprio Delassus, a exemplo do uso da palavra "tolerância" nos seminários católicos que, na nota à página, no primeiro volume, capítulo XV, nota 10, se diz apenas que

"essa palavra tem inspiração maçônica" (DELASSUS, 1910, p. 98), sem qualquer demonstração desta relação através de referência bibliográfica sólida.

Autores brasileiros defenderam ideias análogas às dos Papas e padres citados. À época, sobre as reuniões maçônicas, segundo Miranda (1948, p. 15), "dizem que no recinto em que se congregam existe a trágica figura dum bode preto, ante o qual se prostram e proferem blasfêmias". Para ele, seria a Ordem Maçônica uma "associação de muitas seitas secretas, inspirada pelo próprio demônio" (Miranda, 1948, p. 17). Tal análise se assemelha à proposta de Taxil e de Leão XIII. Ademais, de acordo com Kloppenburg (1956, p. 257), há "segredos [que] são mantidos sob as mais horrorosas ameaças de morte e de implacável perseguição". Entretanto, em ambos os casos não são citadas referências que apontem a facticidade de tais opiniões.

Por sua vez, apesar de o Concílio Vaticano II não abordar a Maçonaria em nenhuma de suas sessões e documentos (TERRA, 1996), o autor Pier Carpi (1977), posteriormente, alegou que o então Angelo Roncalli e futuro Papa João XXIII, que abria o Concílio, foi convidado a participar de uma ordem de cunho maçônico. Segundo tal escritor, além disso, a despeito de supostamente existirem provas documentais que demonstram a iniciação do Papa na Ordem, a maior parte de sua confiança para depreender tal coisa se embasa na ideia de que seu "texto profético se validará a si mesmo" (CARPI, 1977, p. 202; tradução nossa).

#### 4. Disparidades e confluências: faces de um antigo debate

Ao longo do tempo, e o enfraquecimento dos argumentos utilizados durante os séculos XIX e XX sobre a Maçonaria, a Igreja precisou modificar seu discurso para condizer com uma realidade atemporal.

Depois do Concílio Vaticano II, tornava-se evidente que as relações entre Igreja e Maçonaria tinham mudado bastante e essa mudança deveria ser oficialmente reconhecida por ambas as partes (TERRA, 1996, p. 80).

De fato, foram várias as publicações conciliares em favor do diálogo, como sua abertura ao mundo através da Constituição *Gaudium et Spes*, o reconhecimento da importância da atividade missionária com a *Ad Gentes*, a possibilidade de liberdade religiosa a partir da *Dignitatis Humanæ* e, por fim, o diálogo e

fraternidade com religiões não cristãs por meio da Nostra Ætate. Em síntese, sobre a Maçonaria, "o Vaticano II não fez nenhuma condenação" (TERRA, 1996, p. 80).

Alguns autores católicos, como Benimeli, Caprile e Alberton (1997), se mostraram muito favoráveis a um possível diálogo. Sua obra considerada "bastante apologética" por Terra (1996), foi publicada antes da declaração da Congregação para a Doutrina da Fé sobre a Maçonaria, em 1983. Segundo os autores, em sua origem e em uma linha mais tradicional, a Ordem Maçônica não é irreligiosa, já que professa crença no Grande Arquiteto do Universo, nem muito menos se trata de uma instituição anticristã (BENIMELI; CAPRILE; ALBERTON, 1997).

Nesse sentido, embora a Congregação para a Doutrina da Fé, com sua publicação, em 1983, prefira "manter-se na convicção da inconciliabilidade de fundo entre os princípios da maçonaria e os da fé cristã" (L'Osservatore Romano, 1985), convém observar que os motivos não são os mesmos conspiratórios que foram aludidos pelos autores católicos nos séculos precedentes. As convergências aparentes, como a preocupação humanitária, as obras beneficentes, a oposição ao materialismo não foram objetos de análise da hierarquia católica, uma vez que pesou mais o contraste doutrinal das entidades (Terra, 1996).

Prescindindo portanto da consideração da atitude prática das diversas lojas, de hostilidade ou não para com a Igreja, a S.C.D.F., com a sua declaração de 26.11.83, pretendeu colocar-se no nível mais profundo e por outro lado essencial do problema: isto é, sobre o plano da inconciliabilidade dos princípios, o que significa no plano da fé e das suas exigências morais (L'Osservatore Romano, 1985).

Diante disso, são aludidos motivos doutrinas e gerais, como o relativismo presente no conceito de religião, já que se permite membros de qualquer religião (Darrah, 2011), o que ofusca o que a Igreja entende como verdade divina direcionada à salvação (Terra, 1996). Além disso, a visão sobre Deus, como Grande Arquiteto do Universo, e um ser neutro (Díaz, 2008), não corresponde ao entendimento de Trindade Cristã do catolicismo (KLOPPENBURG, 1956). Da mesma forma, a "Maçonaria Cristã", por sua vez, também opta por mitigar as diferenças entre credos diferentes, de modo que "está proibido discutir religião em loja" (DEUSEDES, 2010).

Esta disposição indica que, apesar da diversidade que pode subsistir entre as obediências maçônicas, em particular na sua atitude declarada para com a Igreja, a Sé Apostólica nota-lhes alguns princípios comuns (L'Osservatore Romano, 1985).

Jean-Baptiste Willermoz, estruturador do Rito Escocês Retificado, ao pensar na relação entre Igreja Católica e Maçonaria, entendia que "esta união não proporciona à Ordem nenhum bem essencial e traria grandes inconvenientes" (WILLERMOZ apud DEUSEDES, 2020). Ainda segundo Deusedes (2020), seus motivos são a relativização da verdade, pois ela "permaneceu isolada, no meio de todas as comunidades cristãs que acreditam possuí-la" e que, na Ordem Maçônica, "a tolerância recíproca entre todas as comunhões, sem mencionar nenhuma em particular" (tradução nossa). Tal postura, segundo Terra (1996, p. 97), seria uma "tolerância de ideias, mesmo que contraditórias" incompatível com a teologia católica, visto que a posição católica não se contradiz à proposta do Concílio Vaticano II, como supõem Sousa e Santhiago (2023), mas no-la endossa, já que segundo o Papa João Paulo II, na Declaração Dominus Iesus, a saber:

Como existe um só Cristo, também existe um só seu Corpo e uma só sua Esposa: 'uma só Igreja Católica e Apostólica' [...]. Seria obviamente contrário à fé católica, [por conseguinte], considerar a Igreja [Católica] como apenas um dentre os caminhos de salvação, ao lado dos constituídos pelas outras religiões, como se estes estivessem ao lado da Igreja como um complemento, ou até substancialmente equivalentes a ela, embora convergindo com ela para o Reino escatológico de Deus (DENZINGER, 2015, p. 1227; acréscimo nosso).

Alhures, na encíclica *Ut unum sint*, o Papa também propõe que é possível afirmar "que todo o Decreto sobre o ecumenismo [do Concílio Vaticano II] está permeado pelo espírito da conversão" (DENZINGER, 2015, p. 1186; acréscimo nosso). Diante disso, não se pode interpretar erroneamente os textos conciliares como se a partir de sua postura talvez seja possível fomentar, na teologia católica, a mesma intenção filosófica que propõe a Ordem Maçônica (KLOPPENBURG, 1956; Terra, 1996). O Papa

Francisco, aliás, reiterou a posição dos pontífices anteriores afirmando uma incompatibilidade entre Maçonaria e Catocismo (DICASTERIUM, 2023).

## 5. Conclusão

Em síntese, pode-se coligir que a relação entre Maçonaria e Catocismo Romano está eivada de percepções conflituosas de forma mútua. Nesse contexto, contrastar tal conflito fomenta a possibilidade de diálogo entre ambas as instituições, a partir de sua intenção mais factível e sua posição real. Decerto, durante muitos anos a conspiração e a utopia pairavam sob a forma de ataques, o que promoveu mais desentendimentos informais que, por conseguinte, também atuaram no âmbito interno dessas entidades.

Além disso, a compreensão sobre a posição católica não pode ser tomada per se como fundamentalista, uma vez que se embasa em disparidades teológicas. Embora a Ordem Maçônica não seja uma religião, ela versa sobre aspectos que, por sua vez, na teologia católica se entende como inegociáveis, a exemplo do princípio sobre a verdadeira religião, também preconizado no Concílio Vaticano II, bem como a pessoalidade divina. Por outro lado, convém salientar que a Maçonaria sofre críticas muitas vezes infundadas, que provêm de uma amálgama entre escassez de fundamentação teórica e conspiracionismo propriamente dito.

Não obstante, os pontos de confluência que foram observados, podem vir a ser objeto de mais estudos, pois tal empreendimento deságua na possibilidade de produzir um diálogo fraterno entre a Maçonaria e a religião católica, além de formar uma geração de membros e fiéis que não precisam se acusar mutuamente através de teorias conspiratórias. Esse cenário, portanto, seguiria nos passos de uma compreensão dialógica, por meio de debates sólidos e frutíferos.

## 6. Referências

BENIMELI, J. A. I.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*. São Paulo: Paulus, 1997.

CARPI, P. *Las Profecías de Juan XXIII*. Espanha: Martínez Roca, 1977.

CASTELLANI, J. *As origens históricas da mística maçônica*. São Paulo: Landmark, 2012.

COSTA, L. M. F. A consolidação e a transformação do mito da "conspiração maçônica" em terras brasileiras. *REHMLAC*, v. 3, n. 1, 2011.

DARRAH, D. D. *ABC da Maçonaria*. São Paulo: Madras,

2011.

DÍAZ, I. M. T. *Textos fundamentales de la Masonería*. Astúrias: Entrecacías, 2008.

DICASTERIUM PRO DOCTRINA FIDEI. Richiesta di su Ecc.za Mons. Julio Cortes, 2023. Disponível em: [https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_ddf\\_doc\\_20231113\\_richiasta-cortes-massoneria\\_it.pdf](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_ddf_doc_20231113_richiasta-cortes-massoneria_it.pdf) Acesso em 18 de Julho de 2024.

DELISSUS, H. *A Conjuração Anticristã: O Templo Maçônico que quer se erguer sobre as ruínas da Igreja Católica*, 1910. Disponível em: <https://alexandriacatolica.blogspot.com/2016/01/monsenhor-henri-delissus.html> Acesso em 18 de Julho de 2024.

DEUSEDES, G. *Finalidades de la Masonería Cristiana*, 2005. Disponível em: <https://www.masoneriacristiana.net/2005/09/finalidades-de-la-masoneria-cristiana.html> Acesso em 18 de Julho de 2024.

\_\_\_\_\_. *Jean-Baptiste Willermoz sobre la Iglesia de Roma*, 2020. Disponível em: <https://www.masoneriacristiana.net/2020/08/jean-baptiste-willermoz-sobre-la.html> Acesso em 18 de Julho de 2024.

\_\_\_\_\_. *¿Qué es el R.: E.: R.?:*, 2010. <https://www.masoneriacristiana.net/2010/03/que-es-el-r-e-r.html> Acesso em 18 de Julho de 2024.

DYER, C. *O simbolismo na Maçonaria*. São Paulo: Madras, 2014.

DENZINGER, H. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas & Edições Loyola, 2015.

ESPOSITO, R. F. *Chiesa e massoneria: un DNA comune*. Nardini, 1999.

GRANDE loja da Suécia. *Kan du bli medlem?* Disponível em: <https://frimurarorden.se/kan-du-bli-medlem/> Acesso em 18 de Julho de 2024.

ISMAIL, K. *Desmistificando a Maçonaria*. São Paulo: Universo dos Livros, 2017.

L'OBSERVATORE ROMANO. *Inconciliabilidade entre fé cristã e maçonaria*, 1985. Disponível em: [https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19850223\\_declaration-masonic\\_articolo\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19850223_declaration-masonic_articolo_po.html) Acesso em 18 de Julho de 2024.

KLOPPENBURG, B. *A Maçonaria no Brasil: orientação para católicos*. Petrópolis: Vozes, 1956.

MIRANDA, A. *O segredo da Maçonaria*. Manhumirim: O Lutador, 1948.

MONTEIRO, F.; SILVA, C. N. A cruz e o compasso: uma intrincada relação histórica. *Humanit. Sci., Linguist., Lett. Arts*, Ponta Grossa, v. 19, n. 1, p. 19-31, 2011.

MUNIZ, A. O. A. Curso elementar de maçonologia. São Paulo: Richard Veiga, 2016.

RAMALHO, J. R. *O antimaçonismo no Brasil*. Revista de Estudos de Cultura, São Cristóvão, v. 1, n. 02, p. 75-86, 2015.

SILVA, M. J. D. Rotary Club, Maçonaria e Igreja Católica: "serviço social" e polêmica religiosa no Ceará nos anos de 1930. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 16, n. 2, 2012.

SOUSA, K. C.; SANTHIAGO, J. R. Igreja Católica e Maçonaria: novas abordagens sobre uma antiga questão. *Ciência & Maçonaria*, Brasília, Vol. 10, n. 1, p. 37-49, 2023.

VAL, M. H. *Para entender o papado*. São Paulo: Loreto, 2019.

# Sobre a Revista

## Foco e Escopo

A Revista "Ciência & Maçonaria" é a primeira revista acadêmica no Brasil dedicada a contribuições acadêmicas em um campo de pesquisa cada vez mais estudado: a Maçonaria. Seu formato é exclusivamente eletrônico e com publicações semestrais. Sua finalidade é publicar produção multidisciplinar relacionada à Maçonaria de especialistas, professores e alunos de diversas universidades. O objetivo é disponibilizar conhecimento sobre Maçonaria e democratizar a produção acadêmica sobre esse objeto de pesquisa: a Maçonaria.

A Revista "Ciência & Maçonaria" destina-se à publicação de textos inéditos na modalidade de artigos, ensaios e resenhas. Trata-se de um espaço aberto para professores, pesquisadores e estudantes que desejam publicar suas análises, reflexões e resultados de pesquisas realizadas. A revista também está aberta ao público maçônico em geral para suas contribuições. Considera-se ainda, como principal requisito para publicação na Revista "Ciência & Maçonaria", que a produção apresente conteúdo analítico-interpretativo, de maneira coerente com rigor científico na área de estudo das ciências humanas e sociais.

## Processo de Avaliação pelos Pares

O processo de avaliação da Revista Ciência & Maçonaria consiste nas seguintes etapas: O artigo original será analisado pelo editor responsável da revista, de modo a se analisar se cumpre com os requisitos temáticos e metodológicos e definir a área de avaliação o qual será direcionado. Com a etapa de definição, o artigo será enviado a dois avaliadores externos, preservando o anonimato dos autores e entre os avaliadores (*peer blind review*), sendo necessária a aprovação de ambos os avaliadores para que o artigo seja publicado.

## Periodicidade

A Revista "Ciência & Maçonaria" apresenta volumes anuais com periodicidade semestral; sendo dois números por ano. A RC&M apresenta-se em formato digital, onde o leitor pode facilmente efetuar buscas por temas, títulos, autores, além de possibilitar salvar os artigos quando necessário, sem a necessidade de autorização prévia. Os volumes serão divididos em: N.1: jan/fev/mar/abr/mai/jun/ - publicado em julho; N.2: jul/ago/set/out/nov/dez - publicado em janeiro.

## Política de Acesso Livre

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

## Seções

A Revista Ciência & Maçonaria é dividida nas seguintes seções, nas quais os artigos a serem submetidos devem ser enquadrados: 1. Linguística, Filosofia e Simbologia; 2. História; 3. Sociologia, Antropologia, Administração, Ciência Política, Pedagogia e Direito; 4. Teologia; 5. Psicologia e Pedagogia.

## Diretrizes para Autores

A submissão de trabalhos deverá ser feita por meio do website da revista e seguindo estritamente o formato exigido pela mesma, respeitando ainda as condições para submissão e de acordo com os termos relativos a direitos autorais publicados no website: [www.cienciaemaconaria.com.br](http://www.cienciaemaconaria.com.br)

Atenciosamente,

Conselho Editorial



**C&M**



**Revista  
Ciência &  
Maçonaria**

**Realização:**

**NP3**  

---

**CEAM | UnB**